

Rivero, Patricia Silveira

**Working Paper**

Distribuição desigual dos direitos humanos e da cidadania: Áreas de concentração de vítimas de homicídio e ação policial no município do Rio de Janeiro

Texto para Discussão, No. 1499

**Provided in Cooperation with:**

Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

*Suggested Citation:* Rivero, Patricia Silveira (2010) : Distribuição desigual dos direitos humanos e da cidadania: Áreas de concentração de vítimas de homicídio e ação policial no município do Rio de Janeiro, Texto para Discussão, No. 1499, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/91384>

**Standard-Nutzungsbedingungen:**

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

**Terms of use:**

*Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.*

*You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.*

*If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.*

# **TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 1499**

## **DISTRIBUIÇÃO DESIGUAL DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA: ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DE VÍTIMAS DE HOMICÍDIO E AÇÃO POLICIAL NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

**Patricia Silveira Rivero**

Brasília, julho de 2010



# **TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 1499**

## **DISTRIBUIÇÃO DESIGUAL DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA: ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DE VÍTIMAS DE HOMICÍDIO E AÇÃO POLICIAL NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

**Patricia Silveira Rivero\***

Brasília, julho de 2010

---

\* Pesquisadora bolsista do Programa Nacional de Pesquisa em Desenvolvimento (PNPD) no Ipea.

## **Governo Federal**

**Secretaria de Assuntos Estratégicos da  
Presidência da República**  
**Ministro** Samuel Pinheiro Guimarães Neto



Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

**Presidente**  
Marcio Pochmann

**Diretor de Desenvolvimento Institucional**  
Fernando Ferreira

**Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais**  
Mário Lisboa Theodoro

**Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia**  
José Celso Pereira Cardoso Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas**  
João Sicsú

**Diretora de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais**  
Liana Maria da Frota Carleial

**Diretor de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura**  
Márcio Wohlers de Almeida

**Diretor de Estudos e Políticas Sociais**  
Jorge Abrahão de Castro

**Chefe de Gabinete**  
Persio Marco Antonio Davison

**Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação**  
Daniel Castro

URL: <http://www.ipea.gov.br>  
Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

ISSN 1415-4765

JEL K42, R58.

## **TEXTO PARA DISCUSSÃO**

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

# SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO	7
2 MARCO CONCEITUAL	8
3 OBJETIVOS	16
4 METODOLOGIA	16
5 OS DADOS DAS OCORRÊNCIAS DE HOMICÍDIOS	18
6 MORANDO PERTO DA MORTE	21
7 CRIMINALIDADE VIOLENTA E TRABALHO POLICIAL	33
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
EPÍLOGO	55
ANEXO	57
REFERÊNCIAS	71



## **SINOPSE**

No Brasil, as taxas de homicídios começam a ser elevadas do ponto de vista da comparação internacional a partir da década de 1980. O Rio de Janeiro é uma das cidades onde este fenômeno mais chama a atenção. Este estudo é uma tentativa de identificar algumas das causas do elevado número de mortes violentas nesta cidade, por meio da análise de dados georreferenciados das vítimas de homicídios entre 2002 e 2006. Os padrões de distribuição das mortes no território delatam o aprofundamento da segregação social nas favelas mais populosas e bairros mais pobres da cidade, locais com maior concentração de vítimas. Confirma-se também a concentração do número de civis mortos pela polícia nestas áreas. Nos territórios de pobreza, a cidadania é escassa, e não se cumpre com os direitos humanos fundamentais de respeito à vida e à segurança.

## **ABSTRACT<sup>i</sup>**

In Brazil, homicide rates are beginning to be high in terms of international comparison since the 80's until today Rio de Janeiro appears as one of the cities where this phenomenon draws more attention. This article is an attempt to identify some of the causes of the high number of violent deaths in this city through the analysis of geo-referenced database of victims of homicide between 2002 and 2006. This result proves the existence of patterns of distribution of deaths within that reveal the deepening of social segregation of slum's populations and of the most populous and poorest neighborhoods, the most affected by the concentration of victims. It is also confirmed the concentration of the number of civilians killed by police in these areas, making the areas of poverty in places where citizenship is scarce and do not comply with fundamental human rights and respect for life and safety.

---

*i. The versions in English of the abstracts of this series have not been edited by Ipea's editorial department.*  
As versões em língua inglesa das sinopses (*abstracts*) desta coleção não são objeto de revisão pelo Editorial do Ipea.





# 1 INTRODUÇÃO

Este texto pretende mostrar, a partir do estudo de caso da cidade do Rio de Janeiro, a existência de espaços territoriais onde direitos fundamentais como a vida e a segurança dos cidadãos não são cumpridos minimamente. Nestes territórios, disputas de bandos armados de traficantes de drogas colocam em risco permanente a vida dos moradores. Some-se a isto a ação sistematicamente letal dos agentes de segurança do Estado, muitas vezes envolvidos em crimes. Assim, algumas áreas urbanas tornam-se “territórios de concentração de vítimas de homicídios”. Outros locais, que fazem parte do sistema da criminalidade através do tráfico e consumo de drogas ilícitas, são, por um lado, poupados da vitimização por homicídios; por outro lado, sofrem com a crescente insegurança, que atenta principalmente contra a propriedade, e também coloca em risco a vida das pessoas. Mostra-se como nas áreas menos atingidas por homicídios e crimes de ameaça contra a vida a ação da polícia tem sido menos letal e mais preventiva, aprofundando a diferença nos graus de vitimização em diferentes espaços da cidade.

Coincidentemente, quem sofre mais com a violência por homicídios são as populações mais pobres e que habitam em favelas ou áreas próximas destas, o que constitui um flagrante da distribuição desigual de direitos entre populações e áreas da cidade. Os motivos para esta distribuição desigual dos homicídios no espaço urbano serão indagados neste texto. De antemão, é possível afirmar que os motivos são múltiplos e complexos, tanto quanto o próprio fenômeno da violência, que comporta fatores multicausais.

Neste texto foram acionadas diversas perspectivas teóricas para arribar à interpretação dos achados sobre a distribuição desigual dos homicídios e da ação policial. Uma delas é a própria definição de violência que considera o uso da força ilegítima por parte dos agentes sociais que a produzem, alguns dos quais criminosos vinculados ao tráfico, outros, mais grave ainda, membros de polícia cuja função seria garantir a segurança dos cidadãos. Outra perspectiva relaciona a violência por homicídios e sua distribuição diferenciada na cidade com a distribuição desigual de recursos entre as populações no espaço urbano, com a densidade populacional, a concentração de população em determinadas áreas e os locais de moradia irregular, particularmente favelas.

As análises teóricas são apresentadas no início deste texto com a pretensão de encontrar interpretações adequadas sobre a ocorrência de crimes violentos que afetam diferenciadamente populações e espaços da cidade. Uma das intenções é mostrar que não há um consenso acerca da existência de relações diretas. No entanto, o foco principal consiste em identificar o lugar onde as vítimas de homicídios moravam e relacioná-lo ao local onde acontecem os crimes contra a pessoa, fundamentalmente os homicídios, assim como mostrar a relação entre a concentração de vítimas de homicídios e os locais onde os agentes do Estado (policiais) desenvolvem a ação repressiva que põe em risco a vida dos habitantes. Ao fazer isto, tenta-se determinar quais são os lugares da cidade onde os direitos fundamentais dos moradores e transeuntes são violados sistematicamente e vislumbrar os possíveis motivos desta situação.

Com esta finalidade, foram georreferenciados os locais de residência das vítimas de homicídio por setor censitário na cidade do Rio de Janeiro durante o período de 2002 a 2006, e mapeados os locais onde ocorrem as mortes e são registrados os homicídios. Estes dados foram superpostos aos lugares onde estão situadas as favelas na cidade, analisando-se a distribuição espacial dos indicadores urbanos e socioeconômicos destas áreas. Também foram mapeados outros tipos de crimes ou ocorrências que colocam em risco a vida das pessoas, como a ação letal dos agentes de polícia, os chamados autos de resistência, e outros procedimentos policiais como prisões, apreensão de armas e de drogas. Foram apontadas algumas razões que estariam na base da produção das desigualdades territoriais e de direitos fundamentais na cidade.

Finalmente, este texto, com a análise dos resultados da pesquisa realizada, pretende assinalar os caminhos possíveis para a procura de soluções.

## **2 MARCO CONCEITUAL**

### **2.1 DIREITOS HUMANOS E TERRITÓRIOS DE MORTES LETAIS**

O direito à vida e à segurança, assim como o acesso à justiça, fazem parte dos direitos fundamentais dos cidadãos, garantias democráticas estabelecidas constitucionalmente pelo Estado brasileiro. Entre estes direitos encontram-se definidos pela Constituição a cidadania e a “dignidade da pessoa humana” (título 1, art. 1º, incisos II e III). Segundo a Carta Magna, a prevalência dos direitos humanos é um dos princípios pelos quais o Brasil se rege nas relações internacionais. Entre os direitos individuais garantidos pela constituição encontra-se o “direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade” (título II, capítulo I, *caput* do art. 5). Como garantias para que sejam cumpridos tais direitos, o inciso III deste artigo determina: “ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante” e o inciso XLVII, *a*, enuncia que “não haverá pena de morte”. Consta no inciso X do mesmo artigo que “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”; e, segundo o inciso XI, “a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial”. Todos estes direitos referentes à vida e segurança da pessoa, assim como à liberdade e à propriedade, baseiam-se na filosofia liberal dos séculos XVII e XVIII, a qual promove a igualdade jurídico-formal ou o direito de todos serem iguais perante a lei. Mais tarde foram complementados por outra tradição que reconhece que a igualdade legal só é possível quando as pessoas recuperam a igualdade social, portanto proclama pelo “tratamento dos desiguais de maneira desigual” para compensar as diferenças existentes neste campo, tradição esta que será a base das políticas de “ação afirmativa” ou de “discriminação positiva” (MONDAINI, 2006, p. 12-13). O significado filosófico dos direitos humanos relaciona-se ao reconhecimento das garantias e deveres individuais e sociais, que por serem fruto de sucessivas lutas históricas são também alvo de diversas interpretações. No mundo ocidental e nos limites dos Estados nacionais parece haver certo consenso jurídico formal em relação à preservação e respeito destes direitos. Segundo Cardia (2001;

1995), no entanto, estes muitas vezes têm sido colocados em xeque por fatos históricos como crimes de guerra e outros tipos de violações de direitos humanos cometidos pelos próprios Estados ou a despeito dos Estados. Também a percepção das pessoas passa a questionar os valores dos direitos humanos (CARDIA, 2001). Desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, no período de pós-guerra mundial, até hoje, foram assinados diversos tratados internacionais visando à sua universalização e preservação através de acordos entre os Estados (MONDAINI, 2006). O Brasil, além de estabelecer constitucionalmente a garantia destes direitos, tem assinado vários acordos internacionais relevantes dirigidos à proteção dos direitos humanos, e a partir de meados da década de 1990 iniciou uma política ativa em relação à ampliação e aplicação dos direitos humanos no país, com a elaboração do Programa Nacional de Direitos Humanos em 1996 e a criação da Secretaria de Estado de Direitos Humanos (MESQUITA NETO, 2002). Os direitos humanos no Brasil transformam-se em política de Estado, aprofundada na virada do século XXI, com a aplicação dos sucessivos Programas Nacionais de Direitos Humanos e a criação da Secretaria Especial de Direitos Humanos na órbita do governo federal. Apesar disso, as denúncias sobre as violações destes direitos no país continuam sendo a tônica constante dos relatórios nacionais e internacionais. As denúncias contra as mortes violentas em geral e as de civis perpetradas por agentes de segurança do Estado em particular aparecem com frequência, fundamentalmente levantadas pela mobilização dos seus familiares, organizações não governamentais (ONGs) e acadêmicas, organizações internacionais e, muitas vezes, pelo próprio poder público, inclusive pela justiça.

Neste contexto, a cidade do Rio de Janeiro é um caso paradigmático, dada a frequência dos eventos de violência contra a pessoa que têm provocado denúncias por violação de direitos humanos, em muitos casos cometidos pelos próprios agentes de segurança. Os casos das chacinas da Candelária e de Vigário Geral, em 1993, têm sido especialmente chamativos. O controle permanente de territórios dentro da cidade por parte de bandos armados ligados ao narcotráfico, por milícias ou grupos paramilitares, e os constantes embates armados entre estes grupos e a polícia, que vitimam inúmeras pessoas, têm sido alvo de diferentes denúncias de instituições e grupos que agem para a preservação dos direitos humanos no país, e dos sucessivos relatórios nacionais de direitos humanos (ADORNO *et al.*, 2007; MESQUITA NETO, 2002; CARDIA, 1995).

Assim, este texto se propõe detectar especialmente quais são os pontos da cidade do Rio de Janeiro nos quais esses direitos são sistematicamente violados, por meio da localização das áreas que mais reúnem vítimas de homicídios na cidade. Duas relações serão o foco das indagações: uma que vincula os locais de moradia de favelas onde habita grande parte da população mais pobre aos pontos de concentração de vítimas; outra que relaciona os lugares de concentração das vítimas de homicídio com aqueles onde a polícia concentra uma atividade mais repressiva e letal.

Definir a distribuição espacial da vitimização e do crime contra a pessoa significa reconhecer a necessidade de se estabelecerem políticas sociais urbanas e políticas de segurança integradas, vinculando a questão territorial com a situação de cidadania dos moradores da cidade, e mostrando os possíveis motivos para a existência de padrões de concentração geográfica das mortes letais. No entanto, é necessário evitar que seja reproduzido por intermédio de estudos espaciais o discurso da violência urbana e da

segregação, que demonizam áreas e populações inteiras dentro da cidade, ao mesmo tempo que eximem outras áreas, deixando de levar em consideração os laços que unem o sistema urbano como um conjunto de inter-relações.

## 2.2 ESCASSEZ DE CIDADANIA E DISTRIBUIÇÃO DE HOMICÍDIOS NA CIDADE

Existem no Brasil, e particularmente no Rio de Janeiro, populações cujos direitos foram desconsiderados historicamente, desde o Império e a construção da República, durante o Estado varguista, passando pelos sucessivos períodos de autoritarismo militar até o retorno da democracia. Precisamente neste período é coroado o discurso de combate ao crime como fundamento de política pública, “enquadrado a partir da representação da ‘violência urbana’ e não mais na linguagem dos direitos” (MACHADO DA SILVA, 2006, p. 12).

As populações que ocupam os *territórios de pobreza* são as populações ocupadas em atividades desqualificadas, não reconhecidas legalmente, de baixa remuneração. São os “bestializados” do início da República (CARVALHO, 1997), os habitantes de cortiços e de espaços populares no início de século, os moradores das atuais favelas e assentamentos constantemente criminalizados. São os analfabetos ou semianalfabetos, de escassa escolarização, cujos direitos políticos não foram reconhecidos com o advento da república e que demoraram a serem incorporados à cidadania política. São as populações que no início do século ocuparam os lugares centrais da cidade, correspondentes ao centro histórico atual, mas foram desterradas em sucessivas operações de remoção para áreas cada vez mais distantes dentro do município; ou ainda, parcelas populacionais vindas mais tarde como parte do contingente migratório pobre de outros lugares do Brasil para habitar no Rio de Janeiro (CHALOUB, 1986). As comunidades formadas em tal processo não pararam de crescer e ocuparam irregularmente locais impedidos para habitação, seja por apresentarem condições inadequadas de terreno, seja por já possuírem proprietário (público ou privado).<sup>1</sup> Para estes moradores, devido à falta de reconhecimento da cidadania vinculada ao trabalho, e devido à ilegalidade do lugar onde habitam, as leis aparecem no horizonte como algo irrealizável, cuja efetividade jamais chegou até o lugar onde habitam. Não é por acaso que foi cunhada a expressão *cidadania escassa* como forma de definir a situação dos direitos de uma parcela importante da população no Brasil. Segundo Lautier (1997), tratando da população que nunca foi integrada formalmente ao mercado de trabalho, a *cidadania escassa* refere-se à impossibilidade de se generalizar um modelo de cidadania aplicável a toda a população, modelo que foi construído na relação entre o Estado e os cidadãos e é compreendido como um componente de um processo de fragmentação social que caracteriza o caráter virtual da democracia na América Latina. A presença do Estado nestes territórios é escassa; sua atuação, parcelada em projetos e serviços limitados, ou em ações repressivas. É por este motivo que alguns historiadores atribuem à relação

---

1. Não por acaso, a definição censitária da unidade utilizada como *proxy* de favela, o setor censitário chamado de *setor especial de aglomerado subnormal*, é definido como o “conjunto contendo no mínimo 51 domicílios, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostos, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais”.

destas populações com a ordem social um caráter pontual e muitas vezes virulento, por momentos se reduzindo a uma relação clientelística e às vezes se revelando contra ela de forma espontânea e politicamente pouco organizada (CARVALHO, 1997).

No desenvolvimento histórico da cidade do Rio de Janeiro, o cumprimento dos direitos cidadãos para grande parcela da população tem sido desconsiderado, senão violado. O modelo de atuação do Estado em geral, e da polícia em particular, é tematizado pelos moradores de favela e interpretado como uma sucessão de ações construídas no decorrer do tempo, daí advindo o descrédito quanto a possibilidades de mudança. Mostram os estudos recentes (MACHADO, 2008) que há atualmente uma submissão dos próprios moradores de favelas às ações discriminatórias do Estado. Ao mesmo tempo, reconhece-se que os direitos são violados continuamente, ou seja, a insatisfação é acompanhada de resignação, além de ceticismo quanto à possibilidade de mudança. Paralelamente, comprova-se em favelas pouca participação política, única ação que poderia reverter este quadro (FREIRE, 2008). A dificuldade para que seja realizada a ação coletiva dos moradores de favela é explicada de diferentes formas por moradores e por pesquisadores. Uns a atribuem ao individualismo espalhado na sociedade como um todo e à falta de interesse em participar, sem colocar explicitamente o tema da violência como um impedimento à participação. Outros, às dificuldades ou à impossibilidade de ação imposta pela submissão às duas ordens – a ordem social dominante que discrimina esta população e a ordem criada pela *sociabilidade violenta* nestes territórios, cujos atores responsáveis são tanto os traficantes ou integrantes de milícias quanto os policiais que operam de forma violenta nos locais (MACHADO, 2004b; MACHADO e RIVERO, 2005; FREIRE, 2008; LEITE, 2008). Aparentemente, esta submissão à violência explica a impossibilidade de os moradores de favelas formularem reivindicações que tenham como eixo o reclamo pelo cumprimento dos direitos humanos nestas áreas. Além do medo que gera a *lei do silêncio*, a diferenciação acionada pelos moradores entre traficantes e policiais justifica às vezes a ação violenta dos primeiros e leva a crítica até o nível do sistema no caso dos segundos. Portanto, nem os líderes e muito menos os moradores se apresentam como sujeitos de direito (FREIRE, 2008, p.167).

Apesar disso, o apelo constante dos líderes comunitários de favela à condição de seres humanos perante as situações de violência geradas por operações policiais e tiroteios entre traficantes é mais um chamado à condição que os iguala e não a reivindicação pelos direitos que esta condição exige. Este poderia se voltar para o desenvolvimento de ações em defesa dos direitos, embora se saiba que o sofrimento por si próprio não produz necessariamente raiva ou indignação e menos ainda uma ação de revolta (ARENDRT, 2009). Para que as condições compartilhadas se transformem em ação prática, seria necessário haver um movimento que levasse à tomada de consciência da condição dos atores enquanto agentes portadores de direitos.

O fato de que o tema da violência, e especificamente das mortes violentas, seja evitado pela população favelada é um claro empecilho para que seja acionada a ação perante a justiça que garanta o cumprimento dos direitos humanos. Favelas constituem-se em locais onde há uma oposição entre a preservação da integridade física e a procura por justiça. A dificuldade de levar a conhecimento público a submissão à força e o risco constante de vida que significa morar nestas localidades

dificultam claramente o caminho para que a violação de direitos se transforme em ação política.

Se houve avanços na preservação dos direitos e garantias dos cidadãos, fundamentalmente a partir do período de redemocratização do Brasil, plasmando-os na Constituição de 1988, estes parecem ainda não refletir a prática cotidiana, no que se refere à distribuição tanto dos serviços estatais quanto da justiça e, menos ainda, à preservação de segurança pública.

### 2.3 SEGREGAÇÃO PELA VIOLÊNCIA E FAVELAS

O fenômeno da violência letal (homicídios) no Brasil vem sendo analisado nos últimos 30 anos de forma sistemática por planejadores de políticas públicas, centros de pesquisa independentes e diversas instituições acadêmicas. Apesar disso, nas últimas décadas este tipo de violência, considerada e reconhecida como tal, quase não para de crescer. Salvo a inflexão no número de vítimas de homicídios que houve a partir de 2003, atribuída por alguns às campanhas do desarmamento e à votação do Estatuto de Desarmamento (UNESCO, 2005; SOARES, 2006), e por outros às políticas de segurança combinadas de nível municipal (KHAN, 2005), tem havido um crescimento linear nas últimas décadas. Comparando o estado e a cidade do Rio de Janeiro, de um lado, e o Brasil, de outro, comprova-se que entre 1979 e 2001 “o número de homicídios é muito mais relevante no Rio de Janeiro, em relação ao total de mortes violentas, do que no Brasil”, e as cifras de mortes por homicídios no Rio de Janeiro só podem ser comparáveis às mortes causadas por guerras em diferentes épocas e países do mundo (SOARES, 2006, p. 19-22). No entanto, quando se aborda a questão da violência neste estudo, é conveniente explicitar o que se entende por violência.

Inicialmente, deve ser diferenciada a noção de violência do conceito de crime. Enquanto a noção de violência está relacionada ao “uso da força” contra o outro, de forma arbitrária, que pode causar um dano corporal, o crime traz implícita a noção de normatividade e a sanção a ser aplicada uma vez cometido o ato de violência.<sup>2</sup> O que determina se um comportamento é violento ou se um tipo específico de violência deve ser apenada por lei e, portanto, constitui-se em crime, é a sociedade se manifestando através de um corpo de normas para um momento histórico determinado. Este estudo limita-se a um tipo de manifestação da violência cuja tipificação como crime é consensual. Trata-se dos homicídios intencionais, que além de estarem tipificados legalmente como crimes são reconhecidos socialmente como atos de violência, dado que o direito à vida é um dos direitos humanos fundamentais reconhecidos pela legislação internacional e proclamado pelas constituições dos Estados.

O que mais tem chamado a atenção dos especialistas é o aumento dos homicídios, o tipo de violência que produz morte e que é possível de ser quantificada com menor margem de erro através da medição dos homicídios intencionais (MUSUMECI *et al.*, 2003). Este fenômeno atinge principalmente as áreas urbanas mais povoadas, as grandes regiões metropolitanas, e nos últimos anos estaria se espalhando para cidades menores (WAISELFISZ, 2008). Há estudos que vinculam o crescimento da taxa de

---

2. Soares, G. (2008, p. 181): “o *crime* é um conceito *legal* e não apenas sociológico. Os ‘homicídios legais’ não são crimes, mas são homicídios – o que é de interesse para a criminologia”.

homicídios ao processo acelerado de urbanização e relacionam a violência letal com o adensamento desordenado das cidades, o aumento da pobreza e da desigualdade social, com o incremento de espaços urbanos de moradia precária e irregular e fundamentalmente com o aprofundamento de processos de segmentação socioterritorial nas metrópoles (RIBEIRO, 2004).<sup>3</sup>

Algumas análises se empenham em associar dados de homicídios com índices de pobreza e desigualdade e, embora descubram que o fenômeno não é explicado de forma direta por meio destas variáveis, constatam que a vitimização por homicídios pode estar mais associada à desigualdade do que à pobreza (CANO e SANTOS, 2001).

Outros estudos associam o crescimento dos assassinatos a fatores de ordem cultural, social e institucional. Estudos de caso de tipo qualitativo mostram o surgimento de um tipo de sociabilidade na qual os instrumentos da violência, assim como seus resultados, fazem parte das inter-relações de populações inteiras que vivem na ilegalidade e muitas vezes na pobreza, submetidas tanto à ação dos agentes da violência (bandos armados, criminosos, policiais corruptos) quanto à ordem social discriminatória (MACHADO DA SILVA, 2004a; 2008).

Até agora, as associações entre fatores explicativos e resultados em vítimas violentas mostram que o fenômeno é mais complexo do que o suposto ou desejado por muitos formuladores de políticas públicas. Alguns estudos focalizam as ações das instituições do Estado e particularmente daquelas envolvidas com a segurança pública, relacionando o desenvolvimento destas instituições e a presença diferenciada da ação estatal com os amplos índices de violência.

Desse ponto de vista, haveria populações e seus correlatos territórios de moradia onde o Estado chega “nas margens”, a cidadania é escassa (LAUTIER, 1997) e os direitos políticos, civis e sociais são limitados. Neste sentido, o aspecto espacial é correlato de uma dimensão social associada à falta de universalização da cidadania. Portanto, a identificação dos territórios de pobreza e a vitimização ocorre de forma paralela à demarcação de locais de moradia de populações cujos direitos não são reconhecidos na prática cotidiana, seja pelas instituições estatais por intermédio dos seus agentes, seja pela população de estratos mais abastados que mora em outros lugares da cidade (LEITE, 2008; BIRMAN, 2008).

Dentro desta perspectiva vale a pena citar Machado da Silva e Leite (2008, p. 53):

Mais recentemente, a literatura pós-colonial questionou a compreensão do Estado com base no que conformaria o modo específico de constituição e desenvolvimento dos Estados-nação europeus (centralização do poder, monopolização da violência, afirmação do princípio de territorialidade da obrigação política, universalização da cidadania) que é tomado explícita ou implicitamente como modelo para outros países, outras culturas, outras temporalidades. Assim, por exemplo, Das e Poole (2004) apoiam-se em Foucault para sugerir uma antropologia política que explore as “margens do Estado” [aspas do autor]. Referem-se não a fronteiras geográficas,

---

3. Ribeiro, L. C. Q. (2004, p. 13). *Metrópoles. Entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. “As nossas metrópoles, seu tamanho, suas desigualdades, suas favelas e periferias, sua violência, são consequências necessárias da histórica disjunção entre economia, sociedade e território, que caracteriza a nossa expansão periférica na economia-mundo capitalista”.



áreas em que o Estado ainda não teria penetrado completamente e que não regularia, ou o faria apenas parcialmente, mas a territórios, populações, práticas que são produzidos pela dinâmica do próprio Estado moderno.

O caminho escolhido neste estudo foi tentar estabelecer as relações entre a escassez de cidadania nos termos colocados anteriormente e o descumprimento de direitos à vida e à segurança de populações que moram em áreas pobres e irregulares da cidade. A ocupação destes territórios por grupos armados e a submissão das populações que ali habitam pela força e o medo, assim como a concentração da ação repressiva de polícia para enfrentar os problemas de criminalidade nestes locais, justificam o estudo da distribuição desigual da violência na cidade. E quanto às origens desta violência? Elas estão relacionadas justamente com as variáveis históricas supracitadas, que além de considerarem o desenvolvimento social e urbano, o tipo de Estado e de cidadania excludente advinda, explicam melhor a localização dos pobres em determinadas áreas da cidade e a concentração de vítimas de homicídios nestas áreas mais do que em outras. As variáveis históricas explicam também a ação diferenciada do Estado, praticada por seus agentes de segurança, que aprofunda a segregação da pobreza pela violência (MACHADO DA SILVA e LEITE, 2008). Na segregação destes espaços parece residir em parte a explicação da concentração de bandos armados de traficantes, como explicado por Machado da Silva (2006, p. 3):

(...) devido à histórica segregação espacial das favelas, a ponta do circuito do tráfico relacionada ao comércio a retalho para o consumo final tem se concentrado nelas. Isso afeta profundamente o lugar das favelas e de seus moradores na cidade, tanto em sua objetividade material quanto no plano do imaginário social.

Por este motivo, neste trabalho é analisada a distribuição espacial da violência letal, especificamente a localização das vítimas de homicídio no município do Rio de Janeiro, tendo como referência o local onde as vítimas moravam e o lugar onde se produziu a morte e a relação com a localização das favelas. Parte-se da hipótese antes comprovada por outros estudos de que existem áreas na cidade que concentram tanto a vitimização quanto a criminalidade (BEATO FILHO, 2001; SANTOS *et al.*, 2001) e que reproduzem de forma constante uma separação social no espaço entre lugares de concentração da violência onde os direitos fundamentais à vida e à segurança parecem ter pouca validade, e o resto da cidade, onde tais direitos seriam mais acessíveis. Esta hipótese está relacionada às teorias urbanas que se referem à segregação no espaço que separa umas populações de outras mediante atributos socialmente construídos sobre pessoas e territórios. A segregação espacial combina, portanto, a relação das populações com o território, estigmatizando, pela pobreza ou pelo discurso da desordem, uma parcela dos habitantes da cidade. A localização da violência nestes espaços contribui para o aprofundamento da dita estigmatização, acentuando os motivos desta separação e aumentando a desigualdade entre populações e áreas. Como resultado, há *favelas* que “constituem territórios privatizados por grupos paraestatais”, e onde a legitimidade destes grupos sustenta-se no uso da força e no retraimento ou na participação atemorizante do Estado, com o uso indevido da violência policial (BURGOS, 1999).

Como exposto anteriormente, a articulação entre “o ‘problema da segurança pública’ e os ‘territórios de pobreza’ [aspas do autor] é secular” (MACHADO DA

SILVA, 2006, p.14). É desta relação que se constrói politicamente a percepção da *violência urbana* e o *problema das favelas* na cidade. Assevera Machado da Silva (2006, p. 16-17):

Neste nível de generalidade, pode-se dizer que o medo gerado pelo conflito social sempre foi decorrência de uma compreensão preconceituosa, que desqualifica o conjunto da classe trabalhadora, concebendo-a a partir de um modelo que tem por base seu segmento moralmente degradado, o lumpemproletariado ou “classe perigosa”, como ele foi designado no século XIX. Entretanto, os atributos destacados para construir esta visão estigmatizante variam de acordo com a natureza dos problemas em pauta nas lutas sociais, compondo diferentes quadros de referência cognitivos a respeito de quem são as classes perigosas.[...] Assim criminalizados, os moradores sofrem um processo de silenciamento pelo qual se lhes dificulta a participação no debate público e o reconhecimento como uma categoria concreta de *cidadãos*.

Assim, espacializa-se a nova questão social, impedindo que se possa estabelecer um “diagnóstico preciso das relações em rápida evolução entre classe, lugar e pobreza (...) pois se basearam erroneamente na confluência entre marginalidade, violência e decadência urbana”, traduzindo o termo “guetoização” para a realidade brasileira como *favelização* (WACQUANT, 2008, p. 10).<sup>4</sup> Não porque se queira comparar a rigor a situação de violência localizada nas favelas e seu entorno com o gueto americano, senão porque algumas das características como a erosão do espaço público, a desertificação organizacional e o abandono dos serviços públicos apontadas pelo autor como “descivilização” parecem se cumprir nestes locais (WACQUANT, 2008, p. 36).

A questão social nas metrópoles brasileiras constitui-se de forma histórica, não como “um simples acúmulo espacial de condições sociais indesejáveis (privação de renda, dissolução familiar, deterioração das moradias ou crime endêmico e outros desvios comportamentais)” senão “uma forma institucional” de dominação que se utiliza de um discurso público articulado a uma realidade material (WACQUANT, 2008, p. 10-11). No Brasil, análises como a de Caldeira (2000) estudam esta separação na cidade e apontam para o reforço da divisão entre cidadãos e não cidadãos consolidada no espaço territorial urbano, diferenciando as populações segundo o local de residência e atribuindo a elas categorias diferenciadas não só de acesso aos bens, mas também aos direitos.

Este estudo apresenta uma dimensão possível do acesso ao direito à vida e à segurança medido a partir do número de mortes violentas (homicídios) em determinadas áreas. Na medida em que alguns lugares da cidade apresentam alta concentração de vítimas, pode-se fazer menção a locais onde estes direitos não são respeitados para suas populações. A identificação destes locais, de suas características, as características da população submetida à vitimização, assim como a ação que o Estado desenvolve afetando a aplicação destes direitos, podem contribuir para identificar possíveis causas, e apontar alguns caminhos de possíveis soluções.

---

4. “Guetoização” é o termo empregado no texto original de Wacquant (2008).

### 3 OBJETIVOS

Este estudo tem por objetivo mostrar como as áreas de concentração de residências de vítimas de homicídio são também lugares onde se concentram outros crimes letais ou ameaçadores à vida das pessoas, assim como registram maior número de ações repressivas da polícia. Há três objetivos a serem atingidos: *i)* conferir se os lugares onde residiam as vítimas de homicídios são os mesmos ou ficam próximos do local onde aconteceram as mortes; *ii)* saber se as vítimas e os fatos de violência letal se concentram em favelas ou áreas próximas destas; e *iii)* observar como se distribuem as ocorrências de morte – conforme dados dos registros criminais de polícia – e superpô-las a outros indicadores de criminalidade e de segurança pública.

Para investigar a hipótese de a vitimização e a criminalidade letal aprofundarem a segregação social e espacial das favelas, foi fundamental determinar se: *i)* os lugares de favela coincidem com os lugares de concentração das vítimas de homicídio; *ii)* os lugares de favela concentram a ação letal da polícia chamada de “autos de resistência”, aumentando as taxas de vitimização; e *iii)* contrastar os lugares de favela com outros lugares da cidade segundo as taxas de homicídios, de autos de resistência e indicadores do trabalho policial.

Mostrando-se estes aspectos estarão sendo cumpridos os objetivos gerais do estudo, o qual visa estabelecer relações entre as condições de vida em diferentes áreas da cidade, a concentração de residências de vítimas de homicídios e a identificação dos lugares de concentração da violência por homicídios.

### 4 METODOLOGIA

Partiu-se do pressuposto de que os lugares que concentravam as vítimas de homicídios, em caso de existirem tais locais, seriam um bom indicador de que o direito à vida e, portanto, à segurança das pessoas, por algum motivo, estaria sendo violado. Mesmo que se possa supor como único fator explicativo que estes locais são precisamente aqueles onde se concentra a criminalidade armada, deveria ser formulada a pergunta: por que nestes locais se concentra a criminalidade armada e não em outros? Consequentemente, seria necessário admitir a incapacidade dos aparelhos estatais de segurança para evitar que isto se reproduza e poder garantir a segurança às pessoas que ali moram ou transitam.

Os indicadores utilizados foram os seguintes: número e taxas de morte por homicídio por local de residência da vítima e de ocorrência da morte para um período determinado (2002 a 2006); número e identificação de favelas por local para verificar se existe relação entre estas áreas e o lugar das mortes; distribuição, número e taxas de autos de resistência, armas apreendidas, drogas apreendidas, prisões de crianças e adolescentes e prisões em geral, para estabelecer se existe um padrão similar de distribuição territorial das ocorrências de morte.

Aborda-se o município do Rio de Janeiro por setor censitário (residências de vítimas), por bairro (ocorrência das mortes e relação entre ocorrências e residências), por área de planejamento (relação entre lugar de ocorrência das mortes com lugar de residência das vítimas) e por Área Integrada de Segurança Pública (relação entre

residências das vítimas e ocorrência dos homicídios, distribuição de outros crimes contra a pessoa, dos autos de resistência e do “trabalho policial”).

A metodologia utilizada combina análises quantitativas fundamentalmente descritivas (tabulações, percentuais, taxas), estatística bivariada (índices de correlação) e análises operacionais geográficas de georreferenciamento e operações geográficas de agregação, construção de índices e taxas no espaço acompanhado da sua representação gráfica, neste caso o mapa. Neste texto expõem-se os resultados do trabalho realizado com as bases de dados de fontes originárias do Ministério da Saúde e das bases de dados da polícia civil.

Realizaram-se tabulações cruzando informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre população, estimações populacionais feitas pelo Ipea baseadas em informações censitárias do IBGE, informações sobre os bairros e áreas da cidade, e arquivos *shape* para a realização de mapas provenientes do Instituto de Urbanismo Pereira Passos, da prefeitura do Rio de Janeiro (IPP).

Na análise combinam-se os dados do local de residência das vítimas de homicídio com o local de ocorrência dos óbitos. Superpuseram-se os dados georreferenciados no estudo de Rodrigues e Rivero (2009) que identifica as áreas de concentração de vítimas (ACVs) de homicídio por residência aos dados de ocorrência dos homicídios obtidos das informações de saúde. Utilizando-se a técnica do *buffer* traçou-se um raio de influência em torno destas áreas, visualizado acima dos dados das taxas de ocorrência, como forma de estimar a possível distância que poderia existir entre lugar de moradia das vítimas e lugar onde elas morrem.<sup>5</sup>

Analisaram-se esses dados também a partir da unidade geográfica utilizada pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), as áreas integradas de segurança pública (AISPs), para depois superpô-los aos dados de ocorrências e produção policial obtidos no *site* desta instituição.

Empregando-se o índice de correlação  $r$  de Pearson, verificou-se a relação entre local de residência da vítima e ocorrência do óbito por bairro e por área, com o objetivo de identificar a possível proximidade destes lugares e determinar a unidade geográfica que mais os aproximava.

Construíram-se taxas de homicídios com as diferentes fontes e para as diversas unidades geográficas. Foi comparada a distribuição espacial das taxas adotando como unidade geográfica a área de planejamento (AP), o bairro e a AISP. Realizaram-se mapas com taxas de indicadores de *produção policial* – como apreensões de drogas, de armas, de crianças e adolescentes –, e de *criminalidade* – como agressões por AISP. Quando analisadas por área de planejamento, foram consideradas as características socioeconômicas de cada uma destas, assim como dos bairros compreendidos. A intenção era descobrir padrões espaciais de distribuição da criminalidade e relacioná-los com características socioeconômicas das áreas.

Superpuseram-se esses indicadores à distribuição das taxas de homicídios, às vítimas concentradas nas ACVs, e analisaram-se as inter-relações que poderiam existir

---

5. Esse raio foi determinado em um quilômetro, levando-se em consideração estudos anteriores que comprovam que a maioria das mortes por homicídio em outras capitais do Brasil ocorrem no raio desta distância do domicílio da vítima.

entre estes indicadores de criminalidade e trabalho de polícia, tentando-se construir um mapeamento mais completo da violência letal na cidade.

## 5 OS DADOS DAS OCORRÊNCIAS DE HOMICÍDIOS

### 5.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DADOS DOS HOMICÍDIOS

Segundo G. Soares (2008), não há como fazer um estudo sério sobre violência sem uma apresentação das características principais dos dados utilizados. Neste caso, os dados de registros de óbitos produzidos pela Secretaria Municipal de Saúde e centralizados no Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do Datasus, do Ministério da Saúde (MS), informam sobre o local da ocorrência do óbito. Porém, estes dados, além de não serem precisos quanto ao endereço de ocorrência que aparece no registro, não concernem exclusivamente ao lugar onde ocorreu o delito, mas ao lugar onde o óbito foi registrado, que podem ser diferentes entre si. Apesar disso, foram analisados estes dados por bairro, uma vez que são perfeitamente relacionáveis com os dados de residências das vítimas georreferenciados pertencentes à mesma fonte.

Os lugares onde se concentram as ocorrências do fato criminal que deu lugar à morte são detectáveis só a partir dos dados que constam nos registros de ocorrência (RO) da polícia civil, que reúne todas as informações sobre as ocorrências criminais. A unidade geográfica de menor dimensão para os dados de polícia disponíveis são as áreas integradas de segurança pública (AISP), compostas por diversos bairros. Como não se dispõe da base com os microdados da polícia onde estão os endereços de ocorrência, e sabe-se por diversos estudos de técnicos do Instituto de Segurança Pública que estes endereços não estão bem registrados, havendo muitas imprecisões a respeito (ISP, 2005; DIRK, 2007), neste estudo remitem-se essas áreas. Ainda assim, as informações policiais são úteis, pois além de reportarem informações sobre os homicídios, fornecem dados sobre outros tipos de crimes por área, e desta forma é possível relacionar o local de residência da vítima de homicídio com o local onde os homicídios ocorreram.

Outros indicadores de criminalidade e trabalho policial nos locais e sua distribuição espacial também são incorporados, como a existência de apreensão de armas e drogas ou o número de crianças e adolescentes apreendidos, ou seja, todas as informações que podem ser associadas à existência de crimes violentos e à concentração de altos índices de letalidade.<sup>6</sup>

Os registros dos homicídios da saúde, baseados nos atestados de óbito, geralmente são mais confiáveis, pois os municípios e estados são obrigados a repassar as informações para o Ministério da Saúde, e existe uma declaração de óbito padronizada para todo o território nacional. Os dados das mortes são registrados pelo Sistema de Vigilância Sanitária (SVS) segundo local de ocorrência do óbito ou local de residência

---

6. Segundo diversos estudos sobre o Rio de Janeiro, calcula-se que entre 65 e 70% dos crimes letais estão associados a tráfico de entorpecentes ou a conflitos gerados entre grupos de traficantes e polícia. No entanto, de acordo com o presente trabalho e com diversos outros estudos sobre violência no Rio, a maioria dos homicídios é cometida por arma de fogo e a maioria das vítimas são homens jovens de 15 a 24 anos de idade (PHEBO, 2005).

da vítima. De acordo com Cano e Santos (2001), a notificação incompleta das mortes representava em 1990 um problema atribuível aos dados de morte do Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS). Havia estados em que a proporção da população que pertence a municípios que repassam as informações era só 20%, e outros onde ultrapassava os 90%. No caso do Rio de Janeiro, praticamente 100% dos registros são “regulares” (SOUZA *et al.*, 1997). Portanto, este não parece ser o principal problema que pode estar afetando os dados.

Apesar de o georreferenciamento estar focalizado nas vítimas de acordo com o local de residência, nesta parte aborda-se a questão do local de ocorrência “do óbito” com a intenção de compor o cenário da violência. Um dos problemas já apontados sobre os dados das ocorrências registradas pela Saúde é que, diferentemente dos dados policiais, não têm informações sobre o local de ocorrência “do evento” e sim do óbito. Isto significa que do ponto de vista do lugar geográfico um evento pode ter ocorrido num bairro, mas a morte da vítima pode ter sido em outro, incluídos os hospitais e postos de saúde, para onde a pessoa quando ferida foi levada. Portanto, as informações sobre as ocorrências dos óbitos registradas pelas instituições da saúde apresentam problemas, fazendo com que *bairros ou áreas da cidade que têm maior infraestrutura hospitalar e de atendimento contenham sobre-representação das ocorrências de morte.*

Outro problema é o das *mortes cujas causas não estão claras*, classificando-se na categoria “sintomas e sinais achados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificados em outra parte” (códigos de R00 até R99), capítulo XVIII da Décima Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial da Saúde (CID-10, OMS). Neste caso não há qualquer informação sobre sua natureza e causas, sendo um dos indicadores tradicionais da qualidade das informações sobre mortalidade. Estas mortes nos anos 1990 eram 18,2% do total das mortes no Brasil e 5,6% do total das mortes no estado do Rio de Janeiro. Entre as pessoas mortas dentro desta categoria havia maioria de crianças e velhos, e a proporção entre os sexos era similar, o que não tipificava o perfil das vítimas mais frequentes de homicídio, que tendem a ser os homens jovens (CANO e SANTOS, 2001). No ano de 2005, último para o qual se dispõe desta informação, as mortes não classificadas representavam 10% em todo o Brasil e 9% no estado do Rio de Janeiro. No município do Rio de Janeiro, 10% do total das mortes eram não classificadas.<sup>7</sup> Portanto, *foi detectada uma melhora na qualidade dos dados para todo o país, enquanto a qualidade dos dados no Rio de Janeiro (estado) piorou com respeito a este indicador.*

O indicador mais importante para pôr em questão a qualidade dos dados de homicídios no Rio de Janeiro continua a ser o *número de mortes classificadas como eventos (fatos) cuja intenção é indeterminada*, correspondente aos códigos Y10 até Y34 do capítulo XX, o qual trata da morbidade e mortalidade por causas externas, da Décima Classificação Internacional de Doenças (CID-10) da Organização Mundial da Saúde. Aparece em casos como o “encontro de cadáver” (categoria classificatória utilizada pela polícia) nos quais não podem ser estabelecidas as causas da morte. No caso dos dados da polícia recomenda-se o uso desta categoria em última instância,

---

7. Dados obtidos do Datasus pela autora. Fonte: Secretaria de Vigilância em Saúde/Departamento de Análise de Situação de Saúde/ Ministério da Saúde (SVS/Dasis/MS).

depois de terem sido esgotadas todas as vias de comprovação dos causais de morte. Mas também há muitas mortes sem causa identificada devido à perda de dados ou preenchimento errado, neste caso dos dados médicos. No estado do Rio de Janeiro a proporção de “mortes de intenção indeterminada” representava 9,8% em 1997, maior do que a média do Brasil, que representava 7,6% (CANO e SANTOS, 2001). Em 2005 (último ano disponível para tabulação nos dados publicados do Datasus), esta porcentagem no Brasil chegava a 8,8%, e no estado do Rio continuou crescendo, chegando a 13,6%. No entanto, a proporção mais alarmante corresponde ao *município do Rio de Janeiro, onde as mortes por intenção não determinada chegam a representar 21,9% do total das mortes por causa externa*, de acordo com a mesma fonte.<sup>8</sup> É importante assinalar que estes dados tratam dos *óbitos por residência*.

Quando calculada a porcentagem de *mortes indeterminadas nos óbitos por local de ocorrência da morte, a porcentagem de “mortes de intenção indeterminada” no município do Rio de Janeiro é 24,8% do total de óbitos por causa externa* e constitui, depois da “agressão”, a segunda causa de morte externa no município (tabela 1 do anexo).<sup>9</sup> No conjunto dos microdados das ocorrências dos óbitos do município do Rio de Janeiro, no período entre 2000 e 2006 as mortes por causas indeterminadas representam entre 39% e 22% do total das mortes por causas externas do município, no início e no total do período, respectivamente.<sup>10</sup> Portanto, é possível afirmar que estas porcentagens de indeterminação da causa comprometem em alguma medida qualquer análise sobre as ocorrências da morte por homicídio, particularmente tratando-se da localização geográfica destas.

Atribuem-se aos médicos os motivos para registros de mortes com causal “indeterminado”, por eles, muitas vezes, considerarem não haver elementos para defini-lo, ou não quererem se comprometer na definição da causa da morte, repassando à polícia a responsabilidade por apurar o fato e definir a causa. No que respeita à quantificação destas mortes, alguns especialistas sugerem que sejam consideradas “intencionais” as mortes de intenção não determinada com arma de fogo ou faca. Neste caso, 95% seriam atribuíveis a homicídios e 5% a suicídios, sendo incluídas dentro das agressões (CANO e SANTOS, 2001). Entre os dados de ocorrência de mortes por causas indeterminadas que constam na microbase de dados das mortes para o período estudado aqui, só 13,6% das mortes foram cometidas com arma de fogo ou objeto cortante e, portanto, poderiam ser classificadas como “agressões”. Dada a escassa porcentagem, na geocodificação estas foram deixadas de fora.

---

8. Dados colhidos do Datasus pela autora. Fonte: SVS/Dasis/MS.

9. Dados obtidos de tabulações feitas a partir de informações contidas no sítio eletrônico do Datasus.

10. Considerados todos os óbitos por ocorrência no período de 2000 a 2006.

## 6 MORANDO PERTO DA MORTE

### 6.1 ANTECEDENTES EMPÍRICOS

Este trabalho está baseado no estudo realizado por Rodrigues e Rivero (2009)<sup>11</sup> no qual foram georreferenciadas as vítimas de homicídios por residência, constatando-se a relação entre os lugares de concentração destas com os aspectos socioeconômicos e urbanos das populações e dos locais onde as vítimas habitavam, com uso da superposição do índice estimador de Kernel,<sup>12</sup> aplicado para medir a concentração geográfica das vítimas, e o *índice de precariedade*. Em primeiro lugar comprovou-se que existem áreas onde há maior concentração de vítimas segundo a residência.<sup>13</sup>

Em segundo lugar, por meio do cruzamento entre o indicador de precariedade que combinou aspectos urbanos e socioeconômicos<sup>14</sup> e a estimativa de Kernel que determinou os lugares de maior concentração de vítimas por residência, comprovou-se que existe uma relação entre a concentração de vítimas de homicídio e a precariedade da área onde estas moravam. No entanto, esta relação é mais forte no caso dos setores censitários subnormais (*proxy* favelas) do que para o caso dos setores censitários não especiais (*proxy* de não favelas), onde a relação não é tão direta e começa a ser inversa a partir de determinado nível de precariedade. Isto significa que no caso de áreas que não são favelas, mas onde o índice de precariedade é elevado, não há uma concentração de vítimas de homicídio tão elevada. Por outro lado comprova-se que os setores censitários menos precários efetivamente têm menos concentração de vítimas residentes. Portanto, em geral pode-se afirmar que quanto maior é o índice de precariedade maior é a concentração de vítimas, mas isto é comprovado fundamentalmente para os casos das favelas maiores (com maior densidade populacional) e mais antigas na cidade, as quais concentram a maior parte das residências de vítimas. Favelas novas, menores, localizadas em áreas de menor densidade demográfica, apesar de terem um *índice de precariedade* mais elevado, apresentam menor concentração de residências de vítimas de homicídio. Sabe-se, a partir destas análises, que grande parte das vítimas de homicídios habitava em lugares de moradia precária (tal como foi definido pelo indicador sintético de precariedade), e que estes lugares em muitos casos são favelas, aquelas mais populosas e mais antigas. No entanto, não se sabe se estes lugares são também os locais onde os crimes foram cometidos e onde as pessoas foram assassinadas.

---

11. Relatório de pesquisa intitulado *Indicadores de Proteção e Risco para a Instrumentação de Políticas Públicas em Favelas*, parte I, *Áreas de Concentração das Vítimas da Violência no Município do Rio de Janeiro: Características Territoriais e Domiciliares*, FAPERJ/Ipea, março de 2009.

12. O estimador de Kernel mede o número de eventos observados por unidade de área (1 km), que neste caso representa o número esperado de óbitos de homicídios para cada setor censitário no período entre 2002 e 2006.

13. Ver mapas em anexo que mostram a distribuição das vítimas de homicídios por residência georreferenciadas, superpostas aos setores censitários e às áreas de preservação ambiental (mapa 1), e o mapa onde se localizam as áreas de concentração das vítimas medidas pelo indicador de Kernel (mapa 2).

14. É um indicador sintético elaborado a partir dos dados agregados por setor censitário do Censo 2000 para a análise nesta pesquisa por Rodrigues (2009), e que combinou variáveis como: a qualidade do domicílio (proporção de domicílios de tipo cômodo), o acesso aos serviços de saneamento básico (acesso à rede geral de água e esgoto e aos serviços de coleta de lixo), o nível educacional do chefe do domicílio (proporção de chefes de domicílio analfabetos e proporção de chefes de domicílio com escolaridade inferior a oito anos de estudo) e a renda do chefe em salários mínimos (proporção de chefes de domicílio com renda inferior a 3 salários mínimos).



Embora o lugar de moradia da vítima possa ser diferente do lugar onde os crimes são cometidos, a literatura a respeito mostra que em geral estes locais são relativamente próximos (SOUZA *et al.*, 1997; SANTOS *et al.*, 2001). Esta indagação é o objetivo fundamental desta análise, tendo em vista que para a cidade do Rio de Janeiro não há estudos precisos sobre este ponto.<sup>15</sup> Trata-se de determinar se no lugar onde moravam as vítimas está concentrada a criminalidade, por ser o lugar onde o crime ocorreu (ocorrência do fato) ou onde a morte ocorreu (ocorrência do óbito). Embora possa parecer que se trata dos mesmos fenômenos, pode haver diferença entre o lugar onde o delito foi cometido e o lugar onde a pessoa morreu ou o corpo foi encontrado, conforme será visto. Tudo depende do momento em que a polícia chega e do momento posterior em que é registrada a ocorrência do crime. Às vezes são fatos quase simultâneos, mas nem sempre é assim. O crime pode ser cometido em um local e a pessoa vir a morrer em outro por diferentes circunstâncias. Os motivos podem estar relacionados à dinâmica do fato criminal, pelo qual uma pessoa pode ser assaltada e ferida num lugar e morrer em outro, mesmo que seja este um estabelecimento hospitalar, ou seja, num local próximo ou distante de onde foi cometido o delito. Ainda assim, conforme mencionado, nos estudos realizados confirma-se que há proximidade entre o lugar da ocorrência do fato e o lugar onde a morte foi registrada.<sup>16</sup>

## 6.2 OCORRÊNCIAS DE HOMICÍDIOS E RESIDÊNCIAS DAS VÍTIMAS LETAIS POR ÁREA

Esta parte do texto tem como objetivo analisar a distribuição por área de planejamento dos *locais de ocorrência* das mortes por agressão que aconteceram entre 2002 e 2006 no município do Rio de Janeiro. O objetivo é o mapeamento destas ocorrências para depois superpô-las às informações sobre as residências e se buscar algum tipo de vínculo. Pressupõe-se que a análise desta relação contribui à compreensão do fenômeno da segregação, quando o lugar onde a morte ocorre coincide com o lugar onde a vítima habita, ou é próximo a este, mostrando-se com esta coincidência que não só *alguns locais de residência na cidade representam maior*

---

15. Santos e Barcellos (1999) empreenderam estudo sobre Porto Alegre relacionando o local de residência da vítima e o de ocorrência da agressão com os dados de agressão (do Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde – SIM/MS) e as informações do Departamento Médico Legal sobre o lugar do óbito. Neste estudo sobre Porto Alegre, comprovou-se que em 67,3% dos casos a distância máxima entre o local de ocorrência da agressão e residência da vítima foi cerca de um quilômetro, enquanto em 50% dos casos a distância máxima foi de 310 metros. No estudo *Violência no Município do Rio de Janeiro: áreas de risco e tendências da mortalidade entre adolescentes de 10 a 19 anos*, Souza *et al.* (1997) concluem que os homicídios vitimizam preferencialmente os próprios moradores das áreas. No entanto, no presente estudo não se trabalha com georreferenciamento por setor censitário, sendo a unidade a Área Programática de Saúde do Município, a qual nucleia vários bairros.

16. No registro de ocorrência (RO) policial existe “apenas o campo ‘local do fato’, onde deve constar o local onde foi encontrado o corpo, o que não corresponde, necessariamente, ao lugar onde foi cometido o crime.” A diferenciação entre o local do fato e onde foi encontrado o corpo geralmente aparece em outro campo dentro do registro, no qual se relata a “dinâmica do fato”. O detalhamento do lugar onde foi encontrado o corpo muitas vezes pode indicar o tipo de homicídio de que se trata. “Por exemplo: é comum considerar como hipótese que um crime foi decorrente de tráfico de drogas se o corpo foi encontrado na mala do carro roubado, ou por motivo passionai quando ocorreu em residência.” Ver: *Avaliação do Trabalho Policial nos Registros de Ocorrência e nos Inquéritos referentes a Homicídios Dolosos consumados em áreas de Delegacias Legais*. Coord. Ana Paula Miranda, **Relatório Final de Pesquisa** ISP/ ANPOCS / SENASP, Rio de Janeiro, 2006. P. 15-16.

*risco de morte para os seus moradores, senão que estes locais caracterizam-se por serem cenários de criminalidade.* Porém, vale a pena lembrar novamente que os dados da Saúde, à diferença dos dados da polícia, registram o local da ocorrência do óbito e não do fato ou evento que depois resultou em morte. O crime ou agressão pode ter acontecido em um lugar e a morte em outro.

Frise-se que o universo mapeado restringiu-se às vítimas *residentes* no município do Rio cuja morte também ocorreu neste município. Não foram georreferenciadas as vítimas que moravam em outros municípios e cuja morte foi no município do Rio, nem as vítimas que moravam na cidade do Rio de Janeiro, mas cuja morte foi registrada em outro município. Do total de pessoas assassinadas entre 2002 e 2006 no município do Rio de Janeiro, 80,2% eram moradores residentes no município e 19,8% eram moradores residentes de outros municípios.<sup>17</sup> É provável que moradores do “entorno” se desloquem por diferentes motivos (trabalho e outras atividades) para o município do Rio de Janeiro, produzindo um problema metodológico e distorcendo as estatísticas da Secretaria de Segurança do município, como aponta Soares (2008, p. 116).<sup>18</sup> Para evitar tal problema, neste caso analisaram-se exclusivamente as vítimas de homicídio residentes no município do Rio de Janeiro, o que significou estudar um universo menor (mais de 80% das vítimas de homicídios são residentes deste município), sem tanta distorção a respeito do local de moradia. No entanto, a concentração de homicídios em áreas limítrofes a outros municípios pode estar influenciada pelo deslocamento populacional. De qualquer forma, o fato de se ter isolado a população vitimizada que reside no município está também limitando a influência de vítimas (e não de assassinos) vindas de outros locais de residência.

A cidade do Rio de Janeiro é dividida em cinco grandes áreas de planejamento (APs), que são compartimentações socioespaciais criadas para o macroplanejamento urbano da cidade. Estas áreas nucleiam diversos bairros e regiões administrativas e são as unidades geográficas maiores que se utilizam para compreender a cidade de acordo com uma divisão espacial que combina características de ordem urbana e socioeconômica. A tabela 1 mostra a população que compõe estas áreas (população total e de favela), a localização e serviços urbanos e a distribuição dos estratos socioeconômicos por área. Esta tabela ajuda à melhor compreensão do fenômeno da vitimização na cidade associada às características por área.

---

17. Aqui se considera a base não geocodificada, com um total de 17.026 pessoas cuja causa de morte foi a “agressão” ou a “intervenção legal”, ambas contabilizadas neste estudo como homicídios, entre os anos de 2002 e 2006, da base de microdados entregues ao Ipea pela Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro para a realização da pesquisa. Os homicídios que foram georreferenciados de acordo com o local de residência da vítima são exclusivamente aqueles em que a residência localizava-se dentro do município do Rio de Janeiro, totalizando 13.727 vítimas.

18. “A formação de metrópoles e megalópoles traz novos problemas para o pesquisador: as populações já não passam a quase totalidade das horas de sua vida na unidade político-administrativa de residência, em geral uma cidade. Eles vivem numa cidade e trabalham noutra; às vezes se divertem em uma terceira. Um cálculo mais detalhado computaria o *número de horas* passadas em cada unidade, possivelmente especificando-as segundo o tipo de atividade. Essa especificação é importante a partir dos supostos intuitivos – parte da teoria dos encontros – de que ninguém pode assaltar ou ser assaltado onde não está e de que a probabilidade de ser criminoso ou vítima num local aumenta com o tempo nele passado. Nessa metodologia, às cidades-dormitório, às quais são hoje creditadas a totalidade da população que nelas reside, seriam creditadas apenas uma fração do total das horas vividas por essa população.”

TABELA 1

**Cidade do Rio de Janeiro. População total, proporção da população em favelas e serviços urbanos, por Área de Planejamento e estrato de classe da área (2000).**

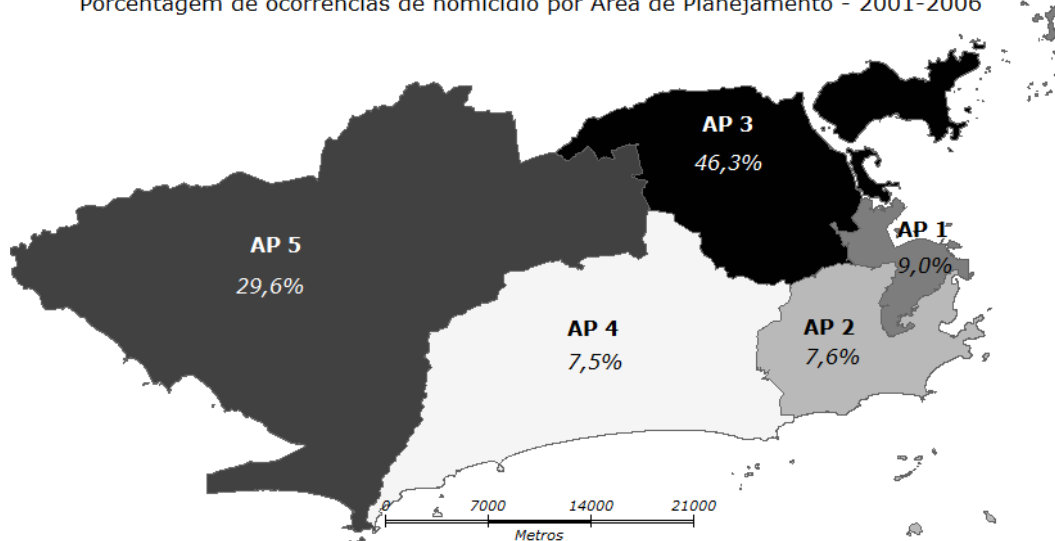
Área de Planejamento por principais estratos de classes sociais	População total		População de favelas		a/b (%)	População com todos os serviços urbanos (%)
	N (a)	%	N (b)	%		
Rio de Janeiro	5.857.904	100	1.092.476	100	18,65	90,67
AP 1 – Classe média baixa – centro histórico	268.280	4,58	76.787	7,03	28,62	92,63
AP 2 – Classe alta e média alta – área costeira e central	997.478	17,03	146.538	13,41	14,69	94,98
AP 3 – Classe média e baixa – área próxima do subúrbio	2.353.590	40,18	544.737	49,86	23,14	93,91
AP 4 – Classe alta e média alta – área rica em expansão	682.051	11,64	144.394	13,22	21,17	82,43
AP 5 – Classe baixa – subúrbio afastado	1.556.505	26,57	180.020	16,48	11,57	86,29

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo 2000.  
 Tabulação do Instituto Pereira Passos (IPP), Município do Rio de Janeiro, 2007.

Devido à importância da diferenciação por APs do ponto de vista da análise socioespacial, por se tratar de áreas de maior tamanho, para identificar os fenômenos de violência fez-se o mapeamento das ocorrências das mortes na cidade, o que permite ter uma visão mais clara da distribuição das taxas de vitimização. O mapa 1 mostra esta distribuição.

MAPA 1

Porcentagem de ocorrências de homicídio por Área de Planejamento - 2001-2006



Fonte: Datasus/MS; Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro.  
 Elaboração da autora.

Obs.: 1. Para visualização em cores deste e dos demais mapas do estudo, acessar o site <[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)>.  
 2. As ilustrações não puderam ser trabalhadas graficamente pelo Editorial com os dados disponibilizados.

Este mapa, apesar de considerar a porcentagem de ocorrências de homicídio (todas as ocorrências), mostra melhor os padrões de concentração, sendo a Zona Norte (AP 3) a que mais concentra, seguida da Zona Oeste (AP 5) e do Centro da cidade (AP 1).<sup>19</sup>

19. Geralmente se divide a cidade do Rio de Janeiro de acordo com as coordenadas dos pontos cardinais e, apesar de isto não coincidir exatamente com a divisão em APs, há uma relação muito estreita. Portanto, se falará de APs e zonas, quase que sem distinção, fundamentalmente no caso em que estas coincidem. A relação entre zonas da cidade e APs

Para saber mais sobre a relação entre os locais de ocorrência dos homicídios e os lugares de residência das vítimas, a tabela 2 mostra as porcentagens de superposição entre ambas as áreas e a diferença entre áreas de ocorrência e residência das vítimas.

TABELA 2

**Porcentagem de ocorrências e residências das vítimas de homicídio ocorridas nas mesmas e em diferentes Áreas de Planejamento - Rio de Janeiro (2002-2006)**

	AP_residência	AP_ocorrência					Total Ocorrências
		1	2	3	4	5	
1	% within ap_res	63,9	11,3	20,5	1,0	3,4	100,0
	% within ap_oc	58,6	11,4	3,3	1,0	0,8	7,5
	% of Total	4,8	0,8	1,5	0,1	0,3	7,5
2	% within ap_res	13,0	66,3	13,5	3,3	3,8	100,0
	% within ap_oc	11,2	62,6	2,0	3,1	0,9	7,0
	% of Total	0,9	4,6	0,9	0,2	0,3	7,0
3	% within ap_res	3,6	2,5	88,1	1,8	4,0	100,0
	% within ap_oc	20,2	15,5	85,4	10,8	6,0	45,3
	% of Total	1,7	1,2	39,9	0,8	1,8	45,3
4	% within ap_res	3,3	5,1	17,2	67,6	6,9	100,0
	% within ap_oc	3,5	6,0	3,2	79,7	2,0	8,7
	% of Total	0,3	0,4	1,5	5,9	0,6	8,7
5	% within ap_res	1,7	1,1	9,1	1,2	86,9	100,0
	% within ap_oc	6,6	4,6	6,1	5,3	90,3	31,5
	% of Total	0,5	0,3	2,9	0,4	27,4	31,5
Total Residências	% within ap_res	8,2	7,4	46,7	7,4	30,3	100,0
	% within ap_oc	100	100	100	100	100	100
	% of Total	8,2	7,4	46,7	7,4	30,3	100

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo 2000. Tabulação do Instituto Pereira Passos (IPP), Município do Rio de Janeiro, 2007.

Na diagonal da tabela observam-se as porcentagens de óbitos por agressão dentro de cada área de residência cuja ocorrência pertence à mesma área e aqueles cuja ocorrência foi registrada na mesma área em que tinham sua residência. Nas linhas aparecem os óbitos dos residentes na AP e as porcentagens de ocorrência para estes residentes, por AP. As colunas mostram as porcentagens de ocorrências de óbitos por AP e a distribuição destas de acordo com a área onde residiam. Observando-se os totais pode-se afirmar que a AP que concentra maior proporção de ocorrências de homicídios e residências de vítimas de homicídio é a AP 3 (45,3 e 46,7% respectivamente), que abrange os bairros da Zona Norte da cidade. A segunda posicionada, de acordo com a porcentagem de ocorrências e residências totais, é a AP 5, concentrando 30,3 e 31,5% das vítimas de residência e ocorrência respectivamente. O resto das APs concentra percentuais similares de ocorrências e residências, concentrando mais as ocorrências na AP 4 (8,7%) e as residências na AP 1 (8,2%). No caso da AP 1, conforme previsto segundo as características da área, as porcentagens de coincidência entre residência e ocorrência são menores que no resto das APs. Esta AP engloba bairros do centro da cidade, que têm população flutuante e não residente no local. Apesar de a maioria dos óbitos de vítimas residentes nesta AP continuar a ter ali o seu local de ocorrência, 20,5% das vítimas que lá residem têm o local de ocorrência da vitimização na AP 3 (Zona Norte) e 11,2% na AP 2 (Zona Sul). Uma porcentagem importante das ocorrências de óbito desta AP é de

seria a seguinte: AP 1 é o Centro, a Zona Central; AP 2 é basicamente a Zona Sul, embora compreenda alguns bairros da Zona Norte também; AP 3 é a Zona Norte; AP 4 é a Zona Sul-Oeste; e AP 5, a Zona Oeste.

vítimas domiciliadas fundamentalmente na Zona Norte (20,2%) e na Zona Sul (11%), embora também a maior parte das ocorrências seja de pessoas que ali moravam. *Isto significa que uma parcela importante dos residentes da parte central da cidade vem a morrer na Zona Norte e, em menor proporção, na Zona Sul. Por outro lado, uma porcentagem importante dos que morrem no centro da cidade são domiciliados na Zona Norte e Zona Sul, confirmando esta área também como lugar de flutuação que liga os espaços de vitimização.*

Segundo pesquisa do ISP (2005) realizada numa delegacia dessa área, é comum acontecerem roubos de carros para “desova” dos corpos em outros lugares. A maioria dos crimes estaria relacionada a disputas de facções do tráfico acontecidas em diferentes favelas. Além disso, a área sul tem peculiaridades tanto no padrão de mortes quanto na estrutura socioeconômica e de moradia: há maior proporção de mulheres assassinadas (18%) e menor proporção de jovens do que na média da cidade, o que pode indicar outro tipo de padrão de criminalidade além do tráfico de entorpecentes como circunstância de morte.

Das vítimas que residiam na AP 2 a maioria foi assassinada na área, perto de 13% foi morta nas áreas centrais da cidade (AP 1) e a mesma porcentagem morreu na Zona Norte (AP 3). Das ocorrências de óbitos acontecidos nesta área, além das vítimas que lá moravam, 15,5% moravam na AP 3 e 11,4%, na AP 1. Existe um fluxo de ocorrências e residências acontecidas entre estas três áreas.

O caso da AP 3 chama a atenção por ter a maior proporção de vítimas cuja ocorrência de morte foi na própria área de residência (88%). Quem não é assassinado dentro da sua área de residência tem a morte registrada na AP 5 ou na AP 1. Das ocorrências acontecidas na AP 1, a porcentagem dos que moravam na AP 3 é importante, 85,4%, o que confirma a AP 3 como um aglomerado de violência, dadas as vítimas nela residentes e a ocorrência de óbitos. Observe-se que é também nesta área onde se concentra a maioria das ocorrências das vítimas que tinham residência em outras APs.

A AP 4, com uma porcentagem um pouco maior de ocorrências de óbitos do que de residências de vítimas letais, também tem uma proporção importante de residentes cujo óbito aparece na AP 3 (17,2%) e menor nas AP 5 (6,9%) e AP 2 (5,1%), todas limítrofes. As ocorrências de óbito estão mais concentradas ainda do que as residências na própria AP (79,7%), porém há uma proporção de 10,8% destas que pertencem a vítimas moradoras da AP 3. Além de serem áreas limítrofes, pode ser importante o sistema de conexão entre as áreas, que condiciona os deslocamentos tanto das vítimas quanto dos agressores de uma área para outra, particularmente no caso dos que residem em uma área e morrem em outra.

A AP 5 apresenta alta proporção de vítimas cujo óbito ocorreu na própria AP de moradia (86,9%), e sobretudo uma forte densidade de ocorrências de óbitos por homicídio (90,3%). Porém, uma proporção das mortes dos residentes desta AP concentra-se na AP 3 (9,1%). Além de ser uma área mais isolada dos centros econômicos e mais urbanizados da cidade, a AP 5 tem poucas conexões rodoviárias e nenhuma ligação direta com as áreas do centro, que ficam mais distantes. A maioria dos nexos rodoviários e ferroviários é na parte norte desta AP, conectando-a com a AP 3. Entre as ocorrências verificadas na AP 5, 6% eram vítimas residentes da AP 3.

Por último, os índices de correlação ( $r$  de Pearson) entre os óbitos das vítimas por local de residência e ocorrência por AP e por bairro mostram para ambos os casos correlação significativa (com valores entre -1 e 1), mas o índice de correlação (que mede a força da associação) é bem maior entre as APs ( $r= 0.79$ ) do que entre os bairros ( $r=0.27$ ). Isto porque é muito mais provável encontrar coincidência entre local de residência de vítimas e de ocorrência do óbito quando consideradas áreas maiores. Por exemplo: é mais provável encontrar uma vítima que morava na área 5 e morreu dentro desta mesma área do que uma que morava no bairro de Paciência e teve a ocorrência do óbito no mesmo bairro. *Os coeficientes demonstram que, embora as vítimas de homicídio não tenham vivido e morrido no mesmo bairro, viveram e morreram, na maioria dos casos, em bairros que pertencem à mesma área.*

De acordo com estes dados, pode-se concluir que, além da superposição dos locais onde as vítimas moravam e onde os seus corpos são encontrados, a AP 3 concentra a maior parte das residências das vítimas e das ocorrências dos óbitos na própria área e provenientes de outras APs. A AP 5 também tem alta concentração de residências e ocorrências, embora poucos sejam provenientes de outras áreas. Este resultado mostra a distribuição da violência na cidade, relacionando-a com algumas características socioeconômicas e de infraestrutura de serviços urbanos, e com o sistema urbano de conexão entre elas (tabela 1 do texto e mapa 3 do anexo).<sup>20</sup> As principais rodovias, avenidas, linhas de trem e de metrô estão nas áreas que se comunicam, e partem destas ao centro da cidade. No entanto, grande parte dos moradores da AP 5 e da AP 3 têm menor vínculo entre si, restringindo as comunicações às APs que são vizinhas. Alguns bairros da AP 5 ficam isolados e os contatos são limitados entre esta área e a AP 3. Este fator pode contribuir para a distribuição localizada da violência. Estudos mais aprofundados na linha da mobilidade urbana poderão contribuir para comprovar esta suposição.

*Claramente, a concentração das vítimas de homicídios acontece nas áreas onde moram e circulam principalmente os estratos sociais menos favorecidos: AP 3 ou Zona Norte, AP 5 ou Zona Oeste não litorânea, e o centro da cidade. Enquanto as taxas nestes locais elevam-se a mais de 50 homicídios em cada 100 mil habitantes, chegando no caso da AP 1 a mais de 80 em 100 mil, na AP 4 a taxa média de homicídios é de 33 em 100 mil, e na AP 2, de 21 em 100 mil.*

### 6.3 OS BAIRROS QUE CONCENTRAM AS VÍTIMAS DE HOMICÍDIO

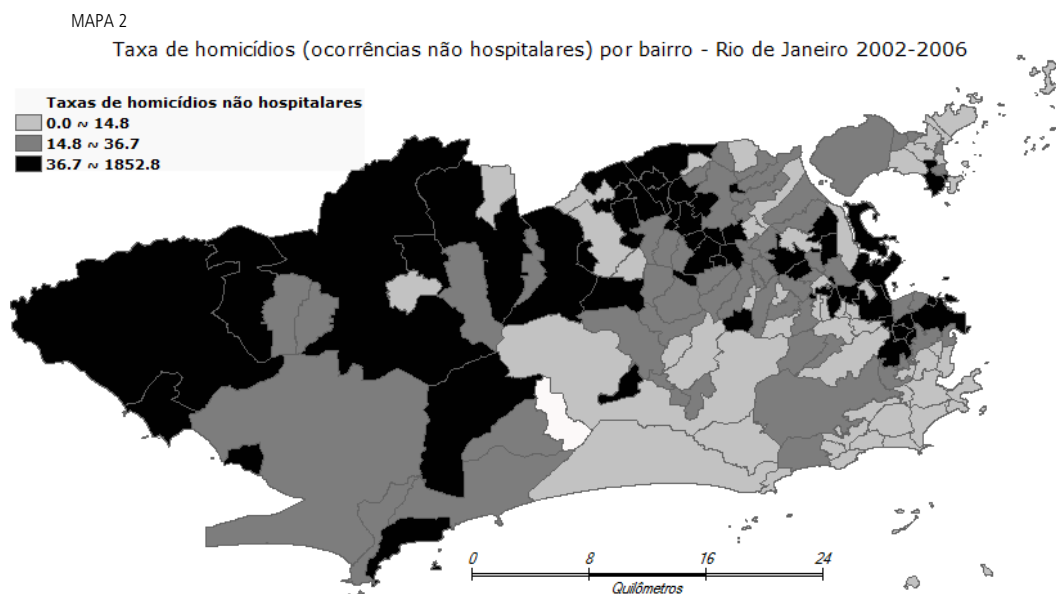
Geralmente as ocorrências acontecem em bairros limítrofes ou nos mesmos bairros onde as vítimas residem. Isto tem a ver, em parte, com as características socioeconômicas tanto das vítimas quanto dos lugares onde elas habitam, como foi comprovado pela análise de georreferenciamento das vítimas por residência do estudo supracitado (RODRIGUES e RIVERO, 2009).

---

20. Estudo realizado pelo governo estadual do Rio de Janeiro sobre mobilidade urbana identifica a cidade do Rio de Janeiro como uma das que têm maior mobilidade (viagens/pessoa) dentro da região metropolitana, com um índice de 1,86 viagens por pessoa, acima da média metropolitana (1,77). Nesta mesma pesquisa demonstra-se que os maiores índices de mobilidade correspondem às macrozonas Barra-Recreio (AP 4), Sul (AP 2), Centro (AP1), além de Tijuca e Vila Isabel, dois bairros de classe média da Zona Norte pertencentes à AP 2. Ver: *Plano Diretor de Transporte Urbano da Região Metropolitana do Rio de Janeiro*, Relatório Nº 9, Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

Apesar de ser um nível maior e mais heterogêneo que o do “setor censitário”, a identificação das mortes por bairro comparada com o lugar de moradia das vítimas pode contribuir para identificar padrões geográficos de acontecimento dos eventos letais. Assim, pode ajudar a constatar ou refutar interpretações que se referem à “reprodução da sociabilidade violenta”. A identificação do lugar onde habitam as vítimas com o lugar onde elas moram estaria corroborando esta interpretação. A superposição entre o lugar de residência da vítima e o lugar de ocorrência do crime anuncia um aprofundamento da segregação espacial na cidade, fazendo com que certas áreas sejam lugares de concentração de violência e seus moradores identificados como criminosos pelos habitantes de outras áreas da cidade (MACHADO, 2004a; MACHADO e RIVERO, 2005).

Conforme mostrado na seção anterior, existe correlação entre área de residência da vítima de homicídio e área onde a morte ocorre no universo georreferenciado. No caso das ocorrências de morte, apesar de os endereços estarem registrados, frequentemente não são precisos ou estão incompletos, tornando muito difícil a identificação pontual do local. Por isso, a unidade geográfica estudada foi também o *bairro* onde aconteceu a morte, que é o menor nível de agregação para identificar a ocorrência das mortes na cidade com os dados da Saúde. Porém, como foi mostrado, em se tratando do *local de ocorrência do óbito* o estudo de áreas maiores pode captar melhor o fenômeno, pois muitas vezes a morte acontece em lugar mais distante do local do fato. Comprovou-se também a existência de distorções produzidas pelos bairros com maior infraestrutura hospitalar, onde as ocorrências dos óbitos estão sobre-representadas. Outra distorção nos dados das ocorrências de homicídio da Saúde (e não os da polícia) é produzida quando a pessoa morre em um lugar e o seu corpo é deixado ilegalmente em outro, embora neste estudo seja impossível captar a incidência de tal fenômeno na distribuição espacial. O mapa 2 traz as taxas de ocorrências de homicídio por bairro para o período 2002 a 2006, sem se contabilizarem as mortes hospitalares.



Fonte: Datasus/MS; Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro.

Elaboração da autora.

Obs.: 1. Para visualização em cores deste e dos demais mapas do estudo, acessar o site <[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)>.

2. As ilustrações não puderam ser trabalhadas graficamente pelo Editorial com os dados disponibilizados.

A distorção que poderia ter sido causada pelo tamanho do bairro, pela distribuição populacional e pela infraestrutura hospitalar de cada bairro não interfere tanto no mapa 2. Nele foram consideradas as taxas médias de ocorrência de homicídios (média do número de mortes no período sobre população estimada para 2004 para cada bairro<sup>21</sup> por 100 mil habitantes).<sup>22</sup> Ressalte-se que os bairros com altas taxas a serem considerados são aqueles que combinam taxas elevadas com grandes proporções de mortes para o período estudado. Desta forma, os bairros que têm altas taxas devidas apenas à reduzida população não serão considerados bairros de concentração das ocorrências de morte. No caso de Grumari, a escassa população afeta fortemente a taxa – sendo um bairro com uma população estimada de 162 habitantes, ter em média 43 ocorrências de morte por ano indica um número elevado de mortes. Camorim é um caso expressivo da distorção gerada pelo baixo contingente populacional, dado que quatro mortes por ano convertem-se numa elevada taxa de ocorrência de mortes, que expressa a razão deste número para uma população estimada de 984 habitantes – Camorim não está contemplado nos mapas. Ademais, leve-se em consideração que as áreas mais despovoadas são propícias para o abandono dos corpos das vítimas cujas mortes podem ter acontecido em outros locais.

Vê-se que as manchas obscuras, com as taxas mais elevadas, aparecem esparsas no mapa e, portanto, os bairros que concentram ocorrências de homicídios são mais focados. Observa-se que bairros como a Barra da Tijuca, que alberga um dos principais hospitais de emergência da cidade, o Hospital Lourenço Jorge, assim como a Gávea, que aparecia com um alto número de ocorrências de óbito vinculadas às mortes ocorridas no Hospital Miguel Couto – para onde comumente são levados feridos à bala –, neste mapa não aparecem com altas taxas ou, se aparecem, é porque efetivamente registram um número importante de mortes violentas.

#### 6.4 FAVELAS E MORTES VIOLENTAS: UMA RELAÇÃO NO ESPAÇO

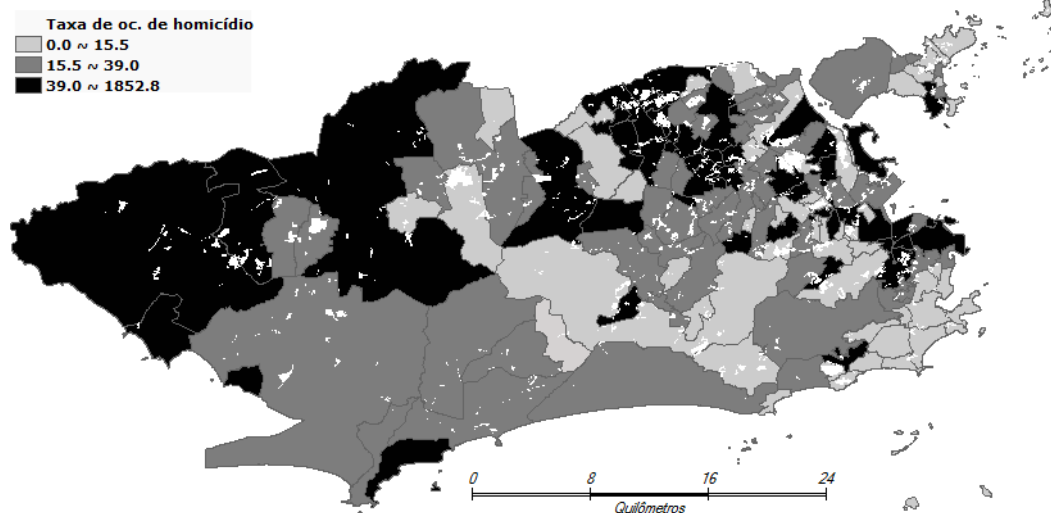
À primeira vista não pareceria haver necessariamente um padrão de superposição entre as favelas e os bairros de ocorrência das mortes violentas, e sim uma óbvia proximidade entre umas e outros. Há favelas que estão superpostas aos bairros que concentram as ocorrências e outras nas quais não acontece esta superposição. Há favelas que são limítrofes aos bairros de maior ocorrência de homicídios e outras não. O mapa 3, apesar dos casos de superposição inegáveis, não permite visualizar bem a relação.

---

21. Projeção da população por bairro para 2004, realizada por Imanishi na parte 1 deste relatório, com referência no estudo de Camarano *et al.*, *Tendências Demográficas do Município do Rio de Janeiro*, Edit. IPP, Rio de Janeiro, 2004.

22. Existem outras técnicas para suavizar o efeito das taxas e identificar áreas de concentração de violência, inclusive quando o bairro é a unidade geográfica, como é o caso da construção da taxa bayesiana de homicídios, que focaliza os efeitos dos homicídios para determinados bairros (Beato, 2001). Porém esta metodologia não ajuda a identificar “conglomerados estatisticamente significativos”, como foi feito com a concentração das vítimas por residência utilizando o estimador de Kernel. Por este motivo, optou-se por trabalhar com as taxas anuais médias e depois superpor a identificação dos conglomerados feita pela análise de Kernel para as residências das vítimas, como se verá a seguir.





Fonte: Datasus/MS; Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro.

Elaboração da autora.

Obs.: 1. Para visualização em cores deste e dos demais mapas do estudo, acessar o site <[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)>.

2. As ilustrações não puderam ser trabalhadas graficamente pelo Editorial com os dados disponibilizados.

Segundo a análise dos dados, só 7,2% das ocorrências dos óbitos georreferenciados provêm de favelas, enquanto entre a população total do município do Rio de Janeiro a porcentagem de pessoas que mora em setores subnormais (*proxy* de favelas) é de 17,7% (IBGE, 2000). A definição censitária de setor subnormal parece não ser de muita utilidade quando se trata de localizar as ocorrências das vítimas, talvez porque ainda haja disparidade entre esta definição e as favelas.<sup>23</sup>

No entanto, novamente se enfrenta o problema de sub-representação das ocorrências nestes setores, pois só está disponível o lugar de ocorrência do óbito, e não o do evento. Também a dificuldade para localizar os endereços das vítimas que moravam em favela pode estar incidindo nesta sub-representação. Por seu turno, há a distorção gerada pelos óbitos que acontecem em local diferente do local do crime, apesar de não haver dados concretos sobre isto além das notícias nos jornais.<sup>24</sup> Outro fenômeno que vem acontecendo e aumenta cada vez mais são os desaparecimentos, mas estas ocorrências parecem apresentar uma lógica diferente da atribuída aos homicídios.<sup>25</sup> Nestes casos não há como identificar o fato como morte pelo local onde realmente aconteceu, lançando-se mão das fontes disponíveis.

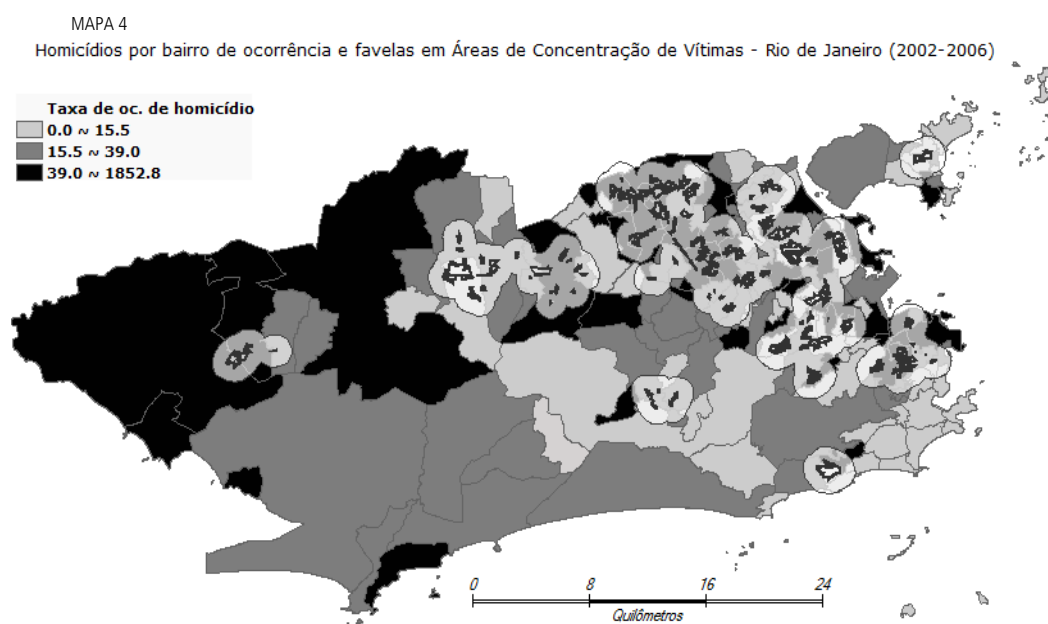
23. Estudo recentemente realizado pelo Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos – IPP, em 2006, constatou que a área ocupada pelas favelas cadastradas pela prefeitura coincide fortemente com a dos aglomerados subnormais em 72% dos setores censitários e representa 80% da população residente nos aglomerados subnormais cariocas (IPP, 2006).

24. Em notícia do dia 4 de junho de 2008 no jornal *O Estado de São Paulo*, junto com a notícia da detenção de um dos “milicianos” acusados de sequestrar e torturar os repórteres do jornal *O Dia*, foi denunciada a existência de um cemitério clandestino em Gericinó, próximo da favela do Batan, onde as milícias que controlam a favela depositariam os corpos em “desova”. Ver no site: <[http://www.estadao.com.br/cidades/not\\_cid183857,0.htm](http://www.estadao.com.br/cidades/not_cid183857,0.htm)>.

25. De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, cujos dados foram divulgados em dezembro de 2009, o fenômeno do desaparecimento de pessoas tem uma dinâmica bem diferente dos homicídios dolosos. O primeiro resultado da pesquisa mostra que dos casos analisados de pessoas desaparecidas em 2007, 71,3% reapareceram vivas, 14,7% não reapareceram e 6,8% reapareceram mortos. No caso destes últimos, 58% eram homicídios dolosos comprovados. Portanto, de acordo com estes dados, os homicídios intencionais são uma porcentagem muito

Sabe-se por cálculos anteriormente realizados que existem áreas concentradoras de vítimas de homicídios de acordo com a residência da vítima, e estas coincidem com áreas de favelas ou são próximas a elas. As áreas de concentração de residência de vítimas superpõem-se aos locais de ocorrência dos óbitos. Para determinar a superposição foram mapeados os principais locais de residências das vítimas, cujos pontos de concentração foram localizados a partir da razão de Kernel, identificando-se depois as áreas de influência das ocorrências de morte com a aplicação do *buffer* (ou área de influência) de um raio de um quilômetro em volta das favelas que estão nestas áreas.

Superpuseram-se as superfícies que ocupam as favelas e partes dos bairros com maior concentração de vítimas de homicídios residentes e foram identificados através do *buffer* os bairros e favelas que ficam dentro do raio de influência das favelas pertencentes às áreas de concentração de vítimas. Desta forma, além das áreas onde realmente residem as vítimas e há ocorrências registradas, foi possível identificar bairros limítrofes a estas áreas, supondo-se que as ocorrências têm um padrão móvel e expansivo diferente do que o local de residência. Foram superpostas estas áreas à distribuição das ocorrências por bairro quantificadas em taxas com o objetivo de observar como os lugares que concentram residências de vítimas são próximos dos locais de ocorrência dos crimes.



Fonte: Datasus/MS; Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro; IPP (2005).  
Elaboração da autora.

Obs.: 1. Para visualização em cores deste e dos demais mapas do estudo, acessar o site <[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)>.

2. As ilustrações não puderam ser trabalhadas graficamente pelo Editorial com os dados disponibilizados.

---

pequena dos registros de desaparecimento. Entre as motivações de desaparecimento, as causas violentas são a segunda causa, representando 12,9% do total. Por sua vez, o perfil segundo sexo das pessoas desaparecidas é bem diferente do perfil das pessoas assassinadas: há uma proporção mais elevada de mulheres (7,2% das vítimas de homicídio são mulheres e 38,4% dos desaparecidos são mulheres). Embora estes sejam dados preliminares da pesquisa, eles parecem constatar que se trata de um fenômeno diferente daquele dos homicídios – pelo menos, na maioria dos casos. Ver no site: <<http://www.isp.rj.gov.br/NoticiaDetalhe.asp?id=225>>. Último acesso em 16 de dezembro de 2009.

*Conforme pode ser observado no mapa 4, há superposição e proximidade entre as áreas onde residem as vítimas e os locais onde ocorrem as mortes por homicídio na cidade. Só os casos de Grumari, Pedra de Guaratiba e Camorim, na Barra da Tijuca,<sup>26</sup> destoam deste padrão. Trata-se de bairros que têm as maiores taxas de ocorrências e não pertencem às áreas de residência das vítimas. Porém, deve-se levar em consideração que estes são casos específicos de bairros com pouca população e, portanto, com a distorção de taxas já apontada. Por este motivo, além de se considerarem as taxas, deve ser lido em todos os casos o número absoluto de ocorrências de homicídios por bairro.*

A par dos bairros que concentram as mortes, o mapa captou as favelas que estão dentro ou no entorno das áreas de concentração de vítimas de homicídio por residência, dados que permitiram a confecção da tabela 2 do anexo. Pode-se observar que nem todas as favelas estão superpostas aos bairros com maiores taxas de homicídio por ocorrências, embora na maioria dos casos sejam favelas limítrofes a estes bairros. Bairros como Complexo da Maré ou do Alemão apresentam taxas muito baixas de ocorrência, o que pode ser explicado por um fenômeno similar ao acontecido nestes locais com as residências: não se identifica o local onde o corpo aparece ou a morte não foi registrada como sendo nestes bairros e sim em bairros próximos, como Bonsucesso, que apresenta taxas de ocorrências superiores a 540 em 100 mil habitantes. Novamente deve-se levar em consideração que se trata das taxas de homicídios para os bairros e não para as favelas, pois esta informação não está disponível. Outra anotação importante é que ainda se está trabalhando com a base de dados das residências geocodificadas; portanto, mesmo que se esteja analisando a distribuição das ocorrências, trata-se das vítimas cujas residências foram identificadas de acordo com o endereço ou logradouro. Os resultados aqui obtidos podem demonstrar que certos bairros são desconsiderados como endereços de residência e como locais onde aparecem os óbitos, embora a análise das ocorrências no espaço possa estar influenciada pelas vítimas cujo endereço foi encontrado. *Ainda assim, o resultado da análise das ocorrências reafirma o fato de que certos endereços podem ser não considerados e não aparecem apontados no mapa quando se trata de identificar as ocorrências de homicídio.*

Quando se faz referência aos bairros com as maiores taxas, trata-se daquelas taxas entre o último e o penúltimo quintil (de mais de 57 em 100 mil e de mais de 35 até 57 homicídios em 100 mil habitantes), uma vez que cada faixa foi agrupada em quintis, como aparecem no mapa, e cada um deles reúne 32 bairros. À exceção dos bairros já mencionados com poucas ocorrências e pouca população que distorcem as taxas, *os bairros com altas taxas de homicídios costumam ter concentração de favelas próximas dos locais de residência das vítimas.*

Das 751 favelas identificadas neste período, 444 pertencem às áreas de concentração das vítimas de violência e às áreas de influência definidas pelo *buffer*, como aparece no mapa 4. As favelas compreendidas nestas áreas resultaram ser quase 60% do total de favelas registradas para a cidade do Rio de Janeiro pelo sistema SABREM/IPP em 2005. Portanto, pode-se afirmar que *há a superposição entre o local*

---

26. São os três bairros que estão fora das áreas de influência, pintados na cor escura, representando as taxas mais altas.

*de residência das vítimas de homicídio, as favelas, e entre estas e os bairros onde se registram as maiores taxas de ocorrência de homicídios.*

O único núcleo de favelas distante das áreas de concentração de vítimas de homicídio é aquele localizado no limite entre os bairros de Jacarepaguá, Gardênia Azul, Cidade de Deus, Curicica, Taquara e Pechincha, todos bairros com taxas entre o segundo e terceiro quintil (entre 9,5 e 35,5 ocorrências de homicídios por 100 mil habitantes, excetuando Curicica, que tem uma taxa de 42 em 100 mil). Neste caso, pode ser que a maioria das vítimas que moram nestes bairros tenha registrado a ocorrência do óbito em bairros com centros hospitalares. Ainda, sob o raio de influência das favelas que pertencem às ACVs, pode haver favelas em bairros que não têm quase ocorrências por motivos de isolamento geográfico, como aquelas que se situam em áreas de mato ou são quase rurais.

Estas favelas, menores e talvez mais novas, podem não pertencer ao epicentro das áreas de vitimização e violência, mas muitas vezes são conhecidas por albergarem cemitérios clandestinos ou por estarem submetidas ao controle do tráfico ou das milícias e serem locais igualmente violentos (ver no anexo a tabela 2, com a lista das favelas, por bairro e por área de planejamento, que entram no raio de influência dos locais de concentração de vítimas). No caso de haver encontro de cadáver ou ossada ou desaparecimentos, estes não são captados com apoio dos registros de mortes por agressão da Saúde, utilizados nesta parte da análise. Ademais, o controle e submissão da população por grupos de traficantes e milicianos não aparece nas fontes analisadas. Por este motivo, o estudo é complementado com dados provenientes dos registros de ocorrência da Polícia Civil do Rio de Janeiro para o município do Rio de Janeiro. Estes dados, além dos homicídios, incluem os autos de resistência e os indicadores do trabalho de polícia, necessários para se entenderem algumas dinâmicas criminais e a ação policial, que em muitos casos acabam em morte.

## **7 CRIMINALIDADE VIOLENTA E TRABALHO POLICIAL**

### **7.1 DADOS DE POLÍCIA**

Nesta seção do trabalho analisam-se os dados de homicídios registrados pela polícia do estado do Rio de Janeiro, por meio do preenchimento do registro de ocorrência. Trata-se dos homicídios dolosos, latrocínios (roubo seguido de morte) e lesão corporal seguida de morte. Nestes três casos assume-se a intencionalidade do fato. Analisam-se separadamente dos homicídios os “autos de resistência” ou mortes de civis por policiais em exercício do serviço, os quais serão relacionados à distribuição dos homicídios e outros crimes no espaço territorial. Foram incluídos na análise os indicadores de “produção policial”: número de prisões, número de prisões de crianças e adolescentes, número de apreensão de armas, número de apreensão de drogas e os registros de mortes em serviço de policiais civis e militares.

Uma limitação para a análise deste tipo de dados é que não se dispõe das bases de microdados com as informações policiais, sendo necessário trabalhar com as informações publicadas no Diário Oficial disponíveis no *site* do ISP. Isto significa que as informações são limitadas segundo diversos aspectos: a única informação sobre unidade territorial é a AISP, com os seus respectivos batalhões de polícia militar

(BPMs) e delegacias de polícia civil (DPs); há informações sobre o número de vítimas, mas nada sobre as características destas; não há nenhuma informação sobre os criminosos, assim como sobre a circunstância do crime, o que ajudaria a desvendar a causa; não estão disponíveis informações sobre o instrumento que produziu a morte, elemento que também poderia elucidar estas circunstâncias; não estão disponíveis as informações sobre número de policiais trabalhando por área, o que seria importante para se poder estabelecer a relação entre crime e trabalho policial efetivo; não há dados sobre os policiais que morrem quando estão de folga, informação indispensável, uma vez que a maioria morre fora do serviço.

Apesar das limitações, foram utilizadas e analisadas as informações disponíveis para se chegar ao objetivo desejado: identificar possíveis áreas de concentração de violência letal.

## 7.2 ALGUNS PROBLEMAS DAS BASES DE DADOS DA POLÍCIA

Baseados em critérios jurídicos ou policiais, nos boletins de ocorrência da polícia muitas vezes uma morte intencional não é classificada como homicídio, enquanto para o Ministério da Saúde, a princípio, qualquer morte intencional, independentemente de sua definição legal, é classificada como “agressão”, categoria na qual estão incluídos todos os dados de homicídios. O caso do latrocínio (roubo seguido de morte) estabelece uma clara diferença na classificação de ambas as fontes, pois nos dados policiais é classificado como "crime contra a propriedade", portanto não é classificado como homicídio ou "crime contra a pessoa". Outro caso típico é o dos civis mortos pela polícia; no Rio de Janeiro, tais casos são geralmente incluídos na categoria "autos de resistência" (“resistência à autoridade”), que não figuram entre os homicídios (CANO e SANTOS, 2001; DIRK, 2007).

Além da diferença na definição das categorias que podem ser consideradas homicídio, há diferenças nos tempos em que os fatos são registrados. A polícia registra os fatos no momento da ocorrência, rotulando-os segundo o provável crime cometido, portanto a atualização do registro fica sujeita ao processo de alimentação da base de dados. É importante sublinhar que nos últimos anos a administração da base de dados tem sido modificada. No período de 1997 a 2004 os dados eram contabilizados pela Assessoria de Planejamento e Controle da Polícia Civil (Asplan), e desde 2005 ficaram sob a responsabilidade do Grupo Executivo do Programa Delegacia Legal (GEPDL).<sup>27</sup> Para os fins deste estudo é importante saber que este processo de mudança na administração das bases de dados modificou a organização dos registros e as informações criminais. Foram criadas novas unidades geográficas de atuação policial, denominadas áreas integradas de segurança pública (AISP), as quais incluem tanto áreas de atuação de BPMs quanto de DPs, no intuito de obter maior integração das ações das polícias. Com isto melhora-se o registro integrado das ocorrências, unificados na circunscrição de cada AISP.<sup>28</sup> A mudança mais importante que afeta o registro dos dados de polícia a partir da estrutura consiste na atualização do registro. Antes, se o fato inicial (a ocorrência) se alterava ao longo do tempo, normalmente não era atualizado ou a atualização demorava; agora se atualizam os

---

27. Para se conhecerem o processo de registro e as mudanças institucionais, ver Dirk (2007).

28. Acerca do processo de mudança da estrutura de Segurança no Rio, consultar Dirk (2007).

registros em tempo real, acrescentando-se e se modificando as informações do inquérito a partir dos registros de aditamento. Porém, esta atualização só veio a funcionar a partir das mudanças introduzidas no ano de 2004. Antes, se alguém era atacado e ferido, o fato era provavelmente registrado como um caso de "lesão dolosa" ou de "tentativa de homicídio". Se a vítima morria depois e se transformava em "homicídio doloso", não havia organização nem infraestrutura suficientes para se atualizarem os registros em tempo real e se alterar a classificação original. Os dados do Ministério da Saúde, no entanto, são baseados na causa da morte que aparece no atestado de óbito, não sendo afetados por circunstâncias posteriores que modifiquem a ocorrência. Por esta razão, o número de homicídios no sistema do Ministério da Saúde é maior do que o do sistema da polícia.

Até terem sido modificadas as condições e modalidades de produção de dados criminais pela polícia, o nível de padronização e a qualidade do processamento de dados eram inferiores aos da Saúde. Mas a partir das mudanças no sistema de registro das informações, iniciadas com a criação da Asplan e do Programa de Delegacias Legais, no final dos anos 1990, aprofundadas com a criação do GEPDL e a estruturação da segurança em AISPs, foram melhoradas as informações ingressadas nas bases de dados. Porém, o registro do "fluxo" das ocorrências continua a apresentar alguns problemas. Trata-se principalmente dos casos de *subnotificação* das informações, porque não houve conhecimento dos fatos por parte dos agentes de segurança ou porque o evento ocorreu e a polícia não foi acionada. Em alguns casos, até há conhecimento do fato por parte das instituições, mas não há vontade dos agentes para registrá-los, pois estes se encontram inseridos numa lógica de inércia ou falta de compreensão da importância que pode ter o registro das informações.

Outro problema dos dados de polícia está na classificação do delito, havendo diferentes categorias com critérios díspares, de acordo com o lugar onde aconteceu o fato ou com o tipo de arma que foi usada, assim como também no que respeita ao causal de morte. Nestes casos, é necessária uma padronização na tipificação dos delitos para que não haja erro no registro do tipo de crime. Esta padronização pode ser realizada aplicando-se os critérios do Manual de Delitos e Detalhamento de Delitos da Polícia Civil, e, mesmo assim, em muitos casos as recomendações não são seguidas pelos agentes responsáveis ou podem ser interpretadas de formas diferentes, gerando erros. Apesar de terem sido melhorados substancialmente os critérios de padronização, como no que tange à tecnologia e organização para melhoramento dos dados, ainda há algumas categorias que geram dúvidas e podem conflitar com a definição dos homicídios, como as de "desaparecimento" (que não tipifica delito), "encontro de cadáver" ou "encontro de partes do corpo humano". O citado manual recomenda a tipificação o mais precisa possível destes títulos, para tentar eliminar os erros.<sup>29</sup> De qualquer forma pode-se afirmar que graças ao trabalho de informatização, organização e padronização das tipificações criminais os dados de polícia no Rio de Janeiro têm melhorado substancialmente, diminuindo as margens de erro que antes eram apontadas (CANO e SANTOS, 2001). Estas melhoras nos registros de polícia têm produzido maior convergência entre estes e os registros das mortes da Saúde,

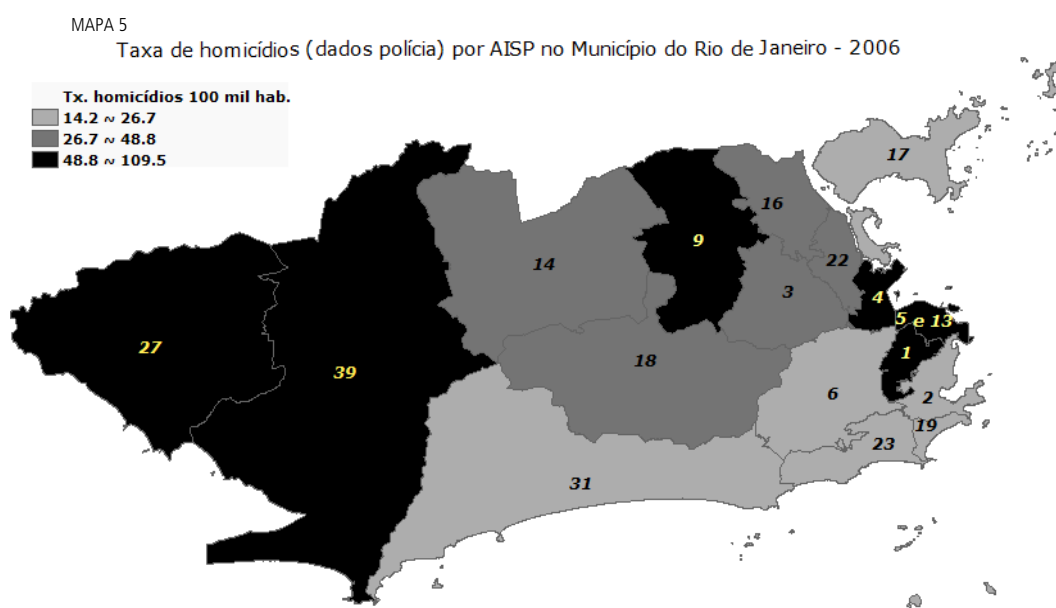
---

29. Sobre os problemas para a "classificação do evento de morte" nos registros de polícia, ver Dirk (2007).

principalmente quando nos “homicídios dolosos” são contabilizadas as mortes de “autos de resistência”, como mostra Dirk (2007).<sup>30</sup>

### 7.3 OS DADOS DE HOMICÍDIO POR ÁREA INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Observou-se onde estão localizadas por bairro as chamadas áreas integradas de segurança pública (AISP), às quais pertencem os diferentes batalhões de polícia militar (BPMs) e as delegacias de polícia civil (DPs), a maioria destas fazendo parte do sistema de delegacias legais no município do Rio de Janeiro. Isto significa que a maioria das delegacias de polícia civil do município do Rio de Janeiro atualmente conta com sistemas informatizados para o processamento dos boletins de ocorrência que permitem a rápida alimentação das bases de dados criminais.<sup>31</sup> Atente-se para o mapa da cidade com a localização das AISPs e a distribuição dos homicídios intencionais por AISP:



Fonte: Secretaria de Segurança Pública; Instituto de Segurança Pública/Núcleo de Pesquisas em Economia do Setor Público (ISP/NUPESP), 2008.

Elaboração da autora.

Obs.: 1. Para visualização em cores deste e dos demais mapas do estado, acessar o site <[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)>.

2. As ilustrações não puderam ser trabalhadas graficamente pelo Editorial com os dados disponibilizados.

É interessante observar a distribuição das ocorrências de morte letal (homicídios dolosos e outras mortes intencionais, no caso dos dados da polícia) e as mortes por

30. Dirk (2007) faz uma operação que aproxima os dados da polícia dos dados da Saúde, somando aos dados dos “homicídios dolosos e outros delitos com morte” a diferença entre as mortes por “intervencções legais e operações de guerra” (que são da Saúde) e os “autos de resistência” (informações da polícia). Esta operação, apesar de pouco ortodoxa, aproxima os dados, mostrando fundamentalmente que o maior número na categoria “agressões” e o menor número na categoria “intervencções legais e operações de guerra” (ambas dos dados da Saúde) podem se dar em virtude de na categoria de “homicídios dolosos” da polícia não estarem incluídas as mortes perpetradas por polícia, enquanto grande parte das “agressões” as incluem.

31. Ver tabela com ano de constituição de cada delegacia legal no Rio de Janeiro em: Relatório Final de Pesquisa *Avaliação do trabalho de policial nos registros de ocorrência e nos inquéritos referentes a homicídios dolosos consumados em áreas de Delegacias Legais*, Instituto de Segurança Pública do Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2003.

“auto de resistência”, que são as mortes de civis por polícia em cada AISP. Esta é uma primeira forma de relacionar o resultado do trabalho de polícia com a distribuição da criminalidade na cidade, e começar a indicar alguns dos possíveis resultados. A tabela 3 mostra as taxas de homicídio por AISP, BPM e DP comparando os dados dos homicídios intencionais como as taxas de civis mortos por polícia no município do Rio de Janeiro no ano de 2006.

TABELA 3

**Taxas de ocorrência de homicídio (dados da Saúde e da polícia), taxas de homicídio por residência (dados da Saúde) e taxas de ocorrência de autos de resistência por Área Integrada de Segurança Pública (AISP), Batalhão da Polícia Militar (BPM) e Delegacia da Polícia Civil (DP) – município do Rio de Janeiro (2006)**

AISPs	BPM	DPS <sup>1</sup>	Taxas de ocorrências de homicídios intencionais – dados da polícia <sup>2</sup>	Taxa de homicídios por residência das vítimas – dados da Saúde <sup>3</sup>	Taxa de mortes por autos de resistência – dados da polícia	População por AISP <sup>4</sup>	Densidade demográfica (nº de hab./km <sup>2</sup> ) <sup>5</sup>
1ª AISP	1	6 e 7	78,7	79,7	24,5	97868	10089
2ª AISP	2	9 e 10	16,0	11,5	3,7	218221	15111
3ª AISP	3	23, 24, 25, 26 e 44	33,4	35,4	19,0	562379	13286
4ª AISP	4	17	73,5	56,7	24,5	65266	6226
5ª e 13ª AISPs	5 e 13	1, 4 e 5	109,4	36,5	7,3	54834	6511
6ª AISP	6	18, 19 e 20	24,4	24,4	13,4	365503	6839
9ª AISP	9	27, 28, 29, 30, 39 e 40	59,7	44,9	17,6	846908	11943
14ª AISP	14	31 (desativada), 33 e 34	47,8	45,3	9,7	882981	5889
16ª AISP	16	22 e 38	36,5	25,8	13,5	468099	13886
17ª AISP	17	37	25,6	27,8	12,0	234181	5091
18ª AISP	18	32 e 41	26,7	29,7	5,0	538830	3680
19ª AISP	19	12 e 13	14,3	12,9	3,4	147201	26629
22ª AISP	22	21	47,3	39,8	15,8	241018	15382
23ª AISP	23	14 e 15	15,0	15,8	8,1	246068	8595
27ª AISP	27	36	63,8	43,4	9,1	363840	1874
31ª AISP	31	16	20,7	11,8	0,4	246521	1024
39ª AISP	RCECS	35 e 43	48,8	31,6	2,0	733068	1899

Fonte: Instituto de Segurança Pública/Núcleo de Pesquisas em Economia do Setor Público (ISP/NUPESP); SIM/Datasus/MS; Centro de Estudos da Metrópole/Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEM/CEBRAP) e IBGE.

Elaboração da autora.

Notas: <sup>1</sup> Delegacias de Polícia Civil não legais: a 4 na AISP 5; 27, 29 e 39 na AISP 9.

<sup>2</sup> Inclui “homicídio doloso”, “lesão corporal seguida de morte” e “roubo seguido de morte (latrocínio)”, que são todos fatos nos quais houve intencionalidade.

<sup>3</sup> Todas as taxas (incluídas as dos dados da Saúde) foram construídas a partir da taxa média anual calculada a partir das taxas mensais publicadas nos arquivos de Incidências Criminais. Consideram-se só as “agressões”.

<sup>4</sup> Média anual por AISP extraída dos arquivos mensais de Incidências Criminais com os dados publicados no Diário Oficial. Estimativa populacional para 2006, NUPESP/ISP. Ver: <<http://www.isp.rj.gov.br>>.

<sup>5</sup> Calculado a partir dos dados do CEM/CEBRAP baseados em dados de área e população dos setores censitários do Censo 2000 (IBGE) e em informações do ISP dos bairros por AISP. Ver: <<http://www.centrodametropole.org.br/home.html>> e <<http://www.isp.rj.gov.br>>.

Na tabela 3 observam-se as taxas compostas pelo número de mortes letais e pelo tamanho da população de cada AISP (na penúltima coluna), considerado na interpretação dos dados acima.

Chama a atenção a alta taxa registrada na área que reúne as AISPs 5 e 13 (áreas do centro unificadas nesta análise). Estas áreas têm pouca população residente, são contíguas e apresentam características similares do ponto de vista urbano, ambas incluídas segundo a divisão urbanística na AP 1, vista anteriormente neste texto (mapa 1). Apesar de se haverem unificado as duas AISPs, a população residente nesta área continua a ser a menor de todas, afetando os resultados das taxas, pois quanto menor a população maior a incidência de cada morte calculada sobre o número de habitantes. A densidade populacional também é bastante baixa, porém não chega aos níveis de outras áreas onde ainda é menor, como mostra a última coluna da tabela.



Alguns estudos ponderam os dados destas áreas – por haver uma população flutuante muito grande – e desconsideram tanto o número de ocorrências quanto as taxas (ver nas tabelas de dados criminais disponíveis no *site* do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes – CESeC/UCAM –, 2007), enquanto outros trabalham com percentuais e não com as taxas (ISP, 2003). Estas AISP's do centro da cidade, particularmente a AISP 5, caracterizam-se por receberem vítimas residentes de AISP's próximas da Zona Sul: 37% das vítimas residentes na AISP 2 morrem na AISP 5 e na AISP 1, que lhe é contígua; 40% dos residentes da AISP 1, que é central e vizinha à AISP 5, e 26,3% dos residentes da AISP 4, também limítrofe, e que está no corredor de passagem para a AISP 5, morrem na AISP 5 (tabela 3 em anexo, que cruza locais de residência e ocorrência de vítimas por AISP). Além disso, a AISP 5 caracteriza-se por ter uma parte importante de suas mortes produzidas por “meios não especificados” (tabela 4 no anexo com causas de morte por AISP, dados da Saúde), e pode estar havendo uma proporção de homicídios não necessariamente relacionados ao tráfico de drogas ou a conflitos com enfrentamentos armados.<sup>32</sup> No presente estudo consideraram-se estas AISP's por representarem um local de concentração dos homicídios, mas também por estarem no raio de influência das áreas de concentração de vítimas de homicídio por residência. Estudos com dados específicos e informações qualitativas que se aprofundem nas características sociais e culturais deste espaço da cidade, sobretudo na movimentação e nas atividades que nela ocorrem, poderão ajudar futuramente a entender a dinâmica de crime e vitimização do local. Por enquanto sabe-se que esta área tem um número de assassinatos bastante alto, se comparada com outras áreas, o que aparece no mapa 1, que mostra o número absoluto de ocorrências de homicídio por áreas de planejamento urbano.

A tabela 3 indica ser alta a taxa de ocorrência de homicídios intencionais, e expressiva a taxa de autos de resistência, representando 19,0 em 100 mil para toda a cidade. No ano de 2006, no Rio de Janeiro, a menor taxa deste tipo de morte foi 0,4, e a maior, de 24,5 em 100 mil, conforme mostra a referida tabela. Os dados de mortes de civis por polícia neste caso reforçam a ideia de se tratarem de locais de criminalidade, uma mistura de outros tipos de criminalidade com territórios em disputa entre facções do tráfico e locais de frequentes ações policiais repressivas.

A AISP 1, contígua às AISP's 2, 4 e 5, tem também uma alta taxa de homicídios e relativamente pouca população residente. No entanto, a densidade demográfica é

---

32. De acordo com diversos estudos, calcula-se que a maioria dos homicídios que se cometem na cidade do Rio de Janeiro pode se relacionar ao tráfico de drogas. No entanto, não existe nos registros policiais um campo onde se especifique o motivo pelo qual se cometeu o crime; está registrada a “circunstância do crime” tal como é relatada pelos próprios policiais. Em estudo sobre os registros e inquéritos policiais, constatou-se que, para a maioria dos registros, ou não havia informação, ou a informação existente em relação à circunstância não era suficiente para poder determiná-la (39%). Por outro lado, a circunstância que era mais citada era a de crime “ligado ao tráfico de entorpecentes” (mais de 30% dos registros), segundo pesquisa feita pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro com informações de 392 casos de homicídios dolosos consultados diretamente nos procedimentos policiais de cinco delegacias legais da cidade (ISP, 2005). Em outros estudos que caracterizam as vítimas dos homicídios se chega à conclusão de que no Rio de Janeiro aproximadamente 70% correspondem à vitimização vinculada ao tráfico de drogas (Soares e Borges, 2007). Porém, no Rio de Janeiro, para se obterem números a respeito das “circunstâncias do crime”, são necessários estudos de tipo qualitativo ou de caso, tendo em vista que informações sobre o assunto não estão disponíveis nem claras nos registros de ocorrência policial.

bastante alta se comparada com a densidade das outras AISP's (10.089 habitantes por quilômetro quadrado). Os bairros da área estão também incluídos do ponto de vista urbanístico na Área de Planejamento de número-1 (mapa 1), que tem características socioeconômicas heterogêneas, descritas neste texto (tabela 1, com características socioeconômicas das AP's). Do ponto de vista do número de ocorrências letais, pode-se afirmar o mesmo que foi dito sobre as AISP's 2 e 5: há um número de ocorrências de homicídio relativamente alto em comparação à população residente, o que faz da AISP 1 uma das áreas de maior taxa de ocorrências. Coincidentemente, esta AISP também aparece como um dos locais apontados enquanto concentrador de maior número e taxa de vítimas de homicídio que ali residem. Deve-se insistir no estudo específico e aprofundado desta AISP, que inclui os bairros de Catumbi, Cidade Nova, Estácio, Rio Comprido e Santa Teresa, bastante heterogêneos entre si do ponto de vista socioeconômico. A presença de favelas que rodeiam estes bairros talvez ajude a explicar este fenômeno, assim como o fato de que estas são vizinhas de bairros onde residem setores socioeconômicos de classe média que podem contribuir para compor redes de tráfico e consumo de drogas bastante intensos no local. Por outro lado, a proximidade de lugares de distribuição de drogas e locais de consumo facilita a transformação destas áreas em centros de constante disputa, seja entre diferentes facções do tráfico, seja pelo envolvimento da polícia ou do exército em atividades ilícitas e controle dos territórios.<sup>33</sup> Isto produzirá inevitavelmente maior número de mortes, enquanto a desarticulação destas organizações criminosas, na medida em que estão inseridos membros corruptos das instituições de segurança pública e defesa nacional, fica mais complexa. Também esta AISP tem uma das taxas mais elevadas de mortes por autos de resistência (24,5 em 100 mil), o que é confirmado pela citada pesquisa feita pelo próprio ISP, a qual mostra que na delegacia legal de Cidade Nova a primeira circunstância de morte era tráfico de drogas (44,4% dos homicídios) e a segunda eram os homicídios em confrontos com a polícia (no ano de 2002, representavam 5,6% destas mortes).

Seguindo na ordem das AISP's que têm maiores taxas de homicídios, a AISP 4 (Caju, São Cristovão e Mangueira) e a 9 (integrada por 25 bairros também da Zona Norte do Rio, pertencentes à AP 3) apresentam altas taxas. Segundo a tabela 3, em anexo, que mostra o cruzamento das residências e ocorrências de homicídios por AISP, as vítimas de homicídio residentes na AISP 4 (Caju, Mangueira e São Cristovão) morrem majoritariamente em outras AISP's: 23% na área de residência, 26,3% na AISP vizinha (AISP 5), 8,3% na outra AISP vizinha (AISP 3), e mais de 15% na AISP 22. A AISP 22, que compreende as favelas do Complexo da Maré, é mais distante, porém se comunica com a AISP 4 pela avenida Brasil. Os padrões que fazem com que uma parte importante das vítimas moradoras de uma área venha a morrer em outra relativamente distante é uma questão a ser pesquisada mais profundamente, e pode estar relacionada tanto com o tipo e as redes de criminalidade

---

33. Tal é o caso de recente evento que vincula o Morro da Providência (em Gamboa, AISP 5) e o Morro da Mineira (em Catumbi, AISP 1), envolvendo atividades ilícitas de políticos, de integrantes do exército e de traficantes das áreas, e que culminaram no crime de três jovens moradores da Providência entregues pelo Exército aos traficantes da Mineira para serem executados. Ver em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u428371.shtml>> (Folha On-line) e <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/06/20/materia.2008-06-20.9509982030/view>> (Agência Brasil, com a posição oficial a respeito).

quanto com a mobilidade das vítimas na cidade e os padrões de vitimização. É fato que certos corredores marcados por grandes avenidas rodeados de favelas que atravessam a cidade apresentam graus elevados de vitimização, como aparece no mapa 3 em anexo, com as principais rodovias, ferrovias e linhas de metrô do Rio de Janeiro.

As AISPs 14 e 22, também na Zona Norte da cidade (AP 3), têm taxas de homicídios similares. Entre 60 e 70% das ocorrências de morte correspondem a vítimas que moravam no local (tabela 3 em anexo – ocorrência e residência por AISP). O estudo do ISP na delegacia legal de Bonsucesso aponta para uma maioria de homicídios dolosos referentes ao tráfico de drogas, disputas entre facções rivais e problemas pessoais que acabam em morte entre os integrantes das quadrilhas. Entre as circunstâncias do crime, 37% foram relacionadas ao tráfico, enquanto há uma alta proporção de homicídios sem informação sobre a circunstância do crime (31%), e em terceiro lugar aparece o “confronto policial”, com 7,4% dos casos. Este número importante de homicídios sem informação de circunstância pode ser devido às mortes de tráfico ou aos enfrentamentos com a polícia com posterior destruição de provas que indiquem a circunstância do delito.<sup>34</sup> Também é provável que haja mortes por conflitos interpessoais gerados entre indivíduos que já estão armados, por pertencerem ao tráfico ou por haver maior circulação de armas nestes locais. Ressalte-se que nestas áreas o uso e posse do armamento estão controlados por traficantes. Outra parte das mortes deve-se à concentração de autos de resistência nestas áreas (tabela 3 no texto), que mostra um número de vítimas elevado, produto de uma política de enfrentamento armado.

As AISPs que têm menor taxa são as que incluem os bairros de classe média e média alta da Zona Sul da cidade. A AISP 2, por exemplo, cobre o policiamento de Botafogo, Catete, Cosme Velho, Flamengo, Glória, Laranjeiras e Urca. Os bairros incluídos nas AISPs da Zona Sul da cidade são os que apresentam a maior diferença entre vítimas residentes e ocorrência de mortes: apenas 27% das vítimas têm a ocorrência registrada na mesma AISP de residência. Mais de 34% morrem nas AISPs 1 e 5, formadas por bairros situados no centro da cidade ou próximos a ele. Morrem 11% das vítimas na AISP 23, também limítrofe da Zona Sul. Das mortes ocorridas na AISP 23, só 42% nela residiam, e o restante das vítimas pertencia a outras áreas de residência.

Um caso diferenciado é o da AISP 19, que compreende os bairros de Copacabana e Leme, das quais só 22% morrem na área de residência e a maioria (37%) tem ocorrência registrada na AISP 23, que compreende bairros limítrofes e próximos, incluídos os bairros de grandes favelas como Rocinha e Vidigal.<sup>35</sup> Uma porcentagem menos importante (7,4%) destas vítimas morre na AISP 5, na área do

---

34. Segundo denúncia do Human Rights Watch, a própria polícia estaria destruindo as provas do delito. Esta denúncia foi publicada no jornal *O Globo*, no domingo de 13 de dezembro de 2009, baseada no relatório de dezembro de 2009 de Human Rights Watch, intitulado *Força Letal. Violência Policial e Segurança Pública no Rio de Janeiro e em São Paulo*. Ver <<http://www.hrw.org/sites/default/files/reports/brazil1209ptweb.pdf>>. Último acesso: 16 de dezembro de 2009.

35. Segundo pesquisa do ISP (2005), entre essas AISPs tem havido nos últimos anos conflitos entre facções do tráfico que vêm gerando aumento de vítimas nessas áreas, únicas nas quais os homicídios aumentaram de forma constante até 2004, quando houve o maior número de homicídios do período. Estes conflitos respondiam a uma mudança no controle dos pontos de venda de drogas entre as áreas mais ricas da cidade (Zona Sul). O Comando Vermelho (CV) controlava a Rocinha e o Vidigal e foi expulso destas comunidades pela Facção Amigos dos Amigos (ADA), deslocando-se para o Morro Chapéu Mangueira, Morro do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, nas áreas de Leme e Copacabana. Esta conexão entre residências e ocorrências das vítimas no período pode ser mais uma constatação dos resultados destes conflitos.

centro da cidade, e o resto das ocorrências está distribuído mais ou menos homogeneamente entre as outras AISP's (ver tabela 3 – AISP por residência por ocorrências – em anexo). Estes dados mostram que os residentes nesta área têm uma grande mobilidade no espaço urbano, e podem vir a morrer em áreas diferentes do lugar de moradia.

Tanto no caso da AISP 2 quanto da AISP 19, ambas compreendendo os bairros de classe média alta da cidade, o perfil das mortes parece um tanto diferenciado. As AISP's com morte registradas como tendo ocorrido por “meios não especificados” e por “outros meios” pertencem às áreas de classe média e à Zona Sul da cidade (AISP's 2 e 19), onde pode estar havendo uma proporção de homicídios que não necessariamente estão relacionados ao tráfico de drogas ou a conflitos com enfrentamentos armados.<sup>36</sup> No caso específico destas AISP's, que compreendem bairros como Copacabana, Leme e Centro, alguns estudos têm mostrado um padrão de criminalidade um pouco diferenciado, cujas mortes estão relacionadas com prostituição e homofobia (ISP, 2005). Note-se que a AISP 31, que inclui bairros como a Barra da Tijuca e o Recreio dos Bandeirantes, que, como visto, albergam população de estratos médios e altos, tem um perfil de homicídios similar às AISP's 2 e 19.

Três fatos importantes merecem destaque nesta seção: *i*) as vítimas de homicídio de AISP's que compreendem bairros de classe média e da Zona Sul da cidade geralmente morrem em outras áreas, limítrofes ou mais distantes destas; *ii*) muitas destas vítimas têm o óbito registrado em áreas do centro da cidade ou em outras AISP's da Zona Sul; e *iii*) a mobilidade parece contribuir para que as pessoas sejam vitimizadas em áreas diferentes da área de residência. Portanto, *haveria aspectos da disposição urbana, das redes de comunicação entre diferentes áreas da cidade e da própria mobilidade das pessoas que podem influir nos padrões de relação entre o local de residência das vítimas e de ocorrência dos homicídios na cidade.*

A AISP 23, apesar de ser composta de bairros pertencentes às áreas mais abastadas da cidade, inclui duas grandes favelas, a Rocinha e o Vidigal, e por isto concentra vítimas de arma de fogo e mortes de civis por polícia.

Sabe-se que as AISP's 27, 31 e 39, apesar de albergarem uma população expressiva, atingem áreas muito grandes, e portanto a densidade populacional é muito baixa (ver mapa das AISP's e tabela 3). Esta característica as coloca como lugares onde é mais fácil que os crimes aconteçam sem muita visibilidade. Todos estes fatos podem contribuir para explicar a sobre-representação do número de ocorrências nestas áreas. No entanto, as diferenças entre estas AISP's encontram-se nas taxas de “autos de resistência”, quase próximas de zero nas 31 e 39, e de 9,0 em 100 mil habitantes na AISP 27. É importante assinalar que estas AISP's pertencem à AP 5, que tem o segundo maior número de ocorrências por homicídios registrados pelos dados da Saúde (mapa 1 do texto, com ocorrências por AP), número que fica relativizado quando se trabalha com as taxas.

Concluindo, é nas AISP's que compreendem os bairros das áreas mais pobres que estão as taxas mais elevadas de homicídios intencionais, onde as pessoas morrem

---

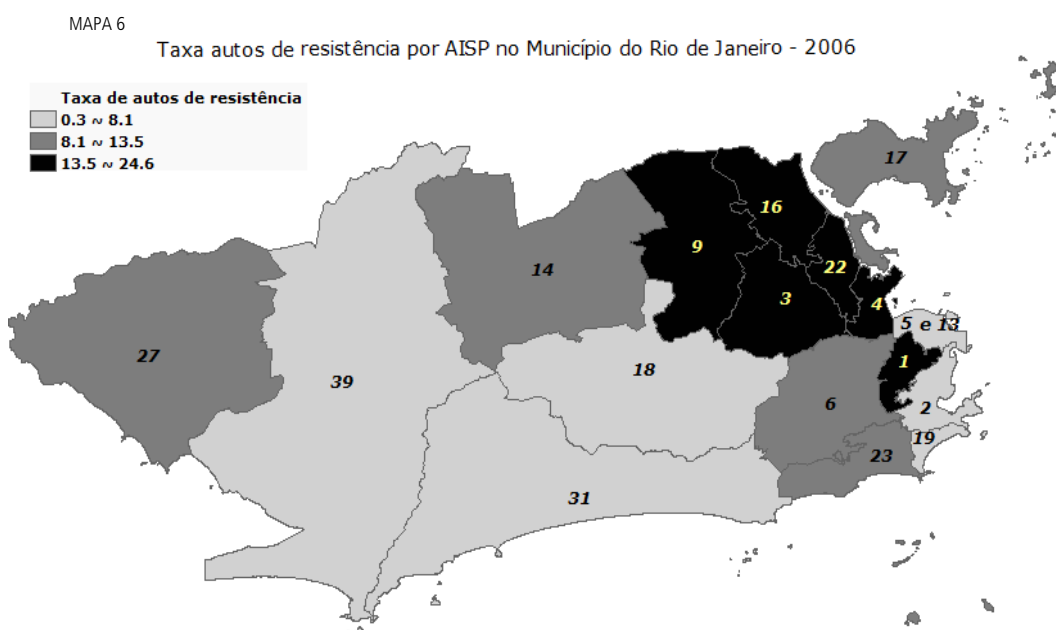
36. Ver nota 32.

próximas aos locais de residência, e onde parece estar concentrada a violência letal, inclusive a perpetrada pela polícia.

*A “seletividade” na distribuição das causas de morte pode indicar diferentes tipos de criminalidade de acordo com a composição socioeconômica das áreas, assim como ações diferenciadas das instituições de segurança (policiais) segundo as áreas.*

#### 7.4 A RELAÇÃO ENTRE A DISTRIBUIÇÃO DOS HOMICÍDIOS E DAS MORTES POR USO DA FORÇA POLICIAL

Observando-se rapidamente a tabela 3, as taxas de “autos de resistência” não parecem ter muita relação com as taxas de homicídios. Porém, depois de um olhar mais apurado e atentando-se para o mapa 6, encontram-se algumas relações.



Fonte: Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro; ISP.  
Elaboração da autora.

Obs.: 1. Para visualização em cores deste e dos demais mapas do estudo, acessar o site <[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)>.  
2. As ilustrações não puderam ser trabalhadas graficamente pelo Editorial com os dados disponibilizados.

Nas AIPs 2 e 19, que incluem os bairros da Zona Sul da cidade (AP 2 e AP 4), as taxas de morte de civis por polícia estão entre as mais baixas. As taxas são ainda menores quando observadas as AIPs 31 e 39, com taxas próximas a zero, e que correspondem às APs 4 e 5, respectivamente. No caso das AIPs 2, 19 e 31, pode haver relação com o nível socioeconômico das áreas de planejamento às quais estas correspondem, compostas na sua maioria por estratos de classe média e alta (tabela 2, com estratos socioeconômicos por APs). Considere-se também que estas três AIPs têm taxas de homicídios bastante baixas se comparadas com as das outras áreas, oscilando entre 5 e 15 em 100 mil para os dados da Saúde,<sup>37</sup> e aproximadamente entre 14 e 21 em 100 mil segundo os dados da polícia. A forma de interpretar as

37. Taxa de ocorrências de homicídios sem se contabilizarem as ocorrências hospitalares para AISP 39, pois neste caso tais óbitos podem estar distorcendo o resultado, por representarem quase a metade da taxa de óbitos da área e estarem mais próximos dos dados de homicídios contabilizados pela polícia.

menores taxas de mortes de civis por polícia nestas áreas poderia ser por intermédio do papel diferenciado que desempenha a polícia ao lidar com setores ricos da população, em relação aos mais pobres. Tal comportamento diferenciado pode ser atribuível a várias causas, que vão desde práticas menos violentas da polícia nestas áreas até a existência de segurança privada contratada por estes setores da população que podem estar substituindo a ação policial. *Provavelmente o fato de se tratar de pessoas que conhecem sua situação cidadã e têm possibilidades de aplicar os mecanismos legais para aplicá-la pode estar inibindo a ação violenta da polícia.*

Não pareceria haver a mesma relação no caso da AISP 39, localizada dentro da AP 5 que, segundo a tabela com os dados do Instituto Pereira Passos, está integrada por estratos de baixa renda e suburbanos afastados. A taxa por “autos de resistência” nesta área é muito baixa, de 2,0 em 100 mil habitantes, enquanto as taxas de homicídios nos dados da polícia (48,8 em 100 mil) não são baixas em relação às das outras áreas de segurança e estão próximas das taxas médias gerais para o município (43,6 homicídios intencionais). Neste caso, as variáveis relativas à composição socioeconômica da área e relacionadas à possível atitude diferenciada da polícia não explicam a menor taxa de mortes de civis por policiais, como poderia ser nos casos anteriores. Portanto, esta hipótese deve ser tomada com cuidado e acrescentada de outros fatores explicativos.

Observa-se a maior concentração dos autos de resistência nas AISPs 1, 9, 16 e 22, concentração esta que mantém a mesma distribuição espacial para os anos mais recentes (tabela 5 em anexo, com os autos de resistência de 2008). Essas AISPs compreendem, entre outros, bairros como Catumbi, Santa Teresa, Rio Comprido (AISP 1); Acari, Irajá, Barros Filho, Vila da Penha (AISP 9); Penha Circular, Vigário Geral (AISP16); Bonsucesso, Manguinhos, Maré e Ramos (AISP22). *Confirma-se que no geral as áreas que compreendem os bairros com maior concentração de autos de resistência são também aquelas que têm as maiores taxas de homicídios, e são principalmente aqueles bairros mais populares e densos demograficamente da Zona Norte do Rio, como também a área do centro da cidade, onde há mais circulação de pessoas de diversos estratos sociais. Os autos de resistência coincidem também com bairros que albergam favelas grandes e populosas.*

Deve-se chamar a atenção para o fato de que o Rio de Janeiro registra a maior proporção e número de autos de resistência por ano, e que a quantidade deste tipo de morte vem crescendo constantemente (gráfico 1, em anexo, com número de autos de resistência de 1998 até 2007), o que tem chamado poderosamente a atenção de organizações de direitos humanos e da opinião pública, como revela pesquisa de vitimização realizada em 2007, segundo a qual 70% da população entrevistada não tem confiança na atuação da polícia (ISP 2007). Entre os problemas destaca-se que a ação de polícia nestas áreas não diferencia criminosos e moradores de favelas, causando mais vítimas do que deveria (RIVERO, 2005; MACHADO DA SILVA, 2008). A ação de (in)segurança da cidade acentua a falta de cidadania das populações mais pobres no Rio de Janeiro e “sugere também que a truculência (além da corrupção) policial se relaciona com a delegação das camadas mais abastadas para que a corporação realize, a qualquer custo e sem controle público, o esperado afastamento das ‘novas classes perigosas’ [aspas do autor] em que se constituem atualmente os moradores dos territórios da pobreza” (MACHADO DA SILVA, 2008, p.16).

Por outro lado, a tabela 4 adiante mostra que as taxas (e também o número) de policiais mortos em serviço são baixas em comparação com as mortes de civis, inclusive em áreas de confronto entre policiais e civis, como mostram os dados dos autos de resistência. Deve-se lembrar, ainda, que neste caso se trata dos policiais mortos em serviço, embora a maioria das mortes de policiais aconteça quando estes estão de folga.<sup>38</sup> Comparativamente, os policiais militares morrem mais do que os civis, dado que os primeiros são os responsáveis pelo trabalho operacional de polícia e estão mais expostos. O lugar onde morrem mais policiais num dos casos é na AISP 22, cujos bairros têm um percentual e uma taxa importante de civis mortos por policiais. Contrariamente, no caso da AISP 19 (Leme e Copacabana), o número de policiais mortos não coincide nem com alta taxa de civis mortos por polícia nem com o lugar de maior taxa de homicídios. Sabe-se que a AISP 22 tem sob sua jurisdição favelas e bairros do subúrbio como o Complexo da Maré e Manguinhos, locais com alta frequência de conflitos entre facções do tráfico e destas com a polícia, além de forte presença de armas de alto calibre e poder de letalidade. Esta AISP tem uma taxa bastante elevada de autos de resistência (15,8 em 100 mil), corroborando a ideia de enfrentamentos regulares entre civis e polícia. É de se supor que nestes locais os policiais estejam mais expostos.

O número mais elevado de policiais mortos na AISP 19 é difícil de se explicar, embora em meio a bairros de classe média e média alta como Copacabana e Leme haja favelas que nos últimos tempos têm passado por conflitos armados por causa da movimentação e disputas das facções do tráfico pelo controle de territórios. Pesquisa do ISP (2005) comprova que houve disputa entre o grupo de traficantes do Comando Vermelho (CV) e o dos Amigos dos Amigos (ADA), e a expulsão e deslocamento do CV da Rocinha (AISP 23) para Copacabana e Leme, na AISP 19. De qualquer forma, seria necessário conhecer o número de policiais que são vinculados a cada AISP para se saber exatamente a relação com o número de mortes por área. Lamentavelmente não se tem esta informação, por ela não estar disponível nos dados publicados pelo ISP, e por provavelmente ser uma informação confidencial de polícia, à qual só é possível ter acesso por meio das bases de microdados policiais, não disponíveis para este estudo.

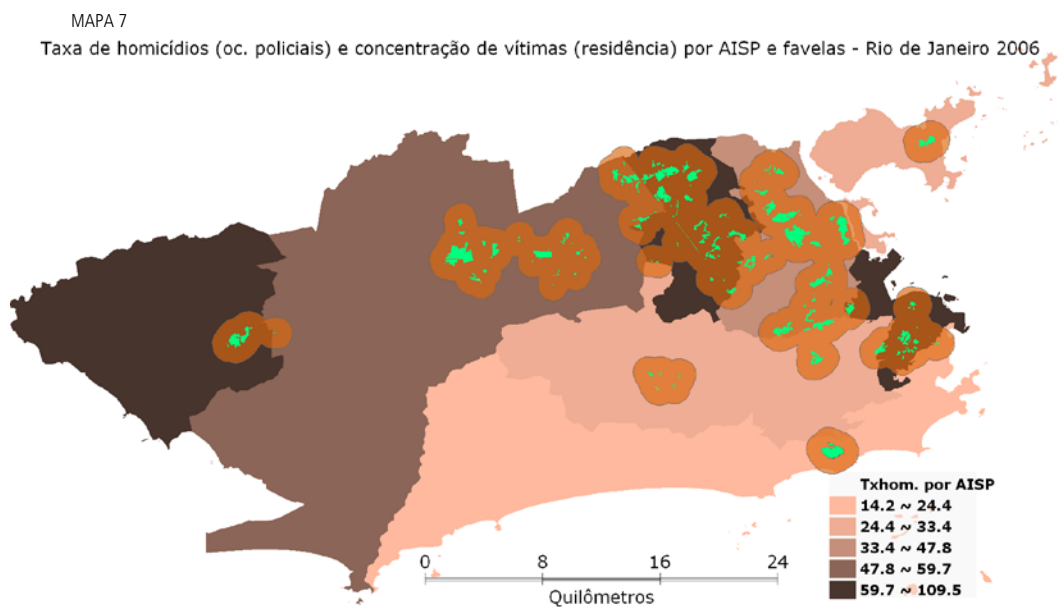
Em síntese, o número de autos de resistência na cidade é elevado e registrou crescimento no período estudado. O padrão de distribuição geográfica das mortes de civis por policiais é similar ao de distribuição de homicídios, atingindo quase as mesmas áreas. Também coincide com os lugares de favelas e locais próximos que concentram residências e ocorrências de vítimas de homicídio, como mostra o mapa 7. Por outro lado, as mortes de policiais em serviço são bem menores e têm um padrão de distribuição similar, à exceção da concentração de policiais mortos na AISP 19, que compreende os bairros de Copacabana e Leme.

---

38. Segundo dados do Boletim Mensal de Monitoramento e Análise do ISP, em 2006 foram mortos 27 policiais militares (PMS) em serviço e 117 em folga, no estado do Rio de Janeiro. No período de 2000 até 2006, os PMS mortos em folga representavam perto do 73% das mortes policiais, e os mortos em serviço, mais de 27% (ISP, dezembro de 2006).

## 7.5 CRIMES LETAIS E LOCAIS DE CONCENTRAÇÃO DE VÍTIMAS

De acordo com a análise anterior, pode-se afirmar que a distribuição das taxas de homicídios intencionais registrados pela polícia reforça os padrões geográficos de distribuição da criminalidade mostrados neste texto a partir das duas fontes de dados de que se dispõe. Observe-se a representação por área das taxas de homicídios registrados pela polícia, como forma de ilustrar a distribuição da letalidade na cidade, e a superposição das favelas onde se concentram as residências das vítimas.



Fonte: ISP; Datasus; IPP.  
Elaboração da autora.

Obs.: 1. Para visualização em cores deste e dos demais mapas do estudo, acessar o site <[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)>.  
2. As ilustrações não puderam ser trabalhadas graficamente pelo Editorial com os dados disponibilizados.

O mapa 7 confirma a distribuição similar das ocorrências de homicídios registrados pela polícia com o local onde estão concentradas as residências das vítimas de homicídio. As duas únicas exceções correspondem às manchas isoladas na parte mais clara do mapa, que indicam concentração de vítimas por residência em áreas onde as taxas de homicídios são menores do que 33,4 em 100 mil habitantes. Estas áreas isoladas de concentração de vítimas correspondem às vítimas residentes na Rocinha, favela populosa localizada em meio a bairros de classe média e média alta, e na Cidade de Deus, localizada em meio a uma área mais isolada e menos populosa, que compreende também alguns bairros residenciais de classe média mais afastados. Partindo da superposição, pode-se avançar na demonstração de que as áreas de residências das vítimas são também áreas onde ocorrem os homicídios. Portanto, se reforça a ideia levantada desde o início deste texto de que existem áreas que na cidade concentram as vítimas de homicídio coincidindo com as áreas de moradia das vítimas e também com favelas ou lugares próximos de favelas, que se caracterizam por serem densamente povoados. A relação entre locais de concentração de populações com escasso direito à vida e à segurança, favelas e alta densidade demográfica é cada vez mais evidente, segundo se pode inferir a partir dos dados e dos mapas apresentados.



A constatação de proximidade entre residência da vítima e ocorrência do homicídio aponta para um círculo que se fecha no sentido de que as pessoas morrem em locais próximos a suas moradias. *Este fato pode indicar que a criminalidade está localizada onde produz as vítimas* ou, embora não localizada especificamente nos mesmos bairros, *vitimiza geralmente as pessoas que moram em bairros próximos, dentro da mesma área.*

*A superposição entre as AISP's de residência e ocorrência dos homicídios pode ser um alerta sobre a distribuição e a ação das instituições de segurança pública em diferentes áreas da cidade, tanto para prevenir quanto para reprimir o crime, contribuindo para a distribuição seletiva das vítimas por local.* Esta hipótese foi abordada em alguns estudos sobre o comportamento policial e os estereótipos que a polícia tem acerca dos criminosos, e parece se confirmar neste estudo com o mapeamento dos locais onde habitam e morrem as vítimas de violência letal. Também está confirmada por dados do próprio Instituto de Segurança do Rio, os quais indicam que os autos de resistência aparecem nos registros de ocorrência entre a segunda ou terceira causa de morte, dependendo da circunscrição de delegacia de polícia de que se trate (ISP, 2005).

*Haveria “seletividade” na distribuição das mortes, indicando diferentes tipos de violência letal de acordo com a composição socioeconômica das áreas, assim como ações diferenciadas tanto dos criminosos quanto das instituições de segurança (policiais) segundo a área.*

A tabela 4 apresenta diferentes taxas de criminalidade (como os crimes violentos), de outros tipos de registros criminais e do que se chama “produção policial”, como apreensão de drogas e armas, e prisões e apreensões de crianças e adolescentes por AISP. A intenção é encontrar alguma regularidade ou relação entre estas ocorrências que ajudem a explicar as taxas de vítimas de homicídios e os padrões de atuação criminal por área.

TABELA 4

**Indicadores criminais por AISP – município do Rio de Janeiro (2006)**

	Taxa de crimes letais por AISP	Autos de resistência	Policiais militares mortos em serviço	Policiais civis mortos em serviço	Apreensão de drogas	Armas apreendidas	Prisões	Apreensão de crianças e adolescentes
AISP 1	78,7	24,5	1,0	0,0	233,0	217,6	375,0	8,2
AISP 2	16,0	3,7	0,0	0,0	54,5	79,3	203,5	22,9
AISP 3	33,4	19,0	0,2	0,0	86,8	167,5	98,5	12,6
AISP 4	73,5	24,5	0,0	0,0	1031,2	268,1	347,8	29,1
AISP's 5 e 13	109,4	7,3	0,0	0,0	972,0	377,5	1059,6	1,8
AISP 6	24,4	13,4	0,8	0,0	38,0	96,3	110,0	15,0
AISP 9	59,7	17,6	0,1	0,0	61,0	158,9	84,0	12,0
AISP 14	47,8	9,7	0,1	0,1	41,5	77,0	55,9	7,6
AISP 16	36,5	13,5	0,2	0,0	31,6	114,9	50,0	5,1
AISP 17	25,6	12,0	0,4	0,0	36,7	68,8	65,8	17,1
AISP 18	26,7	5,0	0,6	0,2	26,9	33,4	60,7	5,2
AISP 19	14,3	3,4	1,4	0,0	228,9	63,2	258,8	36,0
AISP 22	47,3	15,8	1,7	0,0	175,5	90,0	144,0	24,9
AISP 23	15,0	8,1	0,8	0,0	67,1	63,8	163,0	20,7
AISP 27	63,8	9,1	0,0	0,0	47,3	50,3	109,7	13,5
AISP 31	20,7	0,4	0,4	0,0	67,3	49,1	128,2	10,1
AISP 39	48,8	2,0	0,3	0,0	14,6	137,1	57,0	5,0
Taxas médias	43,6	11,1	0,5	0,0	189,1	124,3	198,3	14,5
Taxas gerais	41,4	10,7	0,4	0,0	76,2	95,3	107,0	11,7

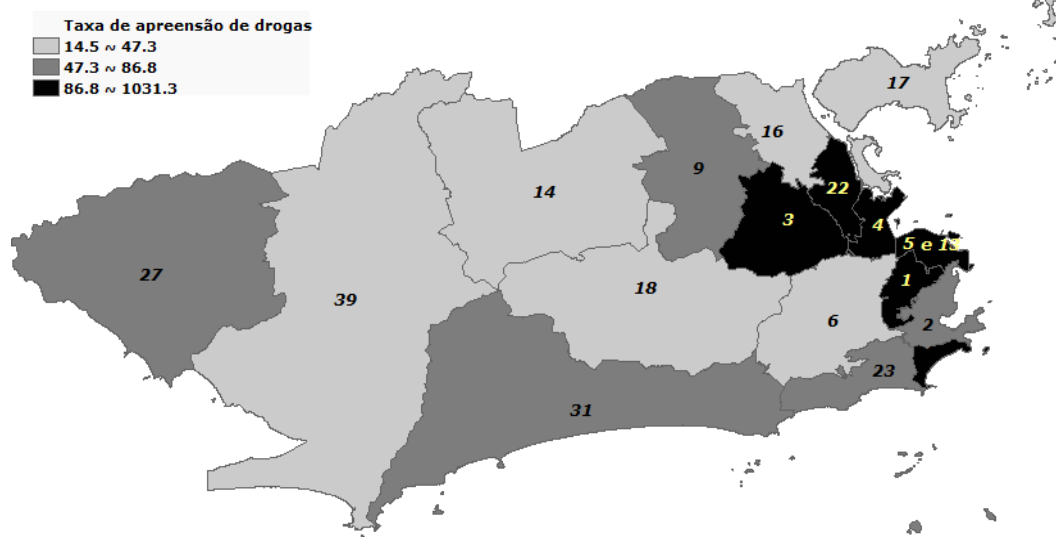
Fonte: ISP.  
Elaboração da autora.

## 7.6 APRENSÕES E PRISÕES: O TRABALHO POLICIAL

Nos mapas 8 e 9 apresenta-se a distribuição de apreensão de drogas e de armas, o que permite analisar a situação da criminalidade por AISP.

MAPA 8

Taxa de apreensão de drogas por AISP no Município do Rio de Janeiro - 2006



Fonte: ISP.

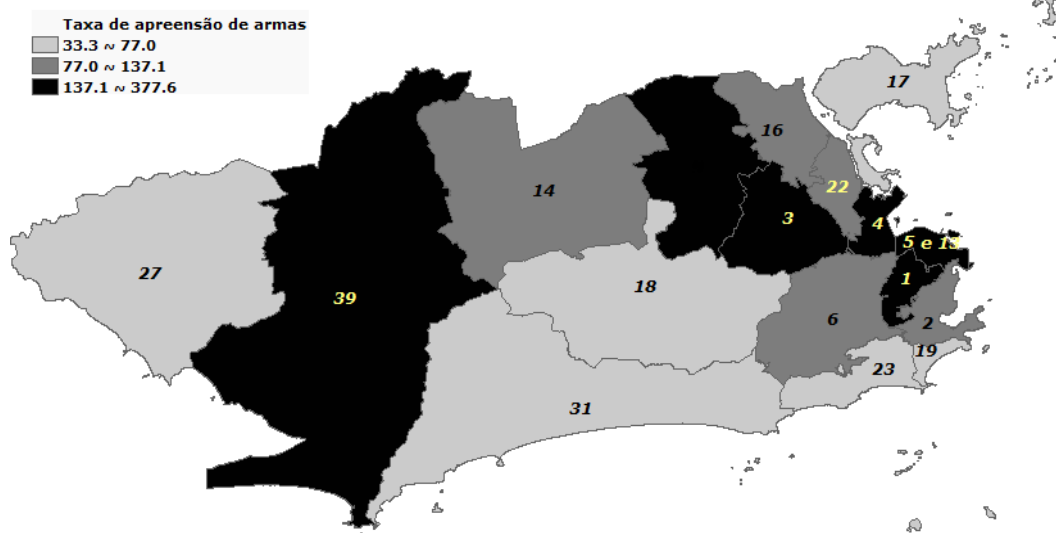
Elaboração da autora.

Obs.: 1. Para visualização em cores deste e dos demais mapas do estudo, acessar o site <[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)>.

2. As ilustrações não puderam ser trabalhadas graficamente pelo Editorial com os dados disponibilizados.

MAPA 9

Taxa de apreensão de armas por AISP no Município do Rio de Janeiro - 2006



Fonte: ISP.

Elaboração da autora.

Obs.: 1. Para visualização em cores deste e dos demais mapas do estudo, acessar o site <[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)>.

2. As ilustrações não puderam ser trabalhadas graficamente pelo Editorial com os dados disponibilizados.

As perguntas iniciais formuladas neste texto parecem estar sendo respondidas pelos dados: sim, efetivamente há áreas onde se concentram os homicídios na cidade; estas coincidem na maioria dos casos (60%) com áreas de favela, fundamentalmente favelas localizadas em áreas mais populosas, embora haja também algumas em áreas

mais afastadas. Apesar disso, tudo indica que, se os pontos de varejo de drogas estão concentrados predominantemente em favelas, o comércio para o consumo final está espalhado por toda a cidade, ultrapassando os limites das favelas.

Supõe-se aqui que o policiamento ostensivo nos bairros da Zona Sul e Sul-Oeste (AISP 19 e 23) seja maior, assim como também as disputas frequentes de narcotraficantes pelos pontos de venda de drogas para as áreas mais ricas da cidade. Isto pode ser parcialmente corroborado pela alta taxa comparativa no local de apreensão de drogas (229 ocorrências de apreensão de drogas para cada 100 mil habitantes). No mapa com as taxas de apreensão de drogas, observa-se um fenômeno bem interessante: há altas taxas nas AISPs 19 (Copacabana e Leme), 1, 5 e 13 (do centro), 22, 4 e 3 (bairros de subúrbio do Rio). Portanto, os padrões geográficos de apreensão de drogas indicam que os pontos de tráfico atingem muito mais as áreas nobres da cidade, sem necessidade de gerar mortes – nem causadas pela polícia, nem por bandos armados. Evidentemente, os traficantes sabem que o confronto nestes locais chamaria muito a atenção da polícia e seria prejudicial para o negócio de venda de drogas. A polícia, por seu turno, também desempenha uma função diferenciada nestas áreas.

*O tráfico de drogas gera morte nas áreas populares e não nas áreas abastadas da cidade. Quando se pensa em fazer qualquer política visando diminuir a criminalidade letal, a distribuição comparativa desses fenômenos deve ser levada em consideração. Estes dados podem estar reforçando a tese de que não é o consumo de drogas que gera a letalidade, senão a ilegalidade que gera o tráfico e produz as mortes* (SOARES, 2006).

O mapa sobre a distribuição das apreensões de armas reforça as hipóteses anteriores, tendo em vista que tem sido demonstrado que a maior quantidade de apreensões está também relacionada à maior circulação de armas (KHAN, 2005). Se isto for assim, a circulação de armas na cidade concentra-se fundamentalmente nas AISPs da Zona Norte, Zona Oeste e no centro da cidade, onde também estão concentrados os homicídios letais. Haveria indícios de uma relação no espaço entre a ocorrência de homicídios dolosos e a disponibilidade de armas.

*Corrobora-se a hipótese anterior: nas áreas de concentração de favelas da cidade a circulação de armas é maior, o que contribui para a letalidade dos crimes violentos, muitos deles associados ao tráfico. Portanto, o tráfico nestas áreas está muito armado e gera maior número de mortes. Superpondo-o à imagem da distribuição dos autos de resistência, também se pode afirmar que a ação da polícia nestas áreas é de confronto e também gera mortes, contribuindo para a “carreira armamentista” na cidade.*

A taxa de apreensão de drogas da AISP 22 (que inclui o Complexo da Maré) é menor que a da AISP 19 (Copacabana), mas ainda próxima desta: 175,5 apreensões em 100.000. Porém, é a AISP 4 que registra a maior taxa de apreensões de drogas no ano de 2006, com 1.031 apreensões em 100 mil habitantes. Também nesta jurisdição foi registrada a maior taxa de civis mortos em confrontos com a polícia: foram 24,5 em 100 mil pessoas mortas em autos de resistência, e uma taxa considerável de homicídios (73,5), superior à média da cidade, embora não houvesse policiais mortos. Os valores de outras taxas como apreensão de armas, prisões etc. nesta AISP são maiores do que as taxas médias e as taxas para todas as AISPs em geral. Em apreensão de crianças e adolescentes esta área tem a segunda maior taxa (29 em 100 mil).

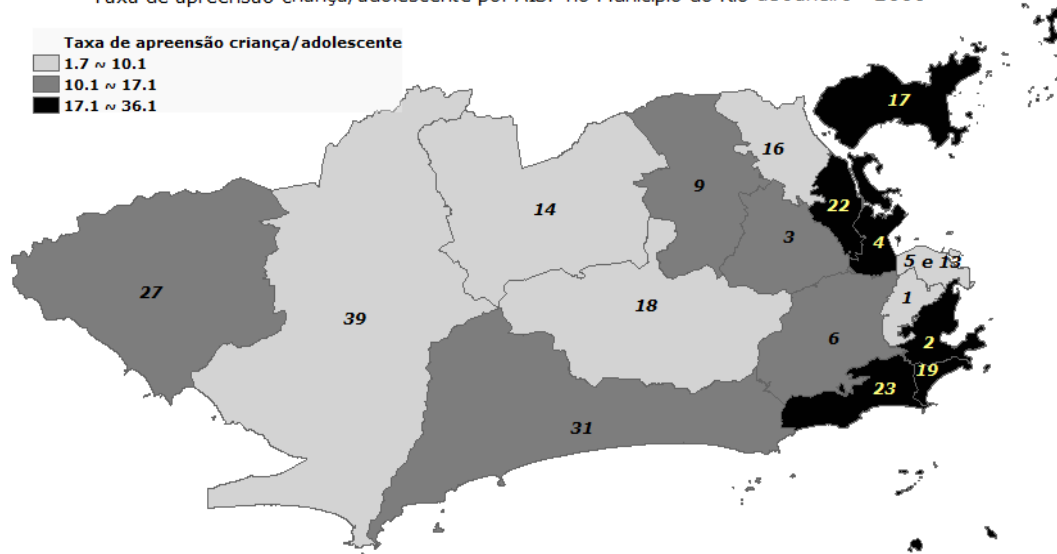
Neste caso é bom alertar para uma possível distorção produzida pela menor população. De qualquer forma, ao verem-se os números absolutos, os indicadores continuam elevados. Portanto, pode-se supor que a localização desta área – situa-se à beira de uma das rodovias mais importantes da cidade e funciona como corredor de passagem que vincula o centro da cidade à zona suburbana – a torne um lugar estratégico de circulação, tanto de mercadorias ilegais quanto de criminosos e, ao mesmo tempo, foco das ações da polícia. Esta hipótese deve ser confirmada por uma investigação mais aprofundada do local.

As AISPs 5 e 13 são as que registram taxas altas em quase todos os itens, salvo autos de resistência, mortes de policiais e apreensão de crianças e adolescentes. Embora se deva lembrar que há pouca população residente, o que pode distorcer as taxas, o número absoluto destas ocorrências é alto. Estas áreas têm as maiores taxas de armas apreendidas e prisões. Conforme verificado, podem se registrar muitas ocorrências, em virtude do grande fluxo de pessoas vinculadas às atividades de serviços, comerciais e de lazer. É importante dizer que esta área tem se transformado em um dos principais pontos da cidade, atraindo grandes massas de população fundamentalmente à noite devido à numerosa oferta de casas de shows, danceterias, restaurantes etc. Este movimento convive com uma histórica tradição do lugar de reunir a “malandragem carioca”, prostituição e outras atividades ilegais e criminosas, não necessariamente relacionadas ao tráfico de drogas. No entanto, a apreensão de drogas nesta área é a segunda mais importante em comparação com as outras áreas da cidade, apontando para a importância deste tipo de atividade.

Os mapas 10 e 11 ajudam a ilustrar a distribuição das ocorrências que são parte do trabalho policial, como as taxas de apreensões de crianças e adolescentes e prisões em geral, ajudando também a interpretar a distribuição das apreensões de armas e drogas. Como se percebe, o trabalho policial com as apreensões de crianças e adolescentes está concentrado nas Zonas Norte, Sul e Sul-Oeste da cidade, principalmente com a participação da AISP 27 da Zona Oeste. Por sua vez, as prisões estão mais concentradas nas Zonas Sul e Sul-Oeste, e também na AISP 27. Diferentemente das ocorrências de homicídios e autos de resistência, outros indicadores concentram-se muito mais acentuadamente nas Zonas Sul e Sul-Oeste, assim como no centro da cidade, que tem as taxas mais altas de prisões. Estes mapas mostram o padrão de trabalho policial que protege da criminalidade algumas áreas da cidade mais do que outras. Não se encontraram informações sobre os tipos de crime, mas se sabe por dados publicados nos boletins mensais do ISP que nestas áreas se concentram os crimes contra o patrimônio e muito provavelmente as altas taxas de prisões correspondam à ação policial também punitiva destes crimes. No caso da apreensão de crianças e adolescentes, também as AISPs 22 e 17 da Zona Norte têm altas taxas, o que pode estar relacionado à participação de jovens e crianças no tráfico nestas áreas, segundo ilustram alguns estudos (DOWNEY, 2003).

MAPA 10

Taxa de apreensão criança/adolescente por AISP no Município do Rio de Janeiro - 2006



Fonte: ISP

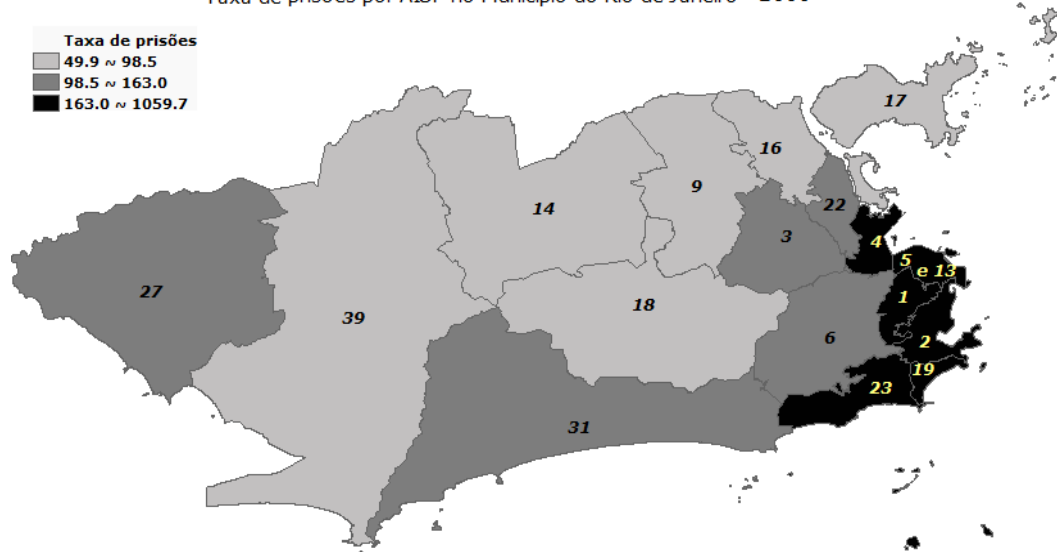
Elaboração da autora

Obs.: 1. Para visualização em cores deste e dos demais mapas do estudo, acessar o site <[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)>.

2. As ilustrações não puderam ser trabalhadas graficamente pelo Editorial com os dados disponibilizados.

MAPA 11

Taxa de prisões por AISP no Município do Rio de Janeiro - 2006



Fonte: ISP

Elaboração da autora.

Obs.: 1. Para visualização em cores deste e dos demais mapas do estudo, acessar o site <[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)>.

2. As ilustrações não puderam ser trabalhadas graficamente pelo Editorial com os dados disponibilizados.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

### 8.1 SOBRE AS BASES DE DADOS

Tanto as estatísticas geradas pelo SIM/MS quanto os dados dos registros de ocorrência da polícia civil são fontes fundamentais para o levantamento dos homicídios no município do Rio de Janeiro. No entanto, ambas as bases estão sujeitas a erros.

No caso dos dados da Saúde, os principais problemas para identificarem-se os padrões de distribuição das ocorrências de homicídios relacionam-se principalmente com as grandes proporções de mortes por causas indeterminadas e com o levantamento da ocorrência a partir do lugar do óbito da vítima, e não do lugar do fato. Isto, como foi demonstrado, pode trazer distorções quanto à localização da ocorrência, ainda maiores quando são contabilizados os óbitos nos centros hospitalares e de saúde. Outro problema, no caso específico do georreferenciamento das ocorrências, são as deficiências no preenchimento dos endereços de ocorrência da morte.

No entanto, as bases de dados da Saúde, fornecidas a esta pesquisa pela Secretaria Municipal de Saúde, mostram melhoras na qualidade da informação ao longo dos anos, e os problemas que possam persistir – como o aumento das mortes por causa indeterminada – não invalidam o presente estudo. A convergência destes dados com os dados dos homicídios levantados pela polícia mostra ainda melhoras no levantamento e classificação das bases de dados da Saúde e da polícia.

Com relação aos dados da polícia, o problema parece ser a disponibilização das bases de microdados oficiais. Tudo indica que apesar disso houve avanços devidos à criação das delegacias legais e, em 2005, à unificação das informações dos registros de ocorrência e do trabalho policial. A partir destas mudanças na administração e registro das informações, os dados dos homicídios dolosos e outros crimes e ocorrências passaram a ser disponibilizados *on-line* no *site* do Instituto de Segurança Pública e puderam ser obtidas as informações nos arquivos disponíveis. Porém, as limitações referem-se às unidades geográficas de análise destas informações, que só estão disponíveis por áreas integradas de segurança pública. Ademais, os estudos dos próprios estatísticos do ISP mostram que as informações sobre os endereços dos locais de ocorrência são de má qualidade, impossibilitando a realização de georreferenciamento destas. Esta dificuldade deverá ser superada, principalmente porque faz com que o trabalho de planejamento e de ação de prevenção e repressão de criminalidade – qualificada pela polícia como de inteligência – seja impossível por área.

Ainda assim, as informações disponíveis permitiram fazer um mapeamento da criminalidade letal e do trabalho policial no município e organizá-la por AISP. Graças a isto, estabeleceram-se alguns padrões espaciais de concentração da violência que se superpõem aos padrões identificados com os dados da Saúde.

## 8.2 O LUGAR DE RESIDÊNCIA DA VÍTIMA E DE OCORRÊNCIA DA MORTE

Foi constatado que existe uma proximidade entre os lugares onde as vítimas residiam e o lugar onde foi registrada a ocorrência da morte. Mesmo se tratando de mortes que foram registradas em centros hospitalares, trata-se geralmente de centros emergenciais que pertencem à área onde também residia a vítima.

Neste caso da distância entre lugar de residência da vítima e de ocorrência do crime, foi comprovado que quando esta distância é medida considerando o bairro onde a vítima residiu e o bairro onde morreu a superposição entre os locais é menor ( $r$  de Pearson = 0.27); quando é levada em consideração a área integrada de segurança pública (AISP) a correlação aumenta ( $r=0.58$ ); e quando é analisada a área de planejamento a superposição entre estes dois dados é ainda maior ( $r=0.79$ ). Isto indica

que, embora a maioria das mortes não ocorra no bairro onde a vítima residia, ela acontece em bairros próximos ou limítrofes a estes.

Considerando as áreas de concentração de vítimas de homicídio por residência e sua área de influência, traçada a partir do raio de um quilômetro (pelo *buffer*) em torno das favelas que integram essas áreas, *a maioria (60%) das favelas da cidade pertencem às áreas identificadas como de concentração de residência de vítimas e o seu raio de influência, e estão superpostas aos bairros com as maiores taxas de homicídios.* Além disso, do total de 13.181 ocorrências de homicídios cujas vítimas tinham a residência georreferenciada, 68% (8.961) são vítimas de homicídio cuja ocorrência foi dentro destas áreas e adjacências (pertencem ao raio de influência das favelas das áreas de concentração de vítimas).

A partir desses dados, pode-se adiantar que a maior parte da vitimização por homicídio e da ocorrência criminal de mortes letais encontram-se em áreas de favelas ou próximas às favelas.

Há alguns locais que concentram particularmente as ocorrências criminais e coincidem com as áreas de concentração dos homicídios, como a AP 3 ou Zona Norte, a AP 5 ou Zona Oeste e a AP 1 ou Zona Central da cidade. Em todas estas áreas predominam as ocorrências de homicídios por arma de fogo e a maioria delas parece apontar para o demonstrado por outras pesquisas: que as circunstâncias do crime estão relacionadas ao tráfico de entorpecentes e às armas que se utilizam para o controle dos territórios, particularmente nos conflitos entre facções criminosas e nos enfrentamentos entre estas e a polícia, assim como às incursões policiais em favelas que resultam em altas taxas de morte de civis pela polícia, mortes denominadas “autos de resistência” (ou “intervenções legais”, na categorização feita pelos dados da Saúde).

Aspectos como a concentração urbana por área estão contribuindo para o número de vítimas de homicídios. Mas parece haver características urbanas que isolam algumas áreas e que vinculam outras, como a rede viária, rodovias, metrovias e ferrovias na cidade, que em alguns casos contribuem para a concentração de violência em locais e em outros casos isolam a violência por local. Isto está demonstrado com a grande concentração de vítimas em volta das AISP's que seguem a avenida Brasil (AISP 4 e AISP 22, por exemplo) rumo à Zona Norte da cidade. Demonstrou-se que áreas mais isoladas (como as AISP 31 e 39), mesmo que possuam favelas, tendem a apresentar menores taxas de ocorrências de homicídios (reafirmando o constatado na parte 1 deste texto acerca das residências das vítimas). Só concentram as ocorrências quando albergam centros hospitalares importantes na atenção emergencial ou quando se trata de favelas maiores e mais antigas que, como o explicado na parte 1 deste estudo, apresentam grande probabilidade de morte violenta. Isto é o que acontece com a AISP 31, onde está situado o Hospital Lourenço Jorge, da Barra da Tijuca. Quando são consideradas as ocorrências com endereços hospitalares, a taxa de homicídios aumenta. Um caso de taxa de ocorrência afetado pela presença de um conjunto de favelas é o da AISP 27, que engloba os bairros de Santa Cruz e Paciência,

e justamente no limite entre os bairros há uma das ACVs, fazendo de Santa Cruz um dos bairros com maior taxa de ocorrência de homicídios.<sup>39</sup>

### 8.3 OCORRÊNCIAS CRIMINAIS POR AISP: PADRÕES COMUNS E DIFERENCIADOS DE CRIMINALIDADE

Tanto os dados de distribuição das mortes e causas de morte visualizadas por AISP, segundo os dados da Saúde, quanto os de homicídios intencionais e outros crimes por AISP, levantados das informações da polícia, parecem mostrar padrões comuns e diferenciados de criminalidade por áreas.

Quando analisadas as informações sobre mortes por AISP, verifica-se que a maioria tem como causa principal a morte por arma de fogo. Seguindo a linha interpretativa de diversos estudos realizados no Rio de Janeiro sobre causas criminais (MIRANDA, 2005; BEATO, 2001; MISSE, 1997), constata-se que a arma de fogo está diretamente relacionada à circunstância de crime ligada ao tráfico de entorpecentes, fundamentalmente às disputas de facções do tráfico pelo controle dos territórios a partir dos quais se negociam as drogas, e conflitos de vingança e disputa pelos integrantes das facções entre si. Também aparece entre as circunstâncias dos homicídios por arma de fogo o “confronto policial”, que depois são registrados como autos de resistência ou morte de civis por polícia. Na maioria dos casos, tais mortes coincidem com os lugares de concentração e disputa de territórios por facções do tráfico de drogas, mas isto não significa que os mortos por polícia sejam todos envolvidos em tráfico ou traficantes propriamente ditos. Há inúmeros casos, destacados na imprensa e apontados por alguns relatórios de direitos humanos, de execuções cometidas por policiais, sem provas de que os assassinados sejam traficantes, e também casos sobre os quais se sabe que as vítimas não estavam envolvidas em tráfico (ver *Relatório Rio: Violência Policial e Segurança Pública*, da ONG de Direitos Humanos Justiça Global). A distribuição das taxas dos autos de resistência confirma em parte esta causa de morte.

Entrando na questão da distribuição por AISP das taxas de mortes de civis por polícia, constata-se que em muitas das áreas onde estas se concentram também estão concentrados os homicídios, como no caso das AISPs localizadas no centro da cidade e na Zona Norte. Em menor proporção que os homicídios, os autos de resistência atingem também AISPs da zona Oeste. Mas o que caracteriza claramente a distribuição deste tipo de morte é que os lugares menos atingidos são sem dúvida as AISPs localizadas na Zona Sul e Sul-Oeste da cidade ou as APs de nível socioeconômico mais elevado. Se por um lado pode-se atribuir esta distribuição à menor concentração de favelas e enfrentamentos entre facções do tráfico nestas áreas (embora isto seja relativo, como foi mostrado, tendo em conta os enfrentamentos que estão havendo entre traficantes que controlam favelas situadas nessas AISPs), por outro se deve também pensar na distribuição dos efetivos policiais na cidade e no tipo de ação de policiamento desenvolvida por local. Há estudos levantando a questão de

---

39. A favela Divineia faz com que Santa Cruz seja um dos bairros de altas taxas de ocorrência de homicídios (AISP 27). Divineia, uma das favelas que se formaram nos anos 1950, possui mais de 6 mil habitantes, estando entre as favelas maiores agrupadas na parte 1 deste estudo. Situa-se entre os bairros de Santa Cruz e Paciência e compõe junto com outras favelas menores uma das ACVs expandidas.



que esta ação é diferenciada e privilegia com estratégias de tipo mais preventivo e menos repressivo as áreas mais abastadas da cidade (RAMOS e MUSUMECI, 2005).

A distribuição de outros crimes, a exemplo das agressões, continua a reforçar os padrões de distribuição dos homicídios. A localização de ocorrências categorizadas pela polícia como “produção” policial, como apreensão de armas, drogas, prisões de crianças e adolescentes e prisões em geral, mostra outros aspectos da distribuição da criminalidade e da ação da polícia por área na cidade.

Em primeiro lugar a distribuição de apreensão de armas está também concentrada nas zonas Norte e Oeste da cidade, acompanhando a distribuição dos homicídios e autos de resistência. No entanto, a distribuição das drogas está mostrando outro padrão e delata que os pontos de tráfico atingem muito mais as áreas nobres da cidade, mas isto não gera, necessariamente, homicídios – praticados por policiais ou por bandos armados.

A partir desta constatação pode-se concluir que o tráfico de drogas gera morte nas áreas populares e não nas áreas abastadas da cidade. Qualquer política dirigida a diminuir a criminalidade letal na cidade deve levar este dado em consideração. Estes dados podem reforçar a tese de que não é o consumo de drogas o que gera a letalidade, mas que a ilegalidade gerada pelo tráfico produz as mortes (SOARES, 2006). Também apontam para um dos componentes interpretativos da “sociabilidade violenta” na cidade, que trata da extensão da criminalidade a outras áreas da cidade que não são favela, mas que faz suas vítimas sobretudo entre os favelados (MACHADO DA SILVA, 2004).

Em geral parece que a distribuição das prisões acompanha as taxas de apreensões de drogas, denotando que o tipo de trabalho policial não letal está mais concentrado nas áreas menos pobres da cidade. Note-se que é nestas áreas onde se concentram os crimes contra o patrimônio e as prisões podem estar diretamente relacionadas à proteção da polícia contra estes crimes. Portanto, enquanto o crime e o trabalho letal da polícia se concentram em áreas e populações pobres, o trabalho menos letal observa-se em locais mais abastados da cidade (RAMOS e MUSUMECI, 2005).

#### **8.4 POSSÍVEIS POLÍTICAS E AÇÕES PREVENTIVAS**

A violência letal que afeta fundamentalmente as áreas pobres da cidade e as pessoas que moram em favelas populosas da área urbana envolve um circuito de criminalidade que está além das fronteiras destas áreas e que se espalha por toda a cidade. A ação da polícia parece privilegiar com policiamento mais preventivo as áreas ricas e ser mais violenta nas áreas mais pobres, aprofundando a vitimização nestes locais. Por este motivo, quando se trata de medir a relação entre a precariedade e a violência a correlação não é linear. Há outras variáveis intervindo nesta correlação, relacionadas tanto aos padrões de configuração da criminalidade no Rio (tráfico, milícias) quanto à ação das forças de segurança pública.

Os motivos pelos quais os moradores de favelas em geral não são diferenciados dos criminosos e grupos de traficantes armados que controlam territórios de favelas estariam relacionados à perspectiva histórica adotada, a qual remete à existência de territórios e populações onde o Estado não teria penetrado completamente ou não

regularia senão apenas parcialmente. Tal conduta também seria devida a um tipo de “cidadania de geometria variável”, que reflete a forma de integração específica entre Estado e sociedade no Brasil, reproduzindo a desigualdade social e política entre os atores sociais em conflito (MACHADO DA SILVA e LEITE, 2008, p. 53-55).

Qualquer política que tenha como objetivo mudar essa situação deverá atender fundamentalmente à desigualdade na distribuição de recursos e direitos entre populações e áreas da cidade. A visão que está desenhada neste estudo é a de que a dinâmica criminal envolve de uma forma ou outra o conjunto dos setores sociais e áreas da cidade, e que uma política de isolamento e repressão com base na letalidade aplicada nas favelas não pode resolver o problema. Assim, tal política não parece ser independente de uma função isolada da polícia, senão da configuração política da cidade, cuja elite dominante delega aos aparelhos de segurança um tipo de ação que privilegia a violência. Também é necessário ressaltar que boa parte da população não favelada está em desacordo com este tipo de ação violenta de polícia e começa a se sentir ameaçada por esta. As populações faveladas, por sua vez, pareceriam não ser totalmente contrárias à ação repressiva de polícia, senão mais à sua imprevisibilidade, brutalidade e à criminalização do conjunto da população. Portanto, uma política integrada da ação repressiva focalizada sobre os agentes criminais, num contexto de planejamento e estratégia inteligente, combinada com a política preventiva de polícia comunitária que não seja sinônimo de ocupação policial de territórios, pode gerar diminuição da violência letal e garantir os direitos à segurança destas populações. A integração da cidade rompendo as barreiras da segregação e violência que separam umas áreas das outras, e que não permitem conceber a dinâmica criminal como um todo, é fundamental para instrumentar esta política. Ao mesmo tempo que é necessário identificar os agentes criminais dentro das favelas, também seria parte do trabalho de polícia identificar estes agentes fora delas. Políticas de segurança pública em favelas têm que estar combinadas com políticas em áreas de classe média e classe alta da cidade, uma vez que o circuito da criminalidade atinge diversos setores sociais, prejudicando os mais pobres com a vitimização e a discriminação, quando são vistos em massa como criminosos.

É altamente recomendada a entrada do Estado, em aliança com organizações sociais, nos espaços controlados pelo tráfico e as milícias para a implementação de políticas cidadãs abrangentes e inclusivas, que não fiquem restritas a projetos pontuais, embora possam incluí-los, que deem formação e acesso ao mercado de trabalho e que outorguem possibilidades de educação, saúde e direito à propriedade de moradia e à legalidade no usufruto dos serviços público e privado de qualidade. A integração destas áreas da cidade aos padrões de urbanização existentes em áreas mais abastadas também é uma das políticas indicadas como possíveis. Isto é possível, mas é necessário que haja o fundamental: vontade política para fazê-lo.

## **EPÍLOGO**

Esta pesquisa, concluída em dezembro de 2008, teve seus resultados divulgados no primeiro semestre de 2009. Neste período, instalou-se numa favela do Rio de Janeiro a primeira Companhia de Policiamento Comunitário. Em 21 de janeiro de 2009,

foi aprovada pelo Decreto nº 41.650/2009 a criação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

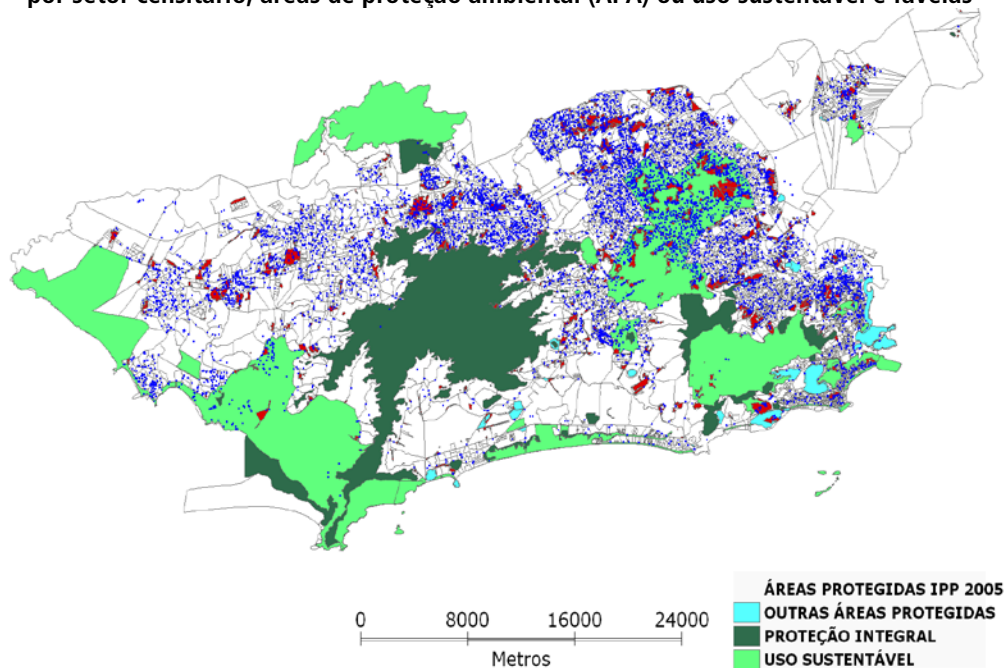
Desde então, essas unidades vêm sendo instaladas em diferentes favelas, começando nas zonas Sul, Centro e Oeste da cidade, e estendendo-se à zona Norte, algumas delas áreas de domínio do tráfico e outras, das milícias. Muitas apresentavam altas taxas de mortes por homicídio e também por autos de resistência.

Espera-se que este estudo tenha orientado para os principais locais onde devem ser estabelecidas políticas de repressão e prevenção à violência, e que ao mesmo tempo chame atenção para a necessidade de uma política que integre estas áreas ao conjunto da cidade. Principalmente, que chame atenção para que as garantias fundamentais dos cidadãos, como o direito à vida e à segurança, sejam cumpridos em todo o território do município.

# ANEXO

MAPA 1

**Vítimas por agressão (homicídios) no município do Rio de Janeiro entre 2002 e 2006, por setor censitário, áreas de proteção ambiental (APA) ou uso sustentável e favelas**

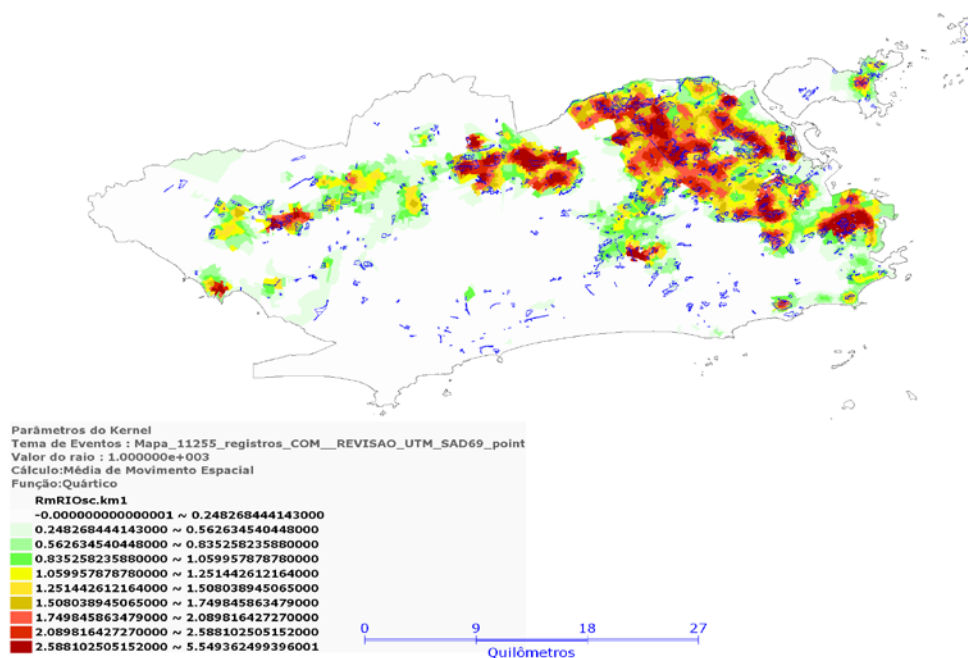


Fonte: Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro; Datasus/Ministério da Saúde (MS); Instituto Pereira Passos (IPP).  
Elaboração da autora.

Obs.: 1. Para visualização em cores deste e dos demais mapas do estudo, acessar o site <[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)>.  
2. As ilustrações não puderam ser trabalhadas graficamente pelo Editorial com os dados disponibilizados.

MAPA 2

**Município do Rio de Janeiro: intensidade da violência por classes do estimador de Kernel**



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro; Datasus/MS; IPP.  
Elaboração de Rute Imanishi Rodrigues.

Obs.: 1. Para visualização em cores deste e dos demais mapas do estudo, acessar o site <[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)>.  
2. As ilustrações não puderam ser trabalhadas graficamente pelo Editorial com os dados disponibilizados.

TABELA 1

### Causas externas de morte por residência e ocorrência no Brasil e no Rio de Janeiro (Unidade da Federação e município)

Brasil	Óbitos por residência		Rio de Janeiro (estado)	Óbitos por residência	
V01-V99 Acidentes de transporte	36611	28,7%	V01-V99 Acidentes de transporte	2922	19,4%
W00-X59 Outras causas externas de lesões acidentais	21598	16,9%	W00-X59 Outras causas externas de lesões acidentais	2091	13,9%
X60-X84 Lesões autoprovocadas voluntariamente	8550	6,7%	X60-X84 Lesões autoprovocadas voluntariamente	427	2,8%
X85-Y09 Agressões	47578	37,3%	X85-Y09 Agressões	7084	47,1%
Y10-Y34 Eventos cuja intenção é indeterminada	11269	8,8%	Y10-Y34 Eventos cuja intenção é indeterminada	2044	13,6%
Y35-Y36 Intervenções legais e operações de guerra	558	0,4%	Y35-Y36 Intervenções legais e operações de guerra	324	0,9%
Y40-Y84 Complicações em assistência médica e cirúrgica	1199	0,9%	Y40-Y84 Complicações em assistência médica e cirúrgica	134	0,9%
Y85-Y89 Sequelas de causas externas	270	0,2%	Y85-Y89 Sequelas de causas externas	13	0,1%
<b>Total</b>	<b>127633</b>		<b>Total</b>	<b>15039</b>	

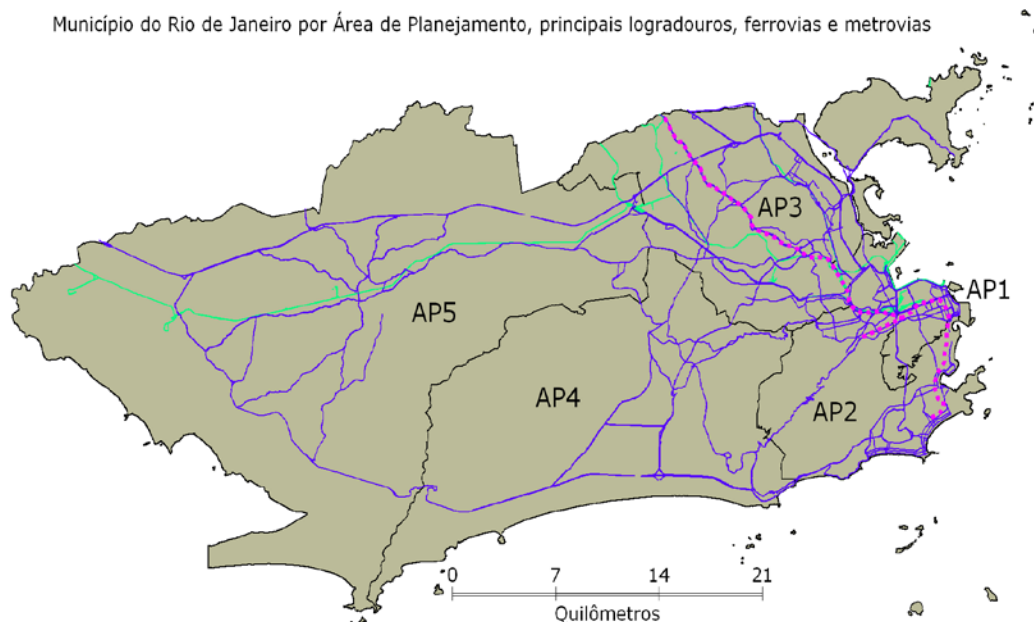
  

Rio de Janeiro (município)	Óbitos por residência		Rio de Janeiro (município)	Óbitos por ocorrência	
V01-V99 Acidentes de transporte	936	16,7%	V01-V99 Acidentes de transporte	978	15,3%
W00-X59 Outras causas externas de lesões acidentais	702	12,6%	W00-X59 Outras causas externas de lesões acidentais	782	12,2%
X60-X84 Lesões autoprovocadas voluntariamente	156	2,8%	X60-X84 Lesões autoprovocadas voluntariamente	165	2,6%
X85-Y09 Agressões	2281	40,8%	X85-Y09 Agressões	2552	40,0%
Y10-Y34 Eventos cuja intenção é indeterminada	1223	21,9%	Y10-Y34 Eventos cuja intenção é indeterminada	1583	24,8%
Y35-Y36 Intervenções legais e operações de guerra	234	4,2%	Y35-Y36 Intervenções legais e operações de guerra	254	4,0%
Y40-Y84 Complicações em assistência médica e cirúrgica	57	1,0%	Y40-Y84 Complicações em assistência médica e cirúrgica	68	1,1%
Y85-Y89 Sequelas de causas externas	4	0,1%	Y85-Y89 Sequelas de causas externas	4	0,1%
<b>Total</b>	<b>5593</b>		<b>Total</b>	<b>6386</b>	

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro; Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)/Datasus/Ministério da Saúde (MS).  
Elaboração da autora.

MAPA 3

Município do Rio de Janeiro por Área de Planejamento, principais logradouros, ferrovias e metrovias



Fonte: IPP.

Elaboração da autora.

Obs.: 1. Para visualização em cores deste e dos demais mapas do estudo, acessar o site <[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)>.

2. As ilustrações não puderam ser trabalhadas graficamente pelo Editorial com os dados disponibilizados.

TABELA 2

**Favelas e bairros que entraram nas áreas de influência traçadas pelo *buffer* por áreas de planejamento e taxas de homicídio (Ocorrência e residência por bairro) – município do Rio de Janeiro (2002-2006)**

APs	BAIRRO	FAVELA	TX_OC	TX_RES
	Benfica	Marechal Jardim	68	84
		Morro dos Telégrafos	68	84
		Parque Herédia de Sá	68	84
		Parque Horácio Cardoso Franco	68	84
		Rua Ferreira de Araújo	68	84
		Tuiuti	68	84
		Vila Arar	68	84
		Vila União (RA - São Cristóvão)	68	84
	Catumbi	Vila Vitória (RA - São Cristóvão)	68	84
		Catumbi	79	125
		Morro da Coroa	79	125
	Estácio	Morro Santos Rodrigues	79	125
		Azevedo Lima	98	108
		Rato	98	108
	Gamboa	São Carlos	98	108
		Morro da Providência	31	102
	Mangueira	Pedra Lisa	31	102
		Comunidade Estação Mangueira (Amcema)	13	91
		Mangueira (RA - São Cristóvão)	13	91
		Morro dos Telégrafos	13	91
	Rio Comprido	Parque Candelária	13	91
		Bispo	42	101
		Comunidade de Clara Nunes	42	101
		Matinha	42	101
		Morro da Liberdade	42	101
		Morro do Escondidinho	42	101
		Morro dos Prazeres	42	101
		Morro Santos Rodrigues	42	101
		Pantanal (RA - Rio Comprido)	42	101
		Parque Rebouças	42	101
		Paula Ramos	42	101
		Rodo	42	101
		Rua Projetada A - Rio Comprido	42	101
		Santa Alexandrina	42	101
		Sumaré	42	101
		Unidos de Santa Tereza	42	101
Vila Anchieta	42	101		
Vila Elza	42	101		
Vila Santa Alexandrina	42	101		
	São Cristóvão	Marechal Jardim	43	60
		Morro dos Telégrafos	43	60
		Parque dos Mineiros	43	60
		Tuiuti	43	60
	Santa Teresa	A.M. e Amigos de Santa Teresa	27	73
		A.M.e Amigos do Vale	27	73
		André Cavalcanti	27	73
		Baronesa	27	73
		Coroadó (AMAPOLO)	27	73
		Fazenda Catete	27	73
		Francisco de Castro	27	73
		Júlio Otoni	27	73
		Ladeira Santa Isabel	27	73
		Luiz Marcelino	27	73
		Morro da Coroa	27	73
		Morro do Escondidinho	27	73
		Morro dos Prazeres	27	73
		Ocidental Fallet	27	73
		Travessa Vista Alegre	27	73
Unidos de Santa Tereza	27	73		
Vila Elza	27	73		
Vila Paraíso	27	73		
Vila Pereira da Silva	27	73		
	Santo Cristo	Moreira Pinto	60	109
		Morro da Providência	60	109
		Pedra Lisa	60	109

(Continua)

(continuação)

APs	BAIRRO	FAVELA	TX_OC	TX_RES
2	Alto da Boa Vista	Vila Parque da Cidade	21	47
		Arrelia	157	36
	Andaraí	Borel	157	36
		Buraco Quente	157	36
		Jamelão	157	36
		Morro do Andaraí	157	36
		Morro do Cruz	157	36
		Parque João Paulo II	157	36
	Catete	Tavares Bastos	9	19
		Vila Santo Amaro	9	19
	Cosme Velho	Cerro-Corá	35	47
		Vila Cândido	35	47
	Gávea	Rocinha	245	19
		Vila Parque da Cidade	245	19
	Grajaú	Borda do Mato	24	31
		Morro do Encontro	24	31
		Nova Divineia	24	31
		Parque João Paulo II	24	31
	Laranjeiras	Maloca	6	14
		Vila Pereira da Silva	6	14
	Rocinha	Rocinha	5	24
	São Conrado	Rocinha	17	8
	Tijuca	França Junior	8	25
		Indiana	8	25
		Morro da Casa Branca	8	25
		Morro da Liberdade	8	25
		Morro do Bananal	8	25
		Morro da Chacrinha	8	25
		Morro do Cruz	8	25
Vidigal	Salgueiro	8	25	
	Chácara do Céu	14	35	
Vila Isabel	Vidigal	14	35	
	Morro dos Macacos	15	41	
Abolição	Parque Vila Isabel	15	41	
	Morro do Trajano	19	34	
Acari	Rua Itabirito	19	34	
	Beira Rio - Rua Matura (RA - Pavuna)	36	62	
	Parque Acari	36	62	
	Vila Esperança	36	62	
Anchieta	Vila Rica de Irajá	36	62	
	Associação Comunitária Vila Alvorada	58	75	
	Avenida	58	75	
	Caminho do Padre	58	75	
	Comunidade Aramari	58	75	
	Final Feliz	58	75	
	Oito de Dezembro	58	75	
	Oliveira Bueno	58	75	
	Parque Criança Esperança	58	75	
	Parque Esperança	58	75	
Bancários	Planalto	58	75	
	Rua Itatiba	58	75	
Barros Filho	Rua Oliveira Bueno, 832	58	75	
	Vila Bereti	58	75	
	Conjunto Residencial dos Servidores Municipais	13	38	
Bento Ribeiro	Jardim Duas Praias	13	38	
	Luiza Regadas	13	38	
	Almirante Tamandaré	63	98	
	Gleba I, da Antiga Fazenda Botafogo	63	98	
Bonsucesso	Parque Nova Cidade de Acari	63	98	
	Parque São José	63	98	
	Cristo Rei	22	48	
	Monte Carmelo	22	48	
Brás de Pina	Nabuco de Araújo, 228	22	48	
	Parque Vila Nova	22	48	
	Rua Embiri	22	48	
Brás de Pina	Comunidade Agrícola de Higienópolis	585	164	
	Morro do Piancó	585	164	
	Parque Proletário Monsenhor Brito	585	164	
Brás de Pina	Vila São Pedro	585	164	
	Brás de Pina	24	46	
	Mangueirinha	24	46	
	Morro da Guaíba	24	46	
Brás de Pina	Rua Castro Menezes, 928	24	46	
	Vila Pequiri	24	46	

(Continua)

(continuação)

APs	BAIRRO	FAVELA	TX_OC	TX_RES
Cachambi		Carlos Drummond de Andrade	15	35
		Jacarezinho	15	35
		Malvinas	15	35
		Pica-Pau Amarelo	15	35
Cacuaia		Bairro Nossa Senhora das Graças	291	48
Campinho		Comendador Pinto	82	44
		Vila Campinho	82	44
Cascadura		Beco da Amizade	33	60
		Fazenda da Bica	33	60
		Morro da Iguaiça	33	60
		Morro do Bacalhau	33	60
Cascadura		Morro do Fubá	33	60
		Morro do Juca	33	60
Cavalcanti		Vila Campinho	33	60
		Grota	47	79
		Parque Silva Vale	47	79
		Rua Baleares, 172 - Rua Amália, 286	47	79
Cocotá		Vila Primavera	47	79
		Visconde de Saboia	47	79
		Morro do Dendê	20	41
		Rua Marquês de Muritiba, 609	20	41
Coelho Neto		Furão	39	88
		Morro União	39	88
Colégio		Rua Parnaíba	39	88
		Morro União	37	69
3		Vila São Jorge (RA - Irajá)	37	69
		Itararé	2	27
		Joaquim de Queiroz	2	27
		Morro da Baiana	2	27
		Morro das Palmeiras	2	27
		Morro do Adeus	2	27
		Morro do Alemão	2	27
		Morro do Piancó	2	27
		Mourão Filho	2	27
		Nova Brasília (RA - Alemão)	2	27
		Parque Alvorada	2	27
		Rua Armando Sodré	2	27
		Vila Matinha	2	27
		Cordovil		Batuta de Cordovil
Bom Jardim de Cordovil	33			55
Cantinho do Rio	33			55
Chega Mais	33			55
Cordovil	33			55
Dourados	33			55
Parque Chp	33			55
Parque Proletário de Cordovil	33			55
Pedacinho do Céu	33			55
Serra Pelada	33			55
Vila Cambuci	33	55		
Costa Barros		Bairro da Pedreira	77	107
		Centro Social União de Costa Barros	77	107
		Chico Mendes (Morro do Chapadão)	77	107
		Fazenda Botafogo / Margem da Linha	77	107
		Grotão de Costa Barros	77	107
		Parque Boa Esperança (RA - Pavuna)	77	107
		Parque Nova Cidade de Acari	77	107
		Parque Nova Jerusalém	77	107
Quitanda	77	107		
Del Castilho		Chácara de Del Castilho	113	48
Engenheiro Leal		Rua Iguaçú, 360, casa 23	50	80
		Sanatório	50	80
Engenho da Rainha		Morro do Engenho da Rainha	18	37
		Parque Proletário Engenho da Rainha	18	37
		Relicário	18	37
		Rua Pereira Pinto	18	37
Engenho de Dentro		Rua Sérgio Silva	18	37
		Bairro Ouro Preto	22	48
		Pretos Forros	22	48

(Continua)



(continuação)

APs	BAIRRO	FAVELA	TX_OC	TX_RES
3	Engenho Novo	Barro Preto	37	59
		Barro Vermelho	37	59
		Céu Azul	37	59
		Dona Francisca	37	59
		Morro da Bacia	37	59
		Morro da Matriz	37	59
		Morro do Encontro	37	59
		Morro São João	37	59
		Parque Vila Isabel	37	59
		Vila Cabuçu	37	59
	Guadalupe	Faz Quem Quer (RA - Anchieta)	43	65
		Maranata	43	65
		Morro do Mata Quatro	43	65
		Parque Criança Esperança	43	65
		Parque Rafael de Oliveira	43	65
		Parque Raio do Sol	43	65
	Higienópolis	Rafael de Oliveira	43	65
		Parque Félix Ferreira	33	27
		Vila Dom Fábio	33	27
	Honório Gurgel	Vila Maria	33	27
		Barreira do Juca	41	76
		Jardim Bárbara	41	76
		Parque Bela Vista	41	76
		Praça Cândida Vargas	41	76
		Rua Cônego Boucher Pinto	41	76
		Vila Operária Diamantes	41	76
	Inhaúma	Vila Santa	41	76
		Morro das Palmeiras	46	69
		Morro do Engenho da Rainha	46	69
		Nova Brasília (RA - Alemão)	46	69
		Parque Alvorada	46	69
		Parque Everest	46	69
		Parque Proletário Engenho da Rainha	46	69
		Relicário	46	69
		Rua Lagoa Redonda	46	69
	Irajá	Vila Matinha	46	69
		Morro do Sapê	39	56
		Parque Bom Menino	39	56
		Parque Jardim Metrô de Irajá	39	56
		Parque Rio D'Ouro	39	56
		Rua Miguel Dibo	39	56
	Jacaré	Vila Esperança	39	56
		Dois de Maio	97	115
		Marlene	97	115
		Praça Marimbá, 60 (Fundos)	97	115
		Rua Matinoré, 163 (Fundos)	97	115
		Tancredo Neves (RA - Jacarezinho)	97	115
		Tautá	97	115
		Vila da Rua Viúva Cláudio, 211	97	115
	Jacarezinho	Vila Jandira	97	115
		Vila Matinoré	97	115
		Chp-2	4	47
		Praça Marimbá, 60 (Fundos)	4	47
		Rua Matinoré, 163 (Fundos)	4	47
		Rua São João	4	47
		Tancredo Neves (RA - Jacarezinho)	4	47
	Jardim Carioca	Tautá	4	47
		Vila Jandira	4	47
		Guarabu	12	38
	Lins de Vasconcelos	Morro do Dendê	12	38
		Rua Rodano, Lote 22, Quadra 31	12	38
		Cachoeirinha	15	57
		Morro da Cachoeira Grande	15	57
		Morro da Cotia	15	57
		Morro do Amor	15	57
		Morro do Céu	15	57
	Meier	Morro Nossa Senhora da Guia	15	57
		Pretos Forros	15	57
		Santa Terezinha	15	57
		Joaquim Meier	202	21

(Continua)

(continuação)

APs	BAIRRO	FAVELA	TX_OC	TX_RES
	Madureira	Buriti - Congonhas	58	73
		Comunidade de São Miguel Arcanjo	58	73
		Morro do Sossego (RA - Madureira)	58	73
		Morro São José	58	73
		Negrão de Lima	58	73
		Sanatório	58	73
		Serrinha	58	73
		Vila das Torres	58	73
	Manguinhos	Mandela de Pedra	26	52
		Parque Carlos Chagas	26	52
		Parque João Goulart	26	52
		Parque Oswaldo Cruz	26	52
		Vila Arar	26	52
		Vila Turismo	26	52
	Maré	Baixa do Sapateiro	6	46
		Joana Nascimento	6	46
		Nova Holanda	6	46
		Paraibuna	6	46
		Parque Maré	6	46
		Parque Roquete Pinto	6	46
		Parque Rubens Vaz	6	46
		Parque União	6	46
		Ramos	6	46
Timbau	6	46		
	Marechal Hermes	Assis Martins	375	57
		Caminho da Reta	375	57
		Oliveira Junqueira	375	57
		Praça Cândida Vargas	375	57
		Rua do Canal	375	57
		Rua do Encanamento	375	57
		Sociedade Beneficente e Social Frei Sampaio	375	57
		Vila Esperança de Guadalupe	375	57
		Vila Eugênia	375	57
Vila Nossa Senhora da Glória	375	57		
3	Olaria	Morro do Alemão	17	47
		Morro do Cariri	17	47
		Rua Armando Sodré	17	47
		Tenente Pimentel	17	47
		Vila Cruzeiro	17	47
		Vila Proletária da Penha	17	47
		Oswaldo Cruz	21	51
	Parada de Lucas	19	25	
	Parque Anchieta	4	41	
	Parque Colúmbia	Parque Colúmbia	0	0
		Parque Unidos	0	0
		Rua da Escadinha	0	0
		Rua do Barro	0	0
Rua Embaú, 427		0	0	
Rua Madagascar		0	0	
Pavuna	Araguatins	42	43	
	Batistinha	42	43	
	Caminho do Job	42	43	
	Final Feliz II	42	43	
	Nova Olinda	42	43	
	Parque Nova Cidade de Acari	42	43	
	Parque Nova Jerusalém	42	43	
	Quitanda	42	43	
	Rua Embaú, 349	42	43	
	Rua Embaú, 427	42	43	
	Vila Amaral	42	43	
Vila Nova da Pavuna	42	43		
Penha	Morro da Caixa d'Água (RA - Penha)	182	41	
	Morro da Fé	182	41	
	Morro do Caracol	182	41	
	Morro do Cariri	182	41	
	Parque Proletário do Grotão	182	41	
	Rua Laudelino Freire	182	41	
	Vila Cruzeiro	182	41	
	Vila Proletária da Penha	182	41	

(Continua)

(continuação)

APs	BAIRRO	FAVELA	TX_OC	TX_RES
Penha Circular		Centro Social Marcílio Dias	6	45
		Jardim do Carmo	6	45
		Mandacaru II	6	45
Penha Circular		Morrinho	6	45
		Morro da Caixa d'Água (RA - Penha)	6	45
		Morro da Fé	6	45
		Morro do Caracol	6	45
		Morro do Sereno	6	45
		Parque Proletário do Grotão	6	45
		Rua Frey Gaspar, 279	6	45
		Piedade		Comunidade dos Marianos
Engenheiro Alfredo Gonçalves	22			59
Jardim Piedade	22			59
Joaquim Martins, 378-Fundos	22			59
Morro da Caixa d'Água (RA - Meier)	22			59
Morro do Urubu	22			59
Morro dos Mineiros	22			59
Morro Inácio Dias	22			59
Rua Baleares, 172 - Rua Amália, 286	22			59
Rua Engenheiro Clóvis Daudt, 304	22			59
Rua Itabirito	22			59
Vila Caramuru	22			59
Vila da Amizade	22			59
Vila dos Mineiros	22	59		
Pílares		Morro do Engenho da Rainha	36	54
		Morro do Trajano	36	54
		Morro do Urubu	36	54
		Rua Pereira Pinto	36	54
Quintino Bocaiúva		Morro Inácio Dias	29	52
		Padre Manuel da Nóbrega	29	52
		Parque Araruna	29	52
		Rua Lemos de Brito	29	52
		Rua Saçu	29	52
Ramos		Igreja Nossa Senhora da Conceição	76	58
		Morro da Baiana	76	58
		Parque Itambé	76	58
		Ruth Ferreira	76	58
		Travessa Marques de Oliveira	76	58
		Vila Residencial Darcy Vargas	76	58
		Vila Santo Antônio (RA - Ramos)	76	58
Riachuelo		Morro dos Macacos	10	34
Ricardo de Albuquerque		Força do Povo	46	93
		Parque Tiradentes	46	93
Rocha Miranda		Faz Quem Quer (RA - Madureira)	43	70
		Morro União	43	70
		Vila Santa	43	70
São Francisco Xavier		Vila Triagem	14	33
Sampaio		Morro da Matriz	14	66
		Morro do Queto	14	66
Tauá		Bairro da Sapucaia	6	28
		Maestro Arturo Toscanini	6	28
		Morro do Dendê	6	28
		Morro do Querosene	6	28
		Praia da Rosa	6	28
		Rua Guariúba	6	28
Tomás Coelho		Morro do Juramento	36	54
		Morro do Urubu	36	54
		Morro dos Mineiros	36	54
		Parque Nova Maracá	36	54
		Parque Silva Vale	36	54
		Rua Brício de Moraes	36	54
		Rua Pereira Pinto	36	54
		Rua Sérgio Silva	36	54
		Vila Caramuru	36	54
Vila Itaocara	36	54		
Turiaçu		Moisés Santana	50	77
		Morro do Sapê	50	77
		Rua Pereira Leitão	50	77
		Vila das Torres	50	77
		Vila Santa	50	77
Vaz Lobo		Morro do Sapê	93	64
		Rua Prof. Burlamaqui	93	64
		Serrinha	93	64
Vicente de Carvalho		Morro do Juramento	51	85
Vila Kosmos		Parque Nova Maracá	10	38

(Continua)

(continuação)

APs	BAIRRO	FAVELA	TX_OC	TX_RES	
4	Cidade de Deus	Beirada do Rio	27	95	
		Loteamento Josué	27	95	
		Moquiço	27	95	
		Praça da Bíblia	27	95	
		Rua Daniel	27	95	
		Santa Efigênia	27	95	
	Curúcia		Santa Anastácia	42	42
	Freguesia Jacarepaguá		Associação Belfast São Geraldo	22	39
			Inácio do Amaral	22	39
			Pantanal I (RA - Jacarepaguá)	22	39
			Praça da Bíblia	22	39
			Quintanilha	22	39
			Rua Agostinho Gama	22	39
			Rua Daniel	22	39
			Rua São Jorge	22	39
	Gardênia Azul		Vila Nova Esperança	21	28
	Jacarepaguá		Morro da Cotia	14	21
			Outeiro	14	21
			Santa Terezinha	14	21
			Travessa Efraim	14	21
			Vila Nova Esperança	14	21
			Vila Sapê	14	21
	Taquara		Avenida Guia Lopes	26	36
			Portugal Pequeno	26	36
			Rua Mirataia	26	36
			Santa Anastácia	26	36
			Santa Efigênia	26	36
	5	Bangu	Alto Kennedy	38	52
			Av. Santa Cruz, 3556	38	52
			Bairro Nova Aliança	38	52
			Bairro Santo André	38	52
			Caminho do Borges	38	52
			Caminho do Lúcio	38	52
			Castor de Andrade	38	52
			Estrada da Saudade	38	52
			Estrada Sargento Miguel Filho, 164	38	52
Jardim São Bento			38	52	
Minha Deusa			38	52	
Nova Kennedy			38	52	
Retiro da Mangueiras			38	52	
Rua Congo, 147			38	52	
Rua da Feira, 1220			38	52	
Saibreira			38	52	
São Bento			38	52	
Tibagi			38	52	
Travessa Santa Catarina-Vila dos Mineiros			38	52	
Vila Moreti			38	52	
Vila Olímpia	38	52			
Vila Piquirobi	38	52			
Vila Progresso	38	52			
Vila União da Paz	38	52			
Cosmos		Primeiro de Abril	20	41	
		Parque Resplendor	20	41	
		Vila São Jorge (RA - Campo Grande)	20	41	
Deodoro		Fazenda Sapopemba	40	97	
		Rua do Canal	40	97	
Magalhães Bastos		Quatorze de Julho	38	54	
		Rua Jabaquara	38	54	
		Rua Santo Expedito	38	54	
		Vila Brasil	38	54	
		Vila Capelinha	38	54	
		Vila São Miguel	38	54	
Paciência		Beco do Carcará	40	69	
		Comunidade Jardim Paulista	40	69	
		Divineia	40	69	
		Nova Jérsei	40	69	
		Roberto Morena	40	69	
		Rua Iconha	40	69	
Padre Miguel		Murundu	34	67	
		Rua Bernardo de Vasconcelos e Adjacências	34	67	
		Vila Abrilhos	34	67	
		Vila das Rosas	34	67	
		Vila do Vintém	34	67	

(Continua)

(continuação)

APs	BAIRRO	FAVELA	TX_OC	TX_RES
		Alameda da Creche	81	58
		Bairro Carumbé	81	58
		Batam	81	58
		Beira Rio (RA - Realengo)	81	58
		Birigui	81	58
		Do Larginho	81	58
		Nilo	81	58
		Rua Bernardo de Vasconcelos e Adjacências	81	58
		Vila 133	81	58
	Realengo	Vila do Almirante	81	58
		Vila do Vintém	81	58
		Vila Jardim Novo Realengo	81	58
		Vila João Lopes	81	58
		Vila Jurema (RA - Realengo)	81	58
		Vila Jurema 1 (RA - Realengo)	81	58
		Vila Lélío Boaventura	81	58
		Vila Nova (RA - Realengo)	81	58
		Vila Santa Luzia	81	58
		Vila Santo Antônio (RA - Realengo)	81	58
		Vila São Miguel	81	58
		Bairro Barro Vermelho	66	58
		Nova Brasília - Três Pontes (RA - Santa Cruz)	66	58
		Pantanal (RA - Santa Cruz)	66	58
5	Santa Cruz	Roberto Morena	66	58
		Rua Iconha	66	58
		São Gomário	66	58
		Três Pontes	66	58
		Anes Dias	31	55
		Fazenda Coqueiro	31	55
		Morro da Esperança	31	55
	Santíssimo	Professora Justina Marques	31	55
		Rua Sem Nome	31	55
		Rua Teixeira Campos, 642	31	55
		Rua Teixeira Campos, 96/102	31	55
		Coreia (RA - Bangu)	15	59
		Falange	15	59
		Jacaré	15	59
		Jardim Clarice	15	59
		Minha Deusa	15	59
		Morro do Sossego (RA - Bangu)	15	59
	Senador Camará	Rua Santo Amos	15	59
		Saibreira	15	59
		Tancredo Neves (RA - Bangu)	15	59
		Tibagi	15	59
		Tiqui	15	59
		Verde é Vida	15	59
	Vila Militar	Comunidade Sobral	9	26

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, Datasus/MS e IPP.  
Elaboração da autora.



TABELA 4

**Causas de morte por AISP – Rio de Janeiro (2002-2006)**

AISPs		Agressão por disparo de arma de fogo	Agressão por outros meios não especificados	Intervenção legal	Outras agressões (objeto cortante, enforcamento etc.)	Total	
1	Count	237	32	9	15	293	
	% aisp_oc	80.9	10.9	3.1	5.1	100.0	
	% Total	1.8	0.2	0.1	0.1	2.2	
2	Count	60	19	1	8	88	
	% aisp_oc	68.2	21.6	1.1	9.1	100.0	
	% Total	0.5	0.1	0.0	0.1	0.7	
3	Count	970	128	89	48	1235	
	% aisp_oc	78.5	10.4	7.2	3.9	100.0	
	% Total	7.3	1.0	0.7	0.4	9.3	
4	Count	89	14	5	2	110	
	% aisp_oc	80.9	12.7	4.5	1.8	100.0	
	% Total	0.7	0.1	0.0	0.0	0.8	
5	Count	403	99	73	49	624	
	% aisp_oc	64.6	15.9	11.7	7.9	100.0	
	% Total	3.0	0.7	0.6	0.4	4.7	
6	Count	371	45	94	21	531	
	% aisp_oc	69.9	8.5	17.7	4.0	100.0	
	% Total	2.8	0.3	0.7	0.2	4.0	
9	Count	2114	240	166	55	2575	
	% aisp_oc	82.1	9.3	6.4	2.1	100.0	
	% Total	16.0	1.8	1.3	0.4	19.4	
14	Count	1569	153	92	95	1909	
	% aisp_oc	82.2	8.0	4.8	5.0	100.0	
	% Total	11.8	1.2	0.7	0.7	14.4	
16	Count	748	123	97	39	1007	
	% aisp_oc	74.3	12.2	9.6	3.9	100.0	
	% Total	5.6	0.9	0.7	0.3	7.6	
17	Count	239	43	44	8	334	
	% aisp_oc	71.6	12.9	13.2	2.4	100.0	
	% Total	1.8	0.3	0.3	0.1	2.5	
18	Count	435	42	5	33	515	
	% aisp_oc	84.5	8.2	1.0	6.4	100.0	
	% Total	3.3	0.3	0.0	0.2	3.9	
19	Count	26	9	2	7	44	
	% aisp_oc	59.1	20.5	4.5	15.9	100.0	
	% Total	0.2	0.1	0.0	0.1	0.3	
22	Count	650	94	106	33	883	
	% aisp_oc	73.6	10.6	12.0	3.7	100.0	
	% Total	4.9	0.7	0.8	0.2	6.7	
23	Count	207	39	41	23	310	
	% aisp_oc	66.8	12.6	13.2	7.4	100.0	
	% Total	1.6	0.3	0.3	0.2	2.3	
27	Count	745	118	49	52	964	
	% aisp_oc	77.3	12.2	5.1	5.4	100.0	
	% Total	5.6	0.9	0.4	0.4	7.3	
31	Count	256	31	30	41	358	
	% aisp_oc	71.5	8.7	8.4	11.5	100.0	
	% Total	1.9	0.2	0.2	0.3	2.7	
39	Count	1186	144	25	75	1430	
	% aisp_oc	82.9	10.1	1.7	5.2	100.0	
	% Total	9.0	1.1	0.2	0.6	10.8	
SEM AISP	Count	29	4	2	1	36	
	% aisp_oc	80.6	11.1	5.6	2.8	100.0	
	% Total	0.2	0.0	0.0	0.0	0.3	
		Count	10334	1377	930	605	13246
		% Total	78.0	10.4	7.0	4.6	100.0

Fonte: ISP-RJ; Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro; SIM/Datasus/MS.  
Elaboração da autora.

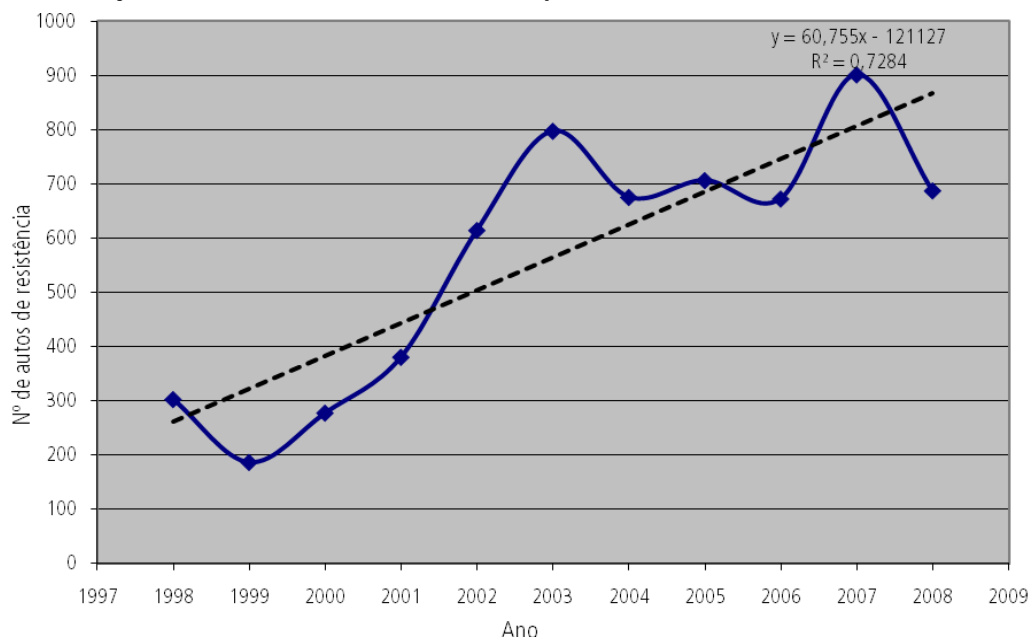
TABELA 5

AISP	População/ AISP	Número de autos de resistência (2008)	Taxa de autos de resistência (2008)
1	97868	28	28,6
2	218221	8	3,7
3	562379	59	10,5
4	65266	9	13,8
5	54834	7	12,8
6	365503	28	7,7
9	846908	196	23,1
14	882981	74	8,4
16	468099	117	25
17	234181	11	4,7
18	538830	29	5,4
19	147201	17	11,5
22	241018	47	19,5
23	246068	13	5,3
27	363840	28	7,7
31	246521	6	2,4
39	733068	11	1,5

Fonte: ISP-RJ.  
Elaboração da autora.

GRÁFICO 1

### Evolução dos autos de resistência no município do Rio de Janeiro (1998-2008)



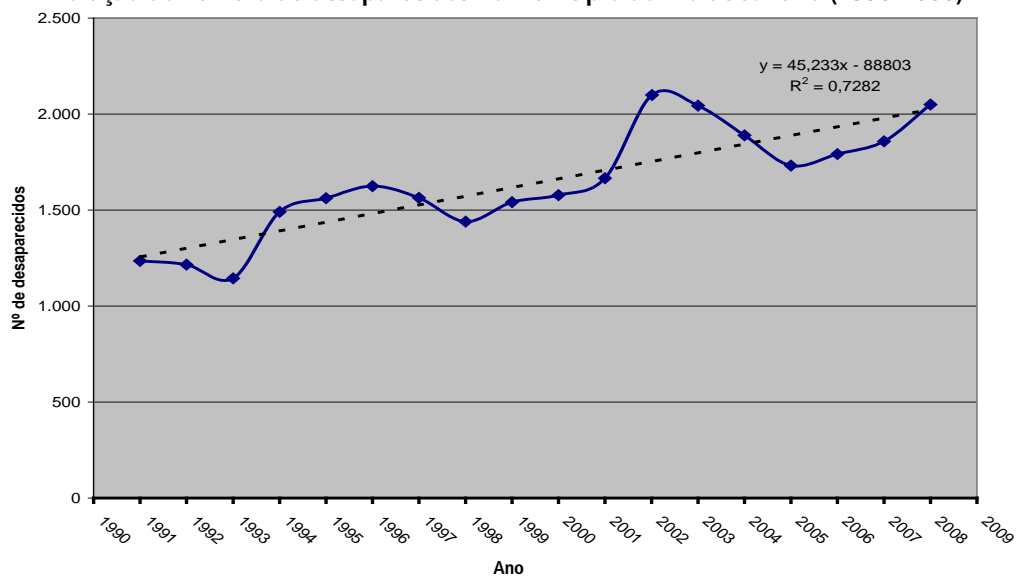
Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil (1997-1998): NECVU/IFCS/UFRJ; jan./1999 a nov./2002: planilhas da ASPLAN; Dezembro de 2002 em diante: ISP-RJ - Incidências por DPs <<http://www.isp.rj.gov.br>>. Tabela de dados obtida do Cesec: <[http://www.ucamcesec.com.br/est\\_seg\\_esp.php](http://www.ucamcesec.com.br/est_seg_esp.php)>.

Elaboração da autora.



GRÁFICO 2

**Evolução do número de desaparecidos no município do Rio de Janeiro (1998-2008)**



Fonte: Registros de Ocorrência da Polícia Civil: SSP-RJ/Nupac – Resumo das Ocorrências Criminais (1991-2002) e ISP-RJ – Incidências por DP (jan./2003 em diante) <<http://www.isp.rj.gov.br>>. Tabela de dados obtida do Cesec: <[http://www.ucamcesec.com.br/est\\_seg\\_esp.phd](http://www.ucamcesec.com.br/est_seg_esp.phd)>. Elaboração da autora.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, S. *et al.* **Terceiro Relatório Nacional Sobre os Direitos Humanos no Brasil 2002-2005**. Editora NEV/USP, 2007.

ARENDT, H. **Sobre a violência**. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2009.

BEATO FILHO, C. C. *et al.* **Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, de 1995 a 1999**. Caderno Saúde Pública, vol. 17, n. 5, p. 1163-1171, 2001.

BIRMAN, P. Favela é comunidade? *In:* SILVA, L. A. M. (Org.). **Vida sob o cerco – Violência e rotina nas favelas no Rio de Janeiro**. Editora FAPERJ, Rio de Janeiro, 2008.

BURGOS, M. B. Dos parques proletários ao Favela-Bairro – As políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. *In:* ZALUAR, A.; ALVITO, M. (Orgs.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

CAMARANO, A. A. *et al.* **Tendências demográficas do município do Rio de Janeiro**. Editora IPP, Rio de Janeiro, 2004.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34, 2000.

CANO, I.; SANTOS, N. **Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil**. Editora 7 letras, Rio de Janeiro, 2001.

CARDIA, N. **Princípios de justiça e paz – Direitos humanos: ausência de cidadania e exclusão moral**. São Paulo: Comissão Justiça e Paz de São Paulo, 1995.

\_\_\_\_\_. Perfil de quem aprova, de quem rejeita e de quem desconhece o Programa Nacional de Direitos Humanos: uma análise suplementar dos dados do *Survey*. **Pesquisa sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violência em 10 capitais brasileiras**. USP/NEV, São Paulo, 2001.

CARVALHO, J. M. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. Companhia das Letras, São Paulo, 1997.

CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1986.

DIRK, R. C. **Homicídio doloso no estado do Rio de Janeiro: uma análise sobre os registros de ocorrência da polícia civil**. Tese (Doutorado), Programa de pós-

graduação em Estudos Populacionais e Pesquisa Social do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Rio de Janeiro, 2007.

DOWNEY, L. **Crianças do tráfico**. Editora Sete Letras/ISER, Rio de Janeiro, 2003.

FREIRE, J. Elevar a voz em uma ordem violenta: indignação colocada à prova pelo silêncio. *In*: SILVA, L. A. M. (Org.). **Vida sob o cerco – Violência e rotina nas favelas no Rio de Janeiro**. Editora FAPERJ, Rio de Janeiro, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA (ISP). **Avaliação do trabalho policial nos registros de ocorrência e nos inquéritos referentes a homicídios dolosos consumados em áreas de delegacias legais**. MIRANDA, A. P. (Coord.). Relatório Final de Pesquisa. ISP/ ANPOCS / SENASP, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.isp.rj.gov.br/>>.

\_\_\_\_\_. **Boletim Mensal de monitoramento e análise**. Dados oficiais do Rio de Janeiro. Ano IV, n. 39, Fevereiro, 2007. Editora Nupesp/FAPERJ, 2006. Disponível em: <<http://www.isp.rj.gov.br/>>.

\_\_\_\_\_. **Balanco das incidências criminais e administrativas no estado do Rio de Janeiro – 1º-semester de 2007**. MIRANDA, A. P.; AZEVEDO, A. L. V.; MELLO, K. S. S. (Coord.). Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.isp.rj.gov.br/>>.

KHAN, T. Indicadores em prevenção municipal de criminalidade. *In*: **Prevenção da violência – O papel das cidades**. SENTO-SÉ, J. T. (Org.). Coleção Segurança e Cidadania, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2005.

LAUTIER, B. Os amores tumultuados entre o Estado e a economia informal – Qualificação e informalidade. SILVA, L. A. M. (Org.). *In*: Contemporaneidade e Educação. **Revista Semestral Temática de Ciências Sociais e Educação**. Rio de Janeiro: IEC, ano II, maio, 1997.

LEITE, M. P. Violência, risco e sociabilidade nas margens da cidade: percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas. *In*: SILVA, L. A. M. (Org.). **Vida sob o cerco – Violência e rotina nas favelas no Rio de Janeiro**. Editora FAPERJ, Rio de Janeiro, 2008.

MACHADO DA SILVA, L.; RIVERO, P. S. **Polícia e Crime Violento nas Favelas do Rio**: percepções e efeitos sobre as rotinas dos moradores. Paper, publicado no CD-ROM do 29º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), Caxambu, Minas Gerais, Brasil, 2005.

MACHADO DA SILVA, L.; LEITE, M. P. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? *In*: SILVA, L. A. M. (Org.). **Vida sob o cerco – Violência e rotina nas favelas no Rio de Janeiro**. Editora FAPERJ, Rio de Janeiro, 2008.

MACHADO DA SILVA, L. A. Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. *In*: SILVA, L. A. M. (Org.). **Vida sob o cerco – Violência e rotina nas favelas no Rio de Janeiro**. Editora FAPERJ, Rio de Janeiro, 2008.

MACHADO DA SILVA, L. A. **Favela, crime violento e política no Rio de Janeiro**. IBASE, Observatório da Cidadania, Rio de Janeiro, 2006.

MACHADO DA SILVA, L. A. Sociabilidade violenta – Por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**. Vol. 19, n. 1, Brasília, 2004a.

\_\_\_\_\_. Solidariedade e sociabilidade violenta: verso e reverso da “moeda” memória. Favela tem Memória. *In*: **A memória das Favelas**. Comunicações ISER, n. 59, ano 23, Rio de Janeiro, 2004b.

MESQUITA NETO, P. **Segundo relatório nacional sobre os direitos humanos no Brasil**. São Paulo: Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos, 2002.

MISSE, M. As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio. **Contemporaneidade e educação**. Rio de Janeiro, ano II, n.1, maio de 1997.

MONDAINI, M. **Direitos humanos**. Editora Contexto, São Paulo, 2006.

MUSUMECI, B. *et al.* **Base Nacional de Estatísticas Criminais – Análise e avaliação**. Rio de Janeiro: CESeC, 2003.

PHEBO, L. Impacto da arma de fogo na saúde da população no Brasil. *In*: FERNANDES, R. C.(Org.). **Brasil: as armas e as vítimas**. Editora 7 Letras, Rio de Janeiro, 2005.

RAMOS, S.; MUSUMECI, B. **Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro**. Coleção Segurança e Cidadania, Editora Civilização Brasileira e CESeC, Rio de Janeiro, 2005.

RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). **Metrópoles – Entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. Apresentação, Parte I e Parte III. Editora Fundação Perseu Abramo, FASE, Observatório das Metrôpoles, São Paulo e Rio de Janeiro, 2004.

RIVERO, P. S. O mercado ilegal de armas de fogo na cidade do Rio de Janeiro. *In*: FERNANDES, R. C. (Org.). **Brasil: as armas e as vítimas**. Editora 7 Letras, Rio de Janeiro, 2005.

RODRIGUES, R. I. Áreas de concentração das vítimas da violência no Município do Rio de Janeiro: características territoriais e domiciliares – Parte 1. *In*: RODRIGUES, R. I.; RIVERO, P. S. **Indicadores de proteção e risco para a instrumentação de políticas públicas em favelas**. Relatório de Pesquisa não publicado, FAPERJ/Ipea, 2009.

SANTOS, S. M.; BARCELLOS, C.; CARVALHO, M. S.; FLORES, R. Detecção de aglomerados espaciais de óbitos por causas violentas em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 1996. **Caderno. Saúde Pública**. 2001, vol. 17, n. 5, p. 1141-1151.

SECRETARIA DE TRANSPORTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Plano Diretor de Transporte Urbano da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **Relatório n. 9**. Rio de Janeiro, 2005.

SOARES, G. A. **Não matarás – Desenvolvimento, desigualdade e homicídios**. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2008.

SOARES, G. A.; MIRANDA, D.; BORGES, D. **As vítimas ocultas da violência na cidade do Rio de Janeiro**. Coleção Segurança e Cidadania IV, Editora Civilização Brasileira e CESeC, Rio de Janeiro, 2007.

SOARES, L. E. **Segurança tem saída**. Editora Sextante, Rio de Janeiro, 2006.

SOUZA, E. R.; ASSIS, S. G. S.; COSME, M. F. P. Violência no Município do Rio de Janeiro: áreas de risco e tendências da mortalidade entre adolescentes de 10 a 19 anos. **Revista Panamericana de Salud Publica**, n 1, v 5, 1997.

UNESCO. **Relatório Vidas Pougadas**. Ministério da Justiça e Ministério da Saúde, Setembro de 2005. Disponível em: [www.rolim.com.br/2002/\\_pdfs/vidas\\_pougadas.pdf](http://www.rolim.com.br/2002/_pdfs/vidas_pougadas.pdf).

WACQUANT, L. **As duas faces do gueto**. Apresentação, cap. I, II e III. Editora Boitempo, São Paulo, 2008.

WASELFISZ, J. **Mapa da violência dos municípios brasileiros – 2008**. Brasília: RITLA, 2008.

## **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BOUDON, R. Will sociology ever be a normal science? *In: Theory and society*. Vol. 17/5, 1988/89, Dept. of History, University of California, Berkeley, USA.

CAVALLIERI, F.; OLIVEIRA, S. **A melhoria das condições de vida dos habitantes de assentamentos precários no Rio de Janeiro: uma avaliação preliminar da Meta 11 dos Objetivos do Milênio**. Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2006.

DURKHEIM, E. **O Suicídio**, Cap. V. parte I e II. Edit. Martins Fontes, São Paulo, 1973.

\_\_\_\_\_. **Da divisão do trabalho social**. Editora Martins Fontes, São Paulo, 1999.

LAUTIER, B. Informalidade das relações de trabalho e cidadania na América Latina. **Caderno CRH**, n. 18, janeiro – junho, 1993.

MESQUITA, W. “Tranquilidade” sob uma ordem violenta: o controle social da “mineira” em uma favela carioca. *In: SILVA, L. A. M. (Org.). Vida sob o cerco – Violência e rotina nas favelas no Rio de Janeiro*. Editora FAPERJ, Rio de Janeiro, 2008.

MISSE, M. Violência e participação política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IUPERJ, Série de Estudos, n. 91, agosto de 1995, p. 23-39.

MUSUMECI, B.; MOURA, T.; AFONSO, C. (Orgs.). **Auto de resistência – Relatos de familiares de vítimas da violência armada**. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2009.

NETO, P. M. **Segundo relatório nacional sobre os direitos humanos no Brasil**. São Paulo, Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos, 2002.

PERALVA, A. **Violência e democracia: o paradoxo brasileiro**. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2000.

SANTOS, W. G. **Razões da desordem**. Editora Rocco, Rio de Janeiro, 1993.

SOARES, L. E. Segurança municipal no Brasil – sugestões para uma agenda mínima. *In: SENTO-SÉ, J. T. (Org.). Prevenção da violência - O papel das cidades*. Coleção Segurança e Cidadania, Editora Civilização Brasileira e CESeC, Rio de Janeiro, 2005.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Cap. I. Brasília: Editora UnB, 2004.



## **EDITORIAL**

### **Coordenação**

Iranilde Rego

### **Revisão**

Cláudio Passos de Oliveira

Luciana Dias Jabbour

Marco Aurélio Dias Pires

Reginaldo da Silva Domingos

Leonardo Moreira de Souza (estagiário)

Maria Angela de Jesus Silva (estagiária)

### **Editoração**

Bernar José Vieira

Cláudia Mattosinhos Cordeiro

Everson da Silva Moura

Renato Rodrigues Bueno

Eudes Nascimento Lins (estagiário)

Helenne Schroeder Sanderson (estagiária)

### **Livraria do Ipea**

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: [livraria@ipea.gov.br](mailto:livraria@ipea.gov.br)

Tiragem: 130 exemplares